

Mestrado

Em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário

Argumentação e Retórica: a pertinência do seu estudo para a disciplina de Filosofia

Tiago Emanuel Cardoso Torres

M

2018



Tiago Emanuel Cardoso Torres

**Argumentação e Retórica: a pertinência do seu estudo para a
disciplina de Filosofia**

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário
orientado pela Professora Doutora Maria João Couto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018

Argumentação e Retórica: a pertinência do seu estudo para a disciplina de Filosofia

Tiago Emanuel Cardoso Torres

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário
orientado pela Professora Doutora Maria João Couto

Membros do Júri

Professora Doutora Paula Isabel do Vale Oliveira e Silva
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professora Doutora Paula Cristina Moreira da Silva Pereira
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professora Doutora Maria João Couto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 (dezoito) valores

Índice

Declaração de honra.....	5
Agradecimentos.....	6
Resumo.....	7
Abstract	8
Índice de Anexos	9
Introdução	10
Capítulo I.....	12
1.1. A Nova Retórica de Chaïm Perelman	12
1.2. A Moral Provisória de Descartes e a Nova Retórica.....	37
Capítulo II	42
2.1. A Problematologia	42
2.2. Retórica Branca e Retórica Negra.....	50
2.3. Orwell e a sua denúncia do discurso político	59
Capítulo III	66
3.1. Retórica: a crítica de Sócrates	66
Capítulo IV	71
4.1 O Programa de Filosofia 10º e 11º anos: uma visão crítica.....	71
4.2. Das Orientações para efeitos de avaliação sumativa externa	83
4.2.1 Das Informações-Prova	85
4.4. Além da obrigatoriedade: Filosofia A	87
4.5. O Perfil dos Alunos à Saída de Escolaridade Obrigatória.....	89
4.5.1. Aprendizagens Essenciais na(s) disciplina(s) de Filosofia.....	92
Conclusão.....	95
Bibliografia	97

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

setembro de 2018

Tiago Emanuel Cardoso Torres

Agradecimentos

À Professora Maria João Couto, orientadora do relatório, pela disponibilidade, motivação, conhecimentos e por me ter aconselhado, auxiliado e apoiado durante este percurso.

Aos meus pais e irmã que me apoiaram, conseguindo, entre tudo o resto, encontrar a paciência necessária.

Ao Bruno, amigo e colega da Licenciatura e Mestrado, que me acompanhou durante todo este percurso, sendo uma ajuda vital sem a qual não sobreviveria ao estágio.

À Beatriz, por me compreender, apoiar, motivar e elevar o meu ânimo nos momentos mais difíceis.

Resumo

O presente relatório surge do estágio realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O objetivo deste trabalho é verificar, analisar e compreender a importância do estudo da retórica na disciplina de Filosofia no ensino secundário. Para tal, foi explorado o pensamento de diversos autores - reconhecidos e selecionados durante o período de estágio – como Chaïm Perelman, Michel Meyer, Platão, Aristóteles e George Orwell. Adicionalmente, recorreu-se à documentação oficial que incide sobre a disciplina de Filosofia. Este trabalho é um potencial ponto de partida para uma melhor adequação da retórica à disciplina de Filosofia.

Palavras-chave: retórica, filosofia, argumentação, racionalidade, democracia

Abstract

The present report is born from the internship developed in the scope of the Master's Degree in Teaching Philosophy in Secondary Education of the Faculty of Arts of the University of Porto. The aim of this work is to verify, analyze and understand the importance of studying rhetoric in the subject of Philosophy in High School. With this in mind, it has been considered the work of several authors such as – recognized and selected during the internship – such as Chaïm Perelman, Michel Meyer, Plato, Aristotle and George Orwell. The official documentation focused on the subject of Philosophy was also considered. This report can be used as a starting point for a better adaptation of the rhetoric's Theme in the subject of Philosophy.

Keywords: rhetoric, philosophy, argumentation, rationality, democracy

Índice de Anexos

Anexo I – Grelha de Planificação de aula (Regência nº6)

Anexo II – Fundamentação Científica da Planificação de aula (Regência nº6)

Anexo III – Fundamentação Pedagógico-Didática da Planificação de aula (Regência nº6)

Anexo IV – Imagem de sugestão ao conceito de persuasão

Anexo V – Imagem de sugestão ao conceito de manipulação

Anexo VI – Texto 1 - MEYER, Michel – Questões De Retórica: Linguagem, Razão e Sedução. Coimbra: Edições 70, 1998, p. 17, 46, 47.

Anexo VII – Texto 2 - ORWELL, George - Politics and the English Language. Great Britain: Penguin Books, 2013, p. 14, 15. (Tradução de Desidério Murcho)

Introdução

O presente relatório resulta dos conhecimentos obtidos e das reflexões realizadas ao longo da experiência de estágio como professor estagiário na Escola Secundária Garcia de Orta que durante o ano letivo de 2016/2017. A comunicação pode ser apontada como o conector fulcral que estabelece a conexão entre os indivíduos, mais particularmente podemos notar que a comunicação é o processo de transmissão do conteúdo do nosso pensamento, assim como do pensamento dos outros. Esta troca de informações possui sempre um objetivo, quando uma informação é comunicada existe, supostamente, uma necessidade de exposição da informação transmitida e, certamente, a esperança ou expectativa que surtirá dessa comunicação algum efeito, seja este a motivação à realização de uma ação ou a simples transmissão da informação. A sociedade contemporânea, fortemente marcada pela globalização e pelo uso dos meios de comunicação de massa é constantemente bombardeada de informação, atualizada à hora, ao minuto, ao segundo. Sendo a comunicação um tema muito caro à filosofia torna-se expectável que a disciplina de Filosofia consiga ajudar os alunos a compreender o modo como comunicam, qual a influência exercida sobre eles nos meios de comunicação de massa e, também, auxiliar à aquisição de competências que permitam uma participação ativa na vida em sociedade como consciente do potencial impacto resultante do discurso político nas suas vidas.

Foi deste último tópico – potencial impacto do discurso político na vida dos indivíduos – que surgiu a necessidade de explorar a retórica e a sua relação com a disciplina de Filosofia. Num primeiro momento, seguindo a relação necessária com a disciplina de Filosofia, recorrerei ao pensamento de Chaïm Perelman, um pensador contemporâneo incontornável no que toca à retórica. O pensamento de Chaïm Perelman ganha relevo com a sua tentativa de reabilitação da retórica que passou séculos mergulhada numa má fama adquirida por culpa de alguns utilizadores. Esta reabilitação, denominada de Nova Retórica atende às necessidades das sociedades que aceitam o pluralismo, valores e opiniões diferentes.

Após a abordagem ao pensamento de Chaïm Perelman seguir-se-á o recurso ao pensamento de Michel Meyer – filósofo que participa, assim como Chaïm Perelman no movimento de resgate da retórica conhecido como *Escola de Bruxelas*. Enquanto Chaïm Perelman foca-se em justificar a reabilitação da retórica por via da racionalidade argumentativa Michel Meyer centra-se na necessidade e benefícios de conhecimento da retórica para os indivíduos da sociedade contemporânea. Apesar de ambos recorrerem, numa fase inicial, às concepções de retórica que surgiram ao longo da história, os seus contributos conseguem ser inovadores. Michel Meyer introduz a radicalização do ato questionar como ponto de partida para o seu pensamento – a problematização – que o leva a uma mais profunda compreensão da relação retórica que existe na comunicação. A compreensão da retórica passa, em grande medida, pela refutação dos usos da retórica – tipicamente reduzidos à persuasão e manipulação – numa categorização quanto à sua prática e intenção: *retórica branca* e *retórica negra*. A abordagem do pensamento de Michel Meyer conduz-nos à necessidade de aprofundar a relação da retórica com o discurso político, o que nos leva a George Orwell. Mais conhecido pelos seus romances, George Orwell foi um ensaísta muito consciente dos perigos do uso indevido do discurso político, o percurso aqui planeado pretende conjugar as reflexões do autor nos seus ensaios e o modo como tal se transparece nos seus romances.

Este percurso não pode ficar completo sem compreender de que modo é que a retórica precisou, efetivamente, de uma reabilitação e das razões que a levaram a ser considerada tão depreciativamente desde o período clássico. Para tal será averiguado o pensamento de Platão, em particular nos diálogos socráticos que incidem sobre a retórica. É atribuído a Platão o título de crítico mais severo da retórica, que denunciando o uso da retórica feito pelos sofistas produziu efeitos tão catalíticos que persistem aos nossos dias.

Num último momento incidir-se-á sobre o impacto da retórica na disciplina de Filosofia, pretende-se averiguar a pertinência da retórica como conteúdo programático assim como verificar os benefícios que pode trazer aos alunos para a sua vida como cidadãos de uma sociedade democrática marcada pelo pluralismo e pela globalização.

Capítulo I

1.1. A Nova Retórica de Chaïm Perelman

O primado do ato questionador surge como característica mais distinta e fundamental do pensamento filosófico. A postura inquisitiva típica da filosofia já evidenciada por Michel Meyer na obra intitulada “A Problematologia” permite recuar na filosofia até uma forma primordial em que o contexto de determinado assunto em questão perde prioridade para se incidir sobre a própria estrutura em que se edifica todo o trabalho filosófico: o ato de questionar. O questionamento, a partir do qual a atividade crítica do pensamento revela a sua inquietude, é visto como o resultado da insatisfação intelectual, mas também proporciona uma imagem satirizada da filosofia que radicalizando o ato questionador pode parecer ridícula aos olhos de quem não acompanha ou não compreende a importância da questão em primeira instância.

Partindo do princípio que a produção filosófica acarreta necessariamente uma argumentação e que nem toda a argumentação implica um alcance filosófico, o que importa efetivamente para a argumentação – o que revela o seu propósito – é atingir acordos entre os intervenientes, acordos cuja verdade transmitida não é suprema ou intemporal, mas sim funcional, aplicada de um ponto de vista prático e que implica ter em consideração as relações sociais em causa. “O domínio da argumentação é o do verosímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo.”¹ A visão aqui demonstrada da argumentação pode inquietar as pretensões de um absolutismo filosófico² que é forçado a ver um modelo matemático do discurso posto em causa em favor de um modelo inspirado na prática jurídica.

A tradição filosófica da racionalidade concretizada por Platão, Descartes ou até Kant, considera a verdade num patamar que despreza e desvaloriza as técnicas de retórica assim como os resultados obtidos no discurso sofístico. A busca filosófica da verdade pretende atingir propósitos universais, comuns, que sejam partilháveis e comprováveis

¹ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – Tratado de Argumentação, p.9.

² No pensamento de Chaïm Perelman o conceito de absolutismo difere do utilizado para a teoria política absolutista. Para C. Perelman o referido absolutismo corresponde ao almejar de propósitos universais.

por todos os indivíduos, contudo, no plano prático a visão contemplativa típica da filosofia não serve para resolver os problemas da vida e do quotidiano pois estes exigem uma resposta imediata e decisões rápidas, de outro modo, é preciso que a razão seja prática, responda ao homem, às suas necessidades. Este responder ao homem é respeitar aquilo que ele é na realidade – um ser que pode ser identificado num determinado momento histórico, em determinado local, sob a alçada de um contexto que o enraíza numa determinada cultura. O objetivo filosófico de encontrar uma verdade que seja transversalmente reconhecida está dificultado pela pluralidade, a razão deve ser perspectivada tendo em conta as convicções e opiniões dos intervenientes. A razão não força a um consenso assim como a falta de acordo perante determinado assunto não implica que certos indivíduos deixaram de fazer uso da sua racionalidade – na medida em que os contextos mudam, mudam também os possíveis resultados de uma argumentação. Somos levados a concluir que a razão tem um propósito importante, mas muito específico – que é ser compreendida como entidade que regula a liberdade que possuímos das nossas convicções e crenças.³

O nosso uso da racionalidade, entre outras funções, serve para verificar e testar a coerência que existe entre as nossas convicções e as consequências que resultam das mesmas. A justificação das razões que suportam as convicções a que aderimos servem não só para persuadir os outros como para obter confirmação da razoabilidade que as sustenta. A razão humana não pode estar desprovida de conteúdo, está sempre ligada a um conjunto de valores e convicções. O problema que aqui se pode colocar é da falibilidade da racionalidade e da ação que dela resulta. Na medida em que a vida humana é sempre condicionada pela tradição a que está exposta, pelo passado e por contextos históricos a partir do qual se organiza, torna-se difícil impor à razão uma solução rigorosa e absoluta que uniformize as convicções e comportamentos. Estas condições são importantes para o nascimento de um movimento filosófico – já enunciado por Chaïm Perelman – conhecido como “nova retórica”⁴. Se um dos objetivos da filosofia é a busca

³ GRÁCIO, Rui – Racionalidade Argumentativa, p.22.

⁴ CUNHA, Tito Cardoso e – A Nova Retórica de Perelman, p.3. (Note-se que “A Nova Retórica” é o subtítulo da obra “Tratado de Argumentação” de C. Perelman.)

da verdade e para tal a procura do rigor é imperativa, na nova retórica a tentativa de produção de uma linguagem artificial, exclusivamente formal, que permita eliminar todas as ambiguidades – como compete à lógica - é abandonada face à historicidade dos conceitos que possuem elasticidade linguística através de noções⁵ vagas e confusas. A razão deve procurar novas soluções tendo em conta as mudanças que são realizadas historicamente. Os homens têm que estabelecer uma organização entre si – esta organização tem o propósito de evitar o recurso à violência e implica a capacidade de realizar acordos e partilhar convicções. A adesão a estes acordos e convicções é mantida pela razão que face a uma necessidade de renovação da ordem previamente estabelecida verifica quais as transformações necessárias a justificar para manter a união entre os homens.⁶ A outra única opção aqui visada é a violência pura, que abdica do uso da razão por meio do discurso e estabelece uma nova ordem que não é sequer compatível com qualquer busca da verdade que possua pretensões filosóficas – “o recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunidade dos espíritos que, enquanto dura, exclui o uso da violência”⁷.

A nova retórica, que surge sob os parâmetros acima mencionados, só é possível com o desenvolvimento de uma teoria da argumentação e de uma filosofia *razoável*. Se considerarmos o estudo de noções confusas como um dos objetos de estudo da filosofia estamos a reduzir as noções às várias conceções diferentes da mesma noção e procurar uma estrutura comum adicionando possíveis variáveis culturais, ora isto comporta ao tipo de raciocínio lógico-matemático que não tem em conta a incomensurabilidade entre valores⁸ – esta rigidez não permite uma adaptabilidade prática e faz da linguagem um mero depósito de noções. A linguagem possui duas funções: expressão e comunicação, não serve meramente para comunicar os conhecimentos sobre determinado assunto, mas

⁵ C. Perelman considera como noção a ideia que se tem acerca de algo. Um conceito seria uma noção mais detalhada e precisa, em que o seu campo de aplicação foi já determinado e elimina qualquer imprevisto perante a noção.

⁶ “As teses de partida consistem em lugares comuns, isto é, em proposições comumente admitidas, quer se trate de proposições do senso comum ou de teses não contestadas numa disciplina particular.” *In* Caderno de Filosofia p.16 C. Perelman

⁷ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – Tratado de Argumentação, p.65.

⁸ GRÁCIO, Rui – Racionalidade Argumentativa, p.31.

também para exercer influência sobre os nossos semelhantes, influência que se pode comprovar através das suas ações. Se reduzirmos as palavras a uma análise rígida do seu conteúdo concreto estamos a deixar de parte o sentido que se encontra para lá do significado que lhes foi atribuído. É necessário ter em conta o sentimento que os indivíduos pretendem transmitir com as palavras, uma análise lógico-formal da nossa linguagem não serve para influenciar⁹ os nossos semelhantes, é demasiado impessoal.

A questão da incomensurabilidade dos valores evoca algumas considerações. Se por um lado estamos a evidenciar os valores como não comparáveis no que toca à sua importância para determinado indivíduo/ cultura em relação a outro, por outro lado, somos forçados a pensar sobre o uso da razão no que toca à argumentação e nos valores em que esta se apoia. Podemos admitir que a razão serve, por exemplo, para distinguir a verdade do erro, decretar e constranger, mas por muitas enumerações que sejam enunciadas o que realmente está em causa são as preferências, isto é, a organização hierárquica das estruturas que ajudam o indivíduo a edificar o seu sistema de práticas com um apoio das suas capacidades racionais e da sua condição enquanto ser humano. No plano teórico nada nos incumbe de concluir necessariamente um “sim” ou um “não” – ambas as respostas se encontram como possibilidades, o que implica que qualquer uma das enunciadas é possível. O mesmo acontece no domínio da ação, é apenas preciso que uma decisão seja tomada. Podemos considerar que se estivermos em nosso conhecimento as variáveis que compõem as condições que levam um agente a realizar determinada escolha podemos indicar, do nosso ponto de vista, se a ação efetivamente praticada é a melhor ou não. Contudo, se analisarmos as ações de outrem fazemo-lo sempre do ponto de vista do outro indivíduo ao qual faltam pormenores do contexto. Em última instância o que realmente se pode dizer é que quem escolhe ou toma uma decisão fá-lo pois pode, a escolha implica liberdade, só podemos julgar uma escolha se a mesma se acompanhar de justificações, apenas as justificações podem determinar se houve ou não uma boa escolha. No caso de uma escolha feita por outra pessoa apenas podemos julgar as justificações, uma tentativa de ver a situação na posição do outro é propícia a falhar pois

⁹ Para C. Perelman influenciar não é necessariamente manipular.

existem detalhes que foram considerados – detalhes que ultrapassam qualquer recolocação de perspectiva.

As considerações para uma boa escolha parecem exigir o apoio de uma moral que sustente o carácter da escolha em causa. Isto implica que exista determinada formulação moral que seja utilizada como base para as escolhas. Podemos considerar que uma ocorreu uma boa escolha quando, por exemplo, a escolha se revela eficaz, fornecendo meios para atingir os fins que eram pretendidos. Esta consideração foca-se nos meios que agilizam a obtenção do fim pretendido, mas nada nos diz sobre o valor dos fins, estamos meramente a considerar a escolha perante o seu percurso e não sobre a finalidade do mesmo. Podemos ainda considerar as escolhas perante a ideia de que existe um valor comum aos seres racionais – o bem – e que esse valor permite atingir um fim comum. Esta conceção colapsa quando refletimos sobre a noção de bem e a sua inevitável variabilidade. Sendo a noção de bem um conceito é possível que seja difícil precisar em que consiste a mesma, sendo assim difícil chegar a consenso que torna o bem como um valor comum. A admissão de um pluralismo de valores torna potencialmente impossível a ideia de que existem valores comuns ou até um supremo valor comum a partir do qual é possível estabelecer regras morais universais. Os valores representados nas nossas ações estão sempre condicionados pela influência de variáveis como o tempo, o espaço. É necessário ainda atentar que os valores são flexíveis, capazes de mudar, ajustar-se e adaptar-se às sociedades e às épocas. A multiplicidade de valores conjugada sob a alçada de um único indivíduo permite uma justificação racional da escolha da sua ação. Isto não significa que as escolhas são desprovidas de racionalidade, admitir tal possibilidade seria catastrófico. Se o indivíduo não pode utilizar um modelo lógico-matemático para justificar as suas escolhas, nem tão pouco é plausível que as justifique apoiando-se em valores, interesses e paixões sobra apenas uma opção – que é argumentar em favor da sua escolha, procurar expor os valores que sustentaram a sua opção, justificar-se perante outrem para que as divergências de opinião sejam reduzidas e para que o ponto de vista seja compreendido a partir da componente racional que o suporta.¹⁰

¹⁰ Ibidem, p.35.

Embora a argumentação possa efetivamente justificar os valores das nossas ações essa justificação pode gerar polémica e confrontos. Quando um indivíduo se justifica está a expor-se permitindo assim que a possibilidade de ser compreendido a que se propôs seja também a possibilidade de se deparar com críticas. Uma justificação pode ser revista e face à multiplicidade de pontos de vista a aceitação pode ser difícil. Se um único indivíduo pode por em causa toda a justificação, os demais indivíduos que compõem a sociedade em que está inserido conseguem, potencialmente, encontrar mais pontos de vista que coloquem em causa a justificação. Certamente que para alguns indivíduos a justificação será suficiente, mas esses não levantam problemas pois a adesão cessa o conflito e reduz as divergências.

O fundamento para a justificação era facilmente solucionado se os valores fossem vistos do ponto de vista de uma filosofia absolutista em que qualquer pretensão tem propósitos universais, necessariamente comuns. O fundamento é encontrado sempre em relação com os factos e sobre a alçada do acordo dos indivíduos perante esses mesmos factos – o que implica que um fundamento nunca vale por si, o seu valor depende do vínculo a outros factos que se enredam no mesmo processo. A incomensurabilidade dos valores não permite a absolutização dos fundamentos, mas implica obrigatoriamente o contrário, que os fundamentos sejam relativizados. O carácter social do conhecimento – assim como a sua condição histórica - deve ser visto como um ponto de partida para produção filosófica. A filosofia parte de teses, teorias, argumentos e conceitos que podem ser analisados, depurados e justificados, os filósofos habitam o mesmo universo e conseguem retirar conclusões diferentes sobre a mesma matéria em estudo, o que por si valida esta conceção de fundamento como preferencial em relação a um fundamento com pretensões absolutistas uniformizadoras. O que verificamos ao longo da história da filosofia é que qualquer acordo perante determinado assunto é tendencialmente precário e é revisto sobre um novo contexto a que um novo filósofo pretende propor soluções diferentes às já apresentadas. Retomando o princípio de que uma escolha implica liberdade é fácil perceber a queda das pretensões absolutistas. Um fundamento absolutista é impositivo e limitador, retira liberdade aos intervenientes, pois explicitamente assume-se como definitivo. Não é sequer considerada uma possibilidade de evolução ou melhoria

futura, pois os limites já se encontram estipulados. Quando não procuramos um ideal de perfeição para a justificação dos fundamentos estamos a permitir que o passado - a experiência dele resultante - sirva para edificar os próximos fundamentos, que são mais ricos pois apenas existem na medida em que conseguiram de algum modo superar os que lhes antecederam.¹¹

O propósito do fundamento é, portanto, justificar as transformações que vão ocorrendo tendo em conta um vasto grupo de referências anteriores sem proceder a um retorno ao zero, a um valor supremo e basilar como fazem as filosofias absolutistas. Pode-se mesmo dizer que a racionalidade a partir da qual se fundamenta as ações é um exercício de continuidade, pois sem a história seria impossível colocar dúvidas ou questões sobre os fundamentos que são posteriores à ação. O fundamento apazigua a dúvida, o que implica que a antecede.

Compreender a razão e racionalidade sob o domínio de um modelo jurídico (em vez de um modelo matemático) torna possível pensar sobre a articulação que existe entre a razão e a justiça de determinada decisão. A aliança entre a filosofia e o direito é que permite a formação de um outro tipo de racionalidade que procura compreender as especificidades da filosofia por meio de uma razão prática, que se revela nas decisões e ações. O direito deve ser compreendido como um elemento vital para a compreensão da razão e da racionalidade. É possível considerar o direito de uma forma negativa, seja pelo carácter falível do conjunto de regras estabelecidas, seja pela ordem supostamente criada não cessar conflitos, mas procurar um remendo. O direito não serve de exemplo como um modelo perfeito, mas serve, contudo, de exemplo para um modelo prático. O ideal de racionalidade em que os homens são todos sábios e vivem num paraíso terrestre é um ideal utópico que não retrata os conflitos e problemas das sociedades que conhecemos. Este ideal pode ser apresentado, mas não fornece o ideal de racionalidade filosófica que as sociedades de homens, com falhas e defeitos, precisam. Quando apoiada sobre o modelo jurídico a filosofia permite o pluralismo e a tolerância. Um modelo matemático rege-se pela exclusividade, não permite a existência da diferença ou de várias perspetivas

¹¹ Ibid., p.54.

coexistentes e racionais - pois necessariamente uma única perspectiva seria considerada ideal.

O julgamento de uma decisão ajuda a determinar a razoabilidade da mesma, se é muito ou pouco plausível, bastante ou pouco convincente. Este julgamento é individualizado, feito para a decisão em causa, justifica uma particular perspectiva, que não será a única possível. Outras decisões – mais ou menos pertinentes – podem ser consideradas razoáveis, a razoabilidade não se impõe num critério de exclusividade. O fundamento não se encontra vinculado à ideia de verdade, mas à argumentação, à crítica e à justificação.

A justificação acompanha sempre a mudança. Se as ligações, ponto de partida e hierarquias de um sistema se encontram manifestamente estabelecidas a mudança será o motivo da justificação, pois de outro modo estaria tudo igual e, como tal, não seria necessário justificar o estado das coisas.

“No nosso mundo hierarquizado, ordenado, existem em geral regras que estabelecem como se pode encetar uma conversa, um acordo prévio resultante das próprias normas da vida social.”¹²

Podemos então estabelecer que compete à justificação instituir-se como alicerces a partir dos quais se edifica a transição de um panorama racional em rutura para um novo que aproveita as insuficiências do anterior para se erguer. É ainda importante salientar que isto só será possível se estiver em causa uma conformidade com o passado, pois toda a racionalidade é possível através da continuidade, novos valores ultrapassam os antigos, o apelo à mudança é a ponte entre os valores. Para que novos valores sejam impostos, sem que para tal se recorra aos antigos, é preciso que essa reposição abdique do uso da razão, o que seria o caso da reposição de valores por meio da violência. A violência, pelo seu carácter físico e primitivo, não procura convencer ou justificar, apenas impõe.

O modelo filosófico pretendido por C. Perelman – em que a razão procura o seu cunho mais prático dá origem a uma filosofia *razoável*. O critério através do qual é possível aferir a razoabilidade entre o pensamento e a ação será o que C. Perelman chama

¹² PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – Tratado de Argumentação, p.23.

de “regra de justiça”.¹³ A regra de justiça serve para determinar quais os conceitos mais importantes da racionalidade prática e argumentativa. Por causa das multiplicidades consideradas por C. Perelman esta é, possivelmente, a definição mais ambígua do seu pensamento. Para C. Perelman a justiça é uma virtude presente entre todas as outras, mas associa-se à moralidade conseguindo então discernir sobre outros valores com os quais entra em contacto. Partindo do princípio que cada indivíduo possui uma perspectiva de racionalidade diferente dos demais, as concepções do que é justo serão necessariamente diferentes para cada indivíduo, o que enuncia, desde já, um problema. A regra de justiça, como critério comum será então o critério em que todos os indivíduos devem ser tratados da mesma forma, sem considerar as particularidades que os diferenciam. E devem ainda ser tratados mediante a lei que os rege, sendo assim diferente entre sociedades. É um critério com mobilidade, pois adapta-se ao meio em que se insere. Através da regra de justiça somos forçados a admitir que não está em causa um tratamento semelhante para seres idênticos, mas sim um tratamento que seja igual para seres que são essencialmente semelhantes.¹⁴ Por semelhantes compreende-se seres que não possuem diferenças relevantes o suficiente para ser possível obter outras considerações. A regra de justiça continua, assim, a ser abstrata e formal, nada nos diz sobre classificações entre seres ou como estes devem ser abordados depois da suposta classificação – estas aplicações são o resultado de outros valores que se conjugam.

A importância da regra de justiça verifica-se na linha de conduta regular, pois pressupõe uma continuidade e coerência, mas também por evidenciar a parte comum e meramente formal da atividade racional - perante a multiplicidade das diferenças só uma regra desprovida de conteúdo concreto serviria como elemento normativo. As delimitações que podemos manifestar no domínio da ação podem, à luz da regra de justiça, ser aplicadas a casos concretos, em que a especificação é feita por meio do discurso, argumentando sobre os valores implicados. Embora a regra de justiça não diga

¹³ Ibidem, p.240.

¹⁴ GRÁCIO, Rui – Racionalidade Argumentativa, p.59.

diretamente quais os valores que possam ser considerados como razoáveis, ela fornece estabilidade suficiente para que a argumentação possa fazê-lo.

Podemos questionar-nos sobre o que motivou C. Perelman a estabelecer a regra de justiça, sobre os fatores que proporcionaram o surgimento desta regra. A regra de justiça associa-se à inércia e, como a historicidade é vital – na medida em que a racionalidade sucede da continuidade – existe uma tendência para considerar que o estipulado como norma é racional e como tal já está justificado.¹⁵ A inércia possui um papel indispensável nas sociedades, permite que a base das regras que regem uma sociedade vigore de um modo estável sem que para isso esteja constantemente a mudar,

“permite contar com o normal, o habitual, o real, o actual, e valorizá-lo, quer se trate de uma situação existente, de uma opinião aceite ou de um estado de desenvolvimento contínuo e regular.”¹⁶

A mudança pode e deve acontecer, uma sociedade não deve ser imutável, mas a mudança precisa de ser justificada. É absurdo mudar quando não há razão para que tal aconteça. Se o foco de uma argumentação permitir que os indivíduos avaliem as diferenças o que está em causa é uma mudança, caso o foco incida sobre as semelhanças a melhor postura será permanecer no contexto anterior. A norma, sendo o que já se encontra previamente estabelecido, não precisa de mais justificação, se a argumentação para a mudança encontra dificuldades em se impor somos forçados a concluir que não têm força suficiente para ultrapassar a vigente.

Não seria possível refletir sobre a racionalidade sem refletir sobre os indivíduos que a tornam possível. Já concluímos que a razão serve para justificar o fundamento das nossas ações e decisões, e que para tal utilizamos a argumentação, mas faltam considerações sobre o auditório – é ao auditório que se dirige a argumentação. Qualquer discurso é dirigido a alguém, a um público, ao qual se pretende que obtenha adesão ou compreensão do que está a ser comunicado. É em função do auditório que toda a argumentação se desenvolve. Se compreendermos o auditório como o conjunto daqueles que determinado orador procura exercer a sua influência estamos, de certo modo, a

¹⁵ Ibidem, p.61.

¹⁶ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – Tratado de Argumentação, p.118.

considerar que o objeto de estudo da teoria da argumentação consiste nos meios em que a argumentação se desenvolve, meios estes que permitem a um orador obter a adesão do auditório a que se dirige ou até aumentar a adesão já conseguida.¹⁷

“Ao mudar de auditório, a argumentação muda de aspecto e, se o objetivo que visa é sempre agir eficazmente sobre os espíritos, para ajuizar do seu valor não se pode deixar de ter em conta a qualidade dos espíritos que consegue convencer.”¹⁸

Importa distinguir a retórica da argumentação, distinção essa que baseada no pensamento de C. Perelman insere a argumentação dentro do âmbito da retórica. A retórica não se resume ao discurso escrito e falado, mas apoia-se também nas imagens que utilizadas no contexto da publicidade podem promover uma adaptação ou alteração dos nossos comportamentos. A partilha intelectual que não se limita à dicotomia discursiva do que é escrito e do que é falado, mas insere a imagem como um elemento de formulação racional que ajuda a perspetivar e a codificar a ação comunicativa recorrendo a elementos estéticos.

Existem várias definições de retórica e, se a nossa reflexão se apoiar na regra de justiça estamos perante a incapacidade de escolher uma única definição que prevaleça sobre as demais, assim somos forçados a uma definição mais vaga que permita alguma elasticidade. Para todos os efeitos vamos considerar a retórica como a capacidade de distinguir os caminhos possíveis para persuadir os indivíduos sobre qualquer assunto que esteja sob análise. Com esta definição estabelecemos uma função e um objeto. O objeto da retórica é a arte de falar em público de forma persuasiva enquanto a função é abordar os diversos temas sobre os quais é preciso deliberar. Esta definição parece satisfatória pois permite considerar os patamares em que idealmente se encontram quer o orador, quer o seu auditório – o orador será aquele que por meio da argumentação procura explorar as limitações do seu auditório, o auditório por sua vez será o grupo que pode ou não ser persuadido. Se iniciarmos uma reflexão sobre esta visão da retórica chegamos sempre a um retrato que coloca o auditório como um elemento ridicularizado. O auditório é sempre

¹⁷ Ibidem, p.27.

¹⁸ Ibid., p.15.

visto de uma forma inferiorizada, quase ignorante e passivo o suficiente para permanecer como grupo que aparentemente só pode aceitar a abordagem do orador ou negá-la. Qualquer dos resultados parece ser esmagador para o lado que não sai «vitorioso». Se considerarmos o ponto de vista de um orador vitorioso estamos a reconhecer as suas capacidades, mas se as suas capacidades não são extraordinárias o que fica em consideração é que o auditório parece ser constituído por um grupo de ingénuos e/ou ignorantes. Quando o auditório não se deixa convencer isso significa que as capacidades do orador não foram suficientes, mas nenhum valor é reconhecido ao auditório, é apenas reconhecida a falta de valor do orador - neste último caso, contudo, o orador parece sofrer mais que o auditório. Como um dos elementos – quer o orador, quer o auditório – prevalece sobre o outro estamos sempre perante uma postura de conflito que enuncia, no seu veredito, um derrotado. Isto confere à retórica uma visão muito negativa, pois parece desviar o propósito da argumentação – que é chegar a um acordo.

A forma que C. Perelman encontra para efetuar uma reabilitação da retórica para remover esta ideia de que um orador se dirige a um grupo de ingénuos e ignorantes passa pela questão dos juízos de valor. Partindo da classificação dos antigos da oratória em três géneros – deliberativo, jurídico e epidíctico^{19 20} – é possível realizar apreciações morais que reabilitar a retórica. O género deliberativo é utilizado para aconselhar ou persuadir um auditório, as assembleias políticas. O género jurídico é utilizado pelos oradores em tribunais, diz respeito ao justo e tem a intenção de acusar ou defender - “a intenção está ligada ao agente, é emanção deste, resulta do seu querer, do que o caracteriza intimamente.”²¹ Por fim, o género epidíctico é o que exorta, procura elogiar e/ou censurar, discerne entre o belo e o feio, como entre o virtuoso e o vicioso. Nos dois primeiros géneros estamos sempre a considerar que existe um adversário, um confronto, pois é pretendido que se obtenha uma decisão sobre a questão em consideração. O género epidíctico serve para estabelecer uma comunhão de valores que pode eventualmente resultar numa determinação de escolhas, prevenir certas objeções e estabelecer

¹⁹ Géneros enunciados por Aristóteles na obra: ARISTOTLE – The Art of Rethoric, p.16.

²⁰ Os géneros remetem para passado, futuro e presente

²¹ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – Tratado de Argumentação, p.331.

hierarquias de valores.²² Está claro que o orador possui, neste género, um papel fulcral.²³ A partir do género epidíctico dá-se uma cisão na retórica que fez com que esta se desenvolvesse no âmbito literário (procurando o desenvolvimento da componente artística do discurso, nomeadamente com a expressão) e no âmbito filosófico (onde se procurava uma integração com a lógica para evidenciar a verdade ou verossimilhança dos assuntos). A grande questão que se impõe no que toca a esta cisão é que ambos os lados são redutores e desvalorizam o que realmente interessa na retórica – a argumentação. A integração com a lógica vai ao encontro, como acima retratado, a uma filosofia absolutista chega a ser impessoal, não serve para convencer. A integração da retórica na literatura negligencia as pretensões filosóficas ao centrar-se na aparência discursiva – pois o objetivo da literatura será o enriquecimento das obras, enquanto na filosofia a busca da verdade prevalece sobre o sumptuoso aparato textual.

Uma teoria da argumentação - como proposta por C. Perelman – procura um estudo dos meios discursivos e da persuasão obtida por meio do discurso. A esta teoria – nova retórica - centrada na adesão obtida por meio do discurso não se desvia do ato comunicativo. O estudo da intenção presente na comunicação e da eficácia da prática argumentativa implica ter em particular consideração a racionalidade e os indivíduos. O estudo da argumentação não deve, na nova retórica, incidir sobre a verdade, mas sobre a adesão a valores – adesão que pode variar conforme a correspondência da modificação da hierarquia de valores do indivíduo sob qual incide a argumentação.

“Do ponto de vista da estrutura de uma argumentação, as hierarquias de valores são, sem dúvida, mais importantes do que os próprios valores. Com efeito, a maior parte destes últimos é comum a um grande número de auditórios. O que caracteriza cada auditório é menos quais são os valores que aceita do que a maneira como os hierarquiza.”²⁴

²² Ibidem, p.60.

²³ “O orador, tendo muitas vezes de assumir o papel de mentor, do que aconselha, admoesta, dirige, deve velar para não provocar no seu público um sentimento de inferioridade e de hostilidade para consigo: é preciso que o auditório tenha a impressão de decidir em plena liberdade.” *In* Ibid., p.351. – Esta passagem permite notar o carácter tendencioso do orador, que apesar de parecer descomprometido aparece sempre diante do auditório com intenções bem estabelecidas.

²⁴ Ibid., p.92.

A questão da prova, a que todo o discurso se submete no âmbito da argumentação, pode ser vista como um elemento que fortalecia a presença da lógica na retórica. Existe, efetivamente, uma lógica na retórica de C. Perelman, à qual se pode chamar de lógica do preferível. A lógica preocupa-se, tipicamente, com a verdade abstrata, racionalizando dentro de um dado sistema, desconsiderando até a relevância da ordem pela qual se dispõem os argumentos. Para a lógica a opinião que o auditório tem do orador não importa para a avaliação das conclusões a serem apresentadas, na retórica considerações como estas produzem resultados catastróficos – a verdade não está em causa, mas a adesão, a opinião que o auditório tem do orador é vital para a comunicação, não há sequer forma de descobrir qual o limite da acumulação de argumentos, a ordem pela qual são apresentados pode ser um fator fundamental para a obtenção de certos efeitos. Podemos ainda mencionar que a lógica exige sempre definições precisas sobre os termos em que se opera, o que não se espelha na retórica – as noções, expressas numa linguagem natural, são sempre sujeitas a ambiguidade. Nas concepções clássicas a prova é necessária e possui uma verdade universal. Esta concepção não serve à nova retórica, sendo a verdade impositiva não é compatível com a deliberação, cessa com as dúvidas e hesitações e não cede lugar para que ocorra uma discussão. O modelo matemático da prova não é compatível com o modelo jurídico inspirado na noção de racionalidade como o aqui apresentado. A prova não pode ser o resultado de uma equação, para responder às necessidades da racionalidade é preciso que tenha em consideração todas as variáveis que possam estar presentes no agente que as sustenta: a sua linguagem natural, a dimensão das noções utilizadas, os vários sentidos das expressões, assim como a historicidade que o compõe. A prova, por excelência, só tem cunho humano quando acarreta a implicação da liberdade dos intervenientes. A nível prático a prova revela-se particularmente importante por conjugar o conhecimento com a opinião, as evidências podem ser vistas à luz das várias perspectivas que oferecem.

Se a racionalidade tem de ser compreendida no discurso que incide sobre determinado auditório ela terá que ser concebida como um apelo a um auditório que englobe a totalidade dos homens sensatos. Esta totalidade dos homens sensatos – que pode ser compreendida como um auditório universal - implica uma universalidade que

está dificultada pela pluralidade das características dos indivíduos. A universalidade não pode ser vista aqui como uma submissão da racionalidade à busca da verdade, mas como uma meta a que se deve dirigir a intenção do discurso, servir como linha guia que ajuda a regular os esforços em obter um comum acordo entre todos os homens. A razão precisa de se manter como elemento pacificador entre os homens, a opção que sobra é sempre do recurso à violência. O discurso filosófico que se caracteriza, entre outras coisas, por pretensões universais incute ao filósofo a tarefa de argumentar com o propósito do seu discurso obter a adesão do auditório universal – essa deverá ser a postura da filosofia perante a retórica.

A evocação da verdade no ponto de vista do discurso implica que o diálogo se transforme como que num monólogo. Sendo a verdade intolerável, pois exerce uma função pressupostamente dogmática, o diálogo e o monólogo encontram-se num sob a alçada do mesmo percurso. Se considerarmos que o diálogo sobre determinado assunto está limitado a atingir uma única conclusão pois essa será a verdade e, como tal, não terá rival que se lhe apresente concluímos facilmente que qualquer percurso conduzirá necessariamente um rumo que leva às revelações. Neste sentido é necessário lembrar que para existir verdade é preciso que exista também uma crença que sustente a verdade, pois só assim será possível de a admitir e de a aceitar. As crenças, assim como as convicções – apoiadas pelo senso comum²⁵ - criam uma relação de dependência entre si. O que existe entre o senso comum e a filosofia é um enlace que em o filósofo recorre a provas com as quais tenta comprovar o seu sistema de pensamento, por sua vez, o sistema de pensamento tenta solucionar as ofensivas apresentadas pelo senso comum. O filósofo não se encontra sozinho no mundo, o que é específico do filósofo é a sua tarefa de provar a racionalidade do pensamento comum, integrar as nossas convicções no seu sistema. O ponto de partida para a elaboração filosófica são as convicções de partida – as que são admitidas e adaptáveis. As convicções estão sujeitas a reformulações, revisões e transformações que face às exigências impostas pela razão podem resolver situações que numa fase prévia a

²⁵ “Aquilo a que habitualmente se chama o senso comum consiste numa série de crenças aceites no seio de uma sociedade determinada e que os seus membros presumem partilhadas por todos os seres racionais.” *In* Ibid., p.111.

essa abordagem revelavam conflitos e incompatibilidades. Estas convicções sobre a realidade não devem ser confundidas com convicções de natureza teológica. Se é possível, a partir de um dado conjunto de convicções, notar conflitos e incompatibilidades que podem ser resolvidos por meio de uma modificação este dinamismo não serve a teologia que beneficia de uma postura dogmática. Assim, o discurso filosófico não permite persuadir ninguém a aderir a determinada postura que não tenha já admitido algumas convicções. Requer também que exista uma ligação entre aquilo que se pretende admitir e aquilo que em primeira instância já foi admitido – de outro modo estaria a negligenciar o auditório sob o qual incide a argumentação filosófica. O filósofo, à luz da teoria da argumentação, deixa de ser aquele que procura um sistema intocável apoiado na verdade para ser aquele que discursa com o objetivo de atingir um auditório universal recorrendo às condições prévias de admissão forçadas pelo auditório. Ao apresentar uma tese o filósofo deve procurar antecipar as objeções e críticas de modo a que o seu público reconheça o poder persuasivo do discurso. Esta relação aqui evidenciada entre o filósofo e o auditório a que se dirige é uma relação que existe exclusivamente por meio do diálogo, tem início com o discurso daquele que se propõe a argumentar, assim como nas pretensões que pretende validar racionalmente e persiste naqueles que comungam do pensamento expresso.

A relação da filosofia com a retórica é de mútuo benefício. A filosofia possibilita a clarificação das noções e a retórica potencia o alcance do pensamento filosófico. Em outras palavras podemos dizer que partindo de uma racionalidade que excede a verdade pelo apelo à razão a filosofia direciona o seu discurso a um auditório universal. O discurso filosófico pode não implicar um confronto cara a cara com o auditório, muitos sistemas filosóficos chegam a nós pela palavra escrita e foram elaborados em outras épocas. Esta particularidade da palavra escrita – de ultrapassar as barreiras do tempo e do espaço – motiva a direção do discurso ao auditório universal, se o filósofo elaborar o seu sistema aspirando ao consenso de todos os homens racionais esse sistema estará, à partida, regulado para o reconhecimento de convicções de partida transversais às épocas e às culturas. Esse acordo prévio do ponto de partida só pode ser o apelo à razoabilidade do senso comum. O senso comum, por sua vez, está apoiado pela inércia do grupo que se

reúne sobre uma norma comum. Não podemos reduzir o senso comum à totalidade dos indivíduos, mas podemos identificar que a sua característica fundamental é a razoabilidade. A grande dificuldade do apelo à adesão encontra-se no facto do auditório nunca ser uma tabua rasa, uma folha em branco sem presunções, valores ou cultura própria, mas é possível invocar a razoabilidade presente no discurso. Embora certas argumentações possam surtir efeito em determinados auditórios, a razoabilidade é a essência da adesão, uma argumentação não é aceite sem que lhe seja reconhecida razoabilidade. É a rutura com a inércia provocada pela argumentação que ajusta a normalidade do senso comum.

Abordando os parâmetros em que se desenvolve a nova retórica é importante mencionar que remetendo sempre para um auditório este último insere-se sempre numa sociedade e, como tal, alguma estrutura política sustentará essa mesma sociedade. O modelo político mais adequado à proliferação da nova retórica será o presente nos Estados democráticos. Várias razões podem ser apontadas para evidenciar as vantagens da democracia para a retórica, mas a basilar será a liberdade. Num Estado democrático, ainda que sob a restrição de determinadas regras e leis, os indivíduos são livres de adotar valores e participar ativamente na sociedade que os acolhe. Esta postura possibilitada pelos Estados democráticos concede espaço para o diálogo e, de certo modo, através da possibilidade de contributo para os assuntos da vida da sociedade, parece ter a expectativa que a argumentação tenha uma presença constante. A argumentação como aqui concebida implica dois níveis, ou patamares, que são o individual e o coletivo. O discurso para fins políticos começa sempre a partir do individual, quando um indivíduo realiza um exame dos valores que compõem a sua sociedade e reavalia a sua razoabilidade.²⁶ Uma reavaliação dos valores vai delimitar quais os seus limites e falhas sendo possível, posteriormente, argumentar com novas propostas que podem consistir na reabilitação dos

²⁶ “Aquele que já não partilha as opiniões do grupo, ao mesmo tempo que manifesta claramente que não quer afastar-se dele, deverá usar dissociações opondo, por exemplo, a verdadeira doutrina à doutrina da maioria. Mas é evidente que a maioria pode não ser da mesma opinião, e pode proceder à exclusão do membro não conformista. Tal procedimento pode ser aplicado a toda a espécie de acção julgada incompatível com os interesses ou a honra do grupo. Quase sempre, a exclusão tem por consequência a ligação do indivíduo a outro grupo, ligação que, em certos casos, torna manifesta a ruptura com o grupo precedente.” *In Ibid.*, p.356.

valores previamente estabelecidos ou na substituição por outros que respondem às necessidades. Os valores não são intocáveis, estão sempre sujeitos a uma revisão, compete aos indivíduos utilizarem a sua liberdade individual, o seu direito a argumentar, para criar e recriar a sociedade em que vivem e, desta forma, alterarem os valores que a mesma manifesta. O exercício de reavaliação dos valores de uma sociedade pode ser compreendido como uma ousadia, embora uma postura ativa seja, de certo modo, incentivada essa postura é potencialmente nociva para o regime político vigente. Esta ousadia é um instrumento de defesa que os indivíduos possuem contra um governo despótico ou um motor de mudança para a reformulação de necessidades que surgem com novas gerações. O vínculo da autoridade encontra-se nas ideias, na argumentação, e não na autoridade que se exerce a partir de um acordo prévio, isto é, um governo é eleito porque alega representar parte dos valores da maioria dos indivíduos que governa, é essa a razão pela qual foi eleito. Se os valores mudam o governo deve ser ajustado para lhes corresponder, isto pode implicar reformas ou até a sua substituição. A potencialidade do alcance da argumentação a nível político não deixa lugar para a permanência, pelo menos racionalmente, de uma autoridade que não satisfaça a sociedade. A insatisfação será suficiente para desencadear uma reavaliação dos valores e promover uma mudança. As considerações aqui feitas não implicam que um Estado democrático seja indestrutível, pois pode ser destruído, basta que os indivíduos abdicuem do seu direito de argumentar e se resignem ao silêncio. A permanência na inércia pode ser fatal para a retórica. Sendo a inércia o que permite às sociedades permanecerem nas suas regras com estabilidade, essa ausência de pretensões à mudança pode aplicar-se à permanência num governo que já não corresponde às necessidades ou representa os valores da sociedade. Esta situação, que não traz benefícios aos indivíduos, pode acontecer com muita facilidade – os indivíduos vivem sob determinada cultura num determinado momento histórico, basta que essa cultura experiencie outro momento histórico para que seja preciso um ajuste dos valores dessa cultura e desses indivíduos.

“A cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de maneira tal que é em grande medida desses próprios discursos que

nos pensamos autorizados a extrair qualquer informação relativa a civilizações passadas.”²⁷

O decorrer no tempo é inevitável, compete às sociedades se ajustarem - a permanência na inércia implica uma abstenção do ajuste - o que pode levar os indivíduos a habitarem uma sociedade para a qual não possuem ligações racionais. Outra forma de permanência de um governo desadequado seria aquele que se instaura ou permanece por recurso à violência. A retórica não permite espaço à violência. Podemos pensar que um dos propósitos da argumentação é o confronto, o choque de ideias e de valores, ao qual só é possível determinar um resultado vencedor por meio do diálogo. A violência abdica de pretensões racionais, não permite que um dos lados possa vencer racionalmente, o que importa para a violência é a imposição de um lado que se pretende vencedor. Existem, contudo, garantias na violência – se o seu propósito é instaurar algo esse algo tem de ser necessariamente diferente do que já se encontrava em vigor e, como tal, certamente seria possível argumentar perante as possibilidades expostas; se o seu propósito é a permanência o fundamento que a sustenta não possui razoabilidade suficiente, pois, se assim fosse, os indivíduos reconhecê-lo-iam e não seria necessário a imposição pela força dessas ideias.

Sendo a liberdade de expressão um princípio fulcral para o desenvolvimento da nova retórica é fácil perceber que o carácter permissivo de regimes políticos que favoreçam a liberdade de expressão produzirá efeitos benéficos à evolução da retórica. A nova retórica constrói alicerces filosóficos e metodológicos para a emergência de um conceito democrático focado no pluralismo – surge como uma ferramenta vital de uma sociedade que procura participar ativamente e de modo crítico nos assuntos da vida social e, deste modo, concretizar o exercício político, vital para o regime democrático. Este modo crítico aqui referido não deve ser compreendido como nocivo, toda a argumentação ou todo o discurso possui uma dimensão retórica, que pressupõe um acordo do(s) ponto(s) de partida que culminam na adesão a determinado discurso – “Para que exista argumentação, é preciso que, num momento dado, se realize uma comunidade efectiva

²⁷ Ibid., p.29.

dos espíritos.”²⁸ No discurso filosófico a nova retórica não apresenta pontos de partida próprios, vive da dependência de noções comuns que lhe são exteriores – noções essas que estão sujeitas a uma decodificação argumentativa. O que está aqui a ser feito pela filosofia é criar um lugar para a retórica: afirma-se a potencialidade de discussão da argumentação (quebrando as pretensões de caráter absolutista) e funciona como agente mediador de conflitos considerando como pano de fundo os valores em causa. Os valores, para efeitos da argumentação, requerem ser abordados como normas que devem ser o objetivo das ações. Quando falamos de valores estamos sempre a implicar uma desigualdade, uma preferência hierárquica de determinada coisa em detrimento de outra. A nível argumentativo esta desigualdade é importante, pois permite estabelecer uma diferença de mérito e assim determinar o que será preferível e o que será suplementar. Na argumentação o preferível é um guia do acordo a ser estabelecido, sendo o acordo, por sua vez, o objetivo de toda a argumentação. O preferível permite quebrar com as indiferenças, pois sem uma escala seria difícil determinar a preferência entre as coisas, uma vez que são as diferenças que permitem hierarquizar e estabelecer os patamares de determinada classificação. A pretensão da adesão na argumentação requer ainda pensar os valores em relação ao auditório universal e, nesse caso, podemos considerar que, numa fase inicial da argumentação, os valores em jogo devem ser universais, ou, no mínimo, universalizáveis. Se os valores apresentados são vagos podem servir como elemento que permite ao auditório aceder mais facilmente à argumentação do orador, servem essencialmente para provocar um acordo unânime que supera a resistência inicial da adesão. Os valores universais, precisamente por serem mais simples e flexíveis, dão espaço à adição posterior de valores particulares que servirão a obtenção do acordo de auditórios particulares.²⁹ Podemos concluir que um orador que procure a adesão do auditório universal deve promover o seu discurso com base nos valores universais, pois são mais seguros e fornecem a possibilidade de uma adesão generalizada; quando o orador

²⁸ Ibid., p.22.

²⁹ “Toda a argumentação que visa apenas um auditório particular apresenta um inconveniente: é que o orador, na medida em que, precisamente, se adapta aos pontos de vista dos seus auditores, se arrisca a apoiar-se em teses que são alheias ou mesmo francamente opostas ao que aceitam outras pessoas que não aquelas a quem, de momento, se dirige.” *In* Ibid., p.39.

procurar a adesão de um auditório particular deve, da mesma forma, considerar os valores universais e partindo destes passar aos valores particulares, que são mais específicos do auditório a que se dirige.

C. Perelman distingue dois tipos de argumentação: a persuasiva e a convincente. A argumentação persuasiva é aquela que se dirige a auditórios particulares – os argumentos utilizados nesta argumentação servem exclusivamente para este auditório, perdem valor se aplicados a outro auditório sendo provável que não provoque adesão.³⁰ A argumentação convincente dirige-se ao auditório universal, pretende que os valores empregues tenham adesão da totalidade do auditório – sempre que consideramos o auditório universal temos de ter em conta o carácter normativo que resulta da sua adesão a determinada argumentação. Ao contrário da argumentação persuasiva a argumentação convincente será a argumentação ideal para o filósofo – que ao aspirar à adesão do auditório universal vai submeter a sua argumentação ao exame crítico do auditório universal. Acontece aqui, de forma subtil, uma reabilitação da retórica que, tendo em consideração a dignidade dos indivíduos, atribui-lhes o mesmo valor que, para outras concepções de retórica, só a verdade poderia atingir. C. Perelman acrescenta ainda que “para o que está preocupado com o carácter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir.”³¹

A nova retórica constrói-se com particular atenção à dignidade humana. Se a retórica se dedicar à adesão do auditório universal, as implicações da projecção da argumentação para tal auditório consistem na consideração, por parte do orador, da identificação dos indivíduos no tempo e no espaço, isto é, na sua época e na sua cultura e sociedade. Esta preocupação revela-se na argumentação, pois vai corresponder ou não, às necessidades dos indivíduos que compõem o auditório universal e a partir do reconhecimento da importância da argumentação o auditório pode deliberar e aplicar a norma. Não é o brilhantismo ou as capacidades do orador que estão em causa, mas sim quão competente é a argumentação em motivar o início de ações dos indivíduos, isso

³⁰ Ibid., p.36.

³¹ Ibid., p.35.

requer que estes se sintam envolvidos e motivados. A palavra adquire, na nova retórica, um propósito de compromisso vinculado à argumentação. Como meio de implicação para a participação ativa na vida da comunidade a linguagem ultrapassa o seu valor como mero instrumento argumentativo passando a ser o elo que une as comunidades e indivíduos dentro dos mesmos contextos culturais. Importa aqui mencionar que os contextos culturais incluem elementos que são partilhados pelos indivíduos dentro da sua comunidade, e esses formam a sua cultura. O contexto cultural constrói-se gradualmente estabelecendo um passado cultural – permitido pela linguagem – que não pode ser compreendido fora do contexto onde está inserido. O indivíduo não é, assim, um alvo frágil almejado pela argumentação, o contrário será mais plausível. A argumentação pretende dirigir-se a um auditório, esse auditório já se encontrava presente, o intruso é a argumentação, como tal precisa de se adaptar e ajustar ao auditório. Será errado pensar no indivíduo como indefeso, ele é o elemento mais feroz em consideração, encontra-se protegido por uma herança cultural previamente aceite e estabelecida que a retórica não pode, nem deve tentar derrubar, o ideal para a retórica será utiliza-la a seu favor.

Regressando à questão do modelo político ideal para a proliferação da nova retórica podemos considerar que possa existir um modelo despótico e totalitário que não recorra à violência pois conseguiu de forma inicial persuadir o auditório. A designada submissão voluntária é possível, contudo é importante lembrar que um auditório com uma postura de participação ativa vai conseguir detetar, mais tarde ou mais cedo, as pretensões negativas da argumentação utilizada. Um auditório pode rejeitar argumentos por várias razões, acontece que no caso das mentiras, por exemplo, a sua resistência é muito ténue, basta ser detetada. Uma falácia, por exemplo, não se encontra sob os mesmos parâmetros da mentira – primeiro requer uma investigação por ambas as partes, o orador terá de conhecer as falácias para as conseguir aplicar eficazmente, o auditório tem de as conhecer para se prevenir do uso das mesmas, isto não implica que o reconhecimento seja feito no momento mas pode ser também através de uma análise posterior. Jay Heinrichs diz a propósito das falácias que

“podes cometer falácias tanto quanto desejares, desde que as consigas sobreviver com a sua aplicação. O auditório acarreta a responsabilidade de as identificar; se o fizer, lá se vai o teu *ethos*.”³²

Uma das funções da retórica é, precisamente, incrementar a nossa capacidade de prevenção contra um uso abusivo da argumentação – como através de noções confusas – estudando os possíveis procedimentos. Com preparação previa é possível distinguir um discurso que procura persuadir ou convencer de um discurso que procura enganar ou induzir em erro. O estudo da retórica torna-se, assim, indispensável para uma sociedade fundada sob o princípio da liberdade. Estas considerações que inserem a retórica são importantes por causa do alcance do discurso no auditório universal. O auditório universal não é um auditório concreto, composto por todos os indivíduos - na medida em que o discurso serve como regulação da sociedade o auditório universal é também composto por aqueles indivíduos que não concordam com determinados valores da sua comunidade. Acontece que o auditório universal é aquele que existe numa dimensão social, através de uma regulação democrática, o que permite a existência da pluralidade, desde que as divergências não se sobreponham de modo a arruinar ou inviabilizar o modelo político presente. De outro modo podemos declarar que o auditório universal possui uma tarefa de regular a racionalidade para fins sociais que podem ser acordados num regime democrático – o que se pretende é o compromisso incitado pelo consenso da maioria, sendo que alguns indivíduos possam não ficar completamente satisfeitos. Essa insatisfação, contudo, não é, nem pode ser suficiente para abalar a firmeza da comunhão de valores estabelecida pelo auditório universal.

A ligação que se estabelece entre o auditório universal e a filosofia – a tentativa de adesão universal – revela a eficácia prática da filosofia. A procura de uma resposta universalmente válida remeteria exclusivamente para uma postura dogmática e deficitária; a filosofia precisa de ser compreendida à luz da eficácia sociopolítica, acrescentando ao seu carácter teórico e crítico a função de construir a conduta dos

³² HEINRICHS, Jay – Thank You For Arguing, p.146. (Tradução nossa)

indivíduos por valores e normas racionalmente aceites.³³ O apelo ao auditório universal é um apelo ao uso do senso comum, mais concretamente a que o senso comum seja submetido a uma deslocação do seu estado de inércia para que possa, em última instância, ser renovado em função da mudança que reforma a razoabilidade.³⁴

“Os filósofos pretendem sempre dirigir-se a um auditório assim, não porque esperem obter consentimento efetivo de todos os homens, mas porque acreditam que todos os que compreenderem as suas razões não poderão deixar de aderir às suas conclusões.”³⁵

Os valores, princípios e critérios do senso comum, que usufruem de incontestabilidade – quer por serem considerados como evidentes para o auditório universal, quer por coexistirem em harmonia com a legislação – não são intocáveis, são alvo de alterações e mudanças, basta procurar explicitação sobre os mesmos que o auditório universal inicia uma reflexão que pode culminar na transição para uma comunidade mais adequada às exigências provenientes da novidade apresentada. O apelo do filósofo ao auditório universal é sempre com a pretensão de provocar uma modificação do que é admitido pelo auditório, para isso é preciso o apoio do já admitido, pois só assim a filosofia consegue provar a verdadeira importância do seu valor para a razão histórica: evidencia o seu estado e promove a modificação.

A universalidade, do ponto de vista da argumentação, resume-se à procura da validação dos espíritos razoáveis, compreenda-se que estes são interdependentes do auditório universal, não é possível considerar um fora do outro. A razoabilidade também prossegue sempre de mãos dadas com o auditório universal, o progresso imposto por um vai estimular reformas e ajustes por parte do outro. A filosofia do razoável identifica-se e promove este progresso contínuo. A razão é assim uma racionalidade concreta ligada à adesão dos intervenientes que validam as questões debatidas. A busca da universalidade

³³ “O facto de seguir um modelo reconhecido, de se ater a ele, garante o valor da conduta; consequentemente, o agente que essa atitude valoriza pode, por seu turno, servir de modelo: o filósofo será proposto como modelo à cidade porque ele próprio tem por modelos os deuses; Santa Teresa será inspiradora da conduta dos cristãos porque ela própria tinha como modelo Jesus.” *In* PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – Tratado de Argumentação, p.400.

³⁴ GRÁCIO, Rui – Racionalidade Argumentativa, p.106.

³⁵ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – Tratado de Argumentação, p.40.

não serve para suprimir discussões, para que exista diálogo é preciso partir de um espaço comum, de outro modo apenas era possível resolver controvérsias pelo confronto direto, o que não é desejável pois nessa hipótese encontra-se ausente, desde início, a possibilidade de um acordo entre os indivíduos.

Podemos então apontar a verdade obtida no diálogo como uma verdade passageira e débil, apesar de validar a razoabilidade presente pode ser contestada e substituída pelo consentimento atribuído a uma nova verdade. Reside aqui outra tarefa da filosofia – garantir que a verdade aceite não silencie os indivíduos a favor da sua permanência ou da permanência de certos valores. Uma verdade que impeça os indivíduos de exercerem as suas capacidades argumentativas é uma verdade tirânica. É no estudo da relação que existe entre a verdade e a adesão, para C. Perelman, que a teoria da argumentação ultrapassa os limites impostos pelo estudo das técnicas da comunicação e ganha um verdadeiro interesse filosófico transformando-se numa filosofia da argumentação.³⁶ Enquanto na teoria da argumentação se considera a racionalidade do discurso, na filosofia da argumentação atenta-se às consequências filosóficas do mesmo discurso. A filosofia torna-se o mediador ideal para ajudar a determinar as posições tomadas a partir da argumentação. Para isso, contudo, terá de ser imparcial. Isto parece controverso pois ao determinar uma posição está a ser parcial, o que se pretende é que o filósofo seja conhecedor de todos os pontos de vista e se implique nos mesmos, sem essa implicação o filósofo é neutro e não pode decidir.³⁷

³⁶ GRÁCIO, Rui – Racionalidade Argumentativa, p.113.

³⁷ Ibidem, p.116.

1.2. A Moral Provisória de Descartes e a Nova Retórica

Devido às implicações instauradas pela retórica na vida dos indivíduos seria expectável que a nova retórica se fizesse acompanhar de uma teoria moral de suporte. A razão que leva a que tal não aconteça pode ser difícil de identificar pois C. Perelman não deixa considerações específicas sobre o assunto. Isto não implica, contudo, que a moral não seja analisada à luz da nova retórica. Em primeiro lugar podemos justificar essa ausência como uma tentativa por parte de C. Perelman de afastar as considerações sobre a retórica de uma teoria moral que a sustente, a retórica já foi vista à luz dos efeitos que produz, o que não lhe trouxe uma imagem muito positiva. Podemos ainda considerar que a própria teoria da argumentação de C. Perelman não necessita de uma justificação ou apoio moral que a sustente, quer pela conduta provocada por um uso racional da argumentação, quer pela pluralidade dos indivíduos e culturas onde se inserem. Colocando estas considerações de parte a nova retórica de C. Perelman parece dever muito à reflexão moral presente no pensamento de Descartes.

Esta relação talvez não tenha sido evidenciada por C. Perelman pois o pensamento de Descartes comporta uma conceção de razão muito diferente da presente na nova retórica. Para Descartes compete ao filósofo a demanda da racionalidade, mas esse percurso é feito por um inquérito de pretensões metafísicas em que se trata da possibilidade da certeza do conhecimento. A dúvida radical, a partir da qual Descartes formula todo o seu pensamento não tece considerações sobre a retórica, tal como a ideia de Deus também não ocupa o pensamento retórico de C. Perelman, mas as três máximas enunciadas na moral provisória parecem espelhar-se na nova retórica. A reflexão moral do pensamento de Descartes tem início com uma comparação da criação de uma casa. O objetivo desta comparação com a moral é bastante simples, à semelhança do que acontece com a reconstrução de uma habitação a demolição da estrutura anterior por si não basta, são precisos conhecimentos de arquitetura, é preciso elaborar um plano, obter os materiais e, finalmente, ter uma outra habitação que se possa habitar enquanto ocorre a reconstrução da anterior. É neste último ponto que se situa a moral cartesiana, à qual, sendo provisória,

supõe a substituição, a certo ponto por uma outra que seja definitiva.³⁸ A dúvida radical, a partir de qual se funda todo o pensamento, impõe um problema incontornável às considerações éticas e morais, surgindo a necessidade de uma moral provisória a que se possa recorrer enquanto a atenção incide sobre as reflexões do método.

A primeira máxima enunciada da moral provisória consiste em obedecer às leis e costumes do país, permanecendo fiel à religião que se foi instruído desde infância e seguir as opiniões e ações mais sensatas e moderadas dos homens mais sensatos do país. Nesta máxima podemos identificar a razoabilidade em que operam os indivíduos, ao recorrer à conduta dos homens mais sensatos como modelo³⁹ estamos não só a reconhecer a razoabilidade da sua conduta como a respeitar a contextualização histórica da razão que a sustenta. Descartes revela, no entanto, outra consideração nesta máxima – devemos prestar mais atenção às ações do que às palavras, os hábitos estão sujeitos a uma degradação. Este foco na prática não desvaloriza o valor da palavra, mas coloca o ênfase na ação – podemos ter princípios a regular as ações, mas a sua aceitação depende de quão cómoda é a sua aplicação.⁴⁰

A segunda máxima consiste em permanecer firme e determinado quanto às ações realizadas. A implicação aqui presente é da coerência, se determinada ação foi realizada isso deve-se ao facto de a razão ter determinado que, pelo menos no momento da decisão, não existia nada melhor em consideração. Esta garantia liberta o indivíduo de uma constante reavaliação das decisões passadas, mas também fornece um guia para as decisões futuras – quando acontece não ser possível determinar qual a ação mais adequada deve-se optar pelas que incitam menos dúvidas.⁴¹ Esta máxima formula, de certo modo, a conduta idealizada por C. Perelman - as ações devem ser realizadas com recurso aos valores que o indivíduo possui tendo em conta o seu contexto histórico-cultural. Esse contexto pode mudar, e, como tal mudará, por consequência a avaliação das ações

³⁸ DESCARTES, René – Discurso do Método, p.37.

³⁹ “Podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valorize os actos. O valor da pessoa, reconhecido previamente, constitui a premissa de onde se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular. Não se imita qualquer um; para servir de modelo é preciso um mínimo de prestígio.” In PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – Tratado de Argumentação, p.399.

⁴⁰ DESCARTES, René – Discurso do Método, p.38.

⁴¹ Ibidem, p.40.

anteriores, mas essas foram realizadas sob a alçada de um outro contexto e seria absurdo efetuar esse tipo de ilações. O ajuste pode ser efetuado para se revelar em situações futuras, e, por isso, se deve optar pelas ações que são menos duvidosas – precisamente por não levantarem tantas objeções somos levados a crer que são as mais seguras.

A terceira máxima da moral provisória implica já uma aplicação do método cartesiano. À semelhança da dúvida radical, a partir da qual tudo se coloca em dúvida, é a partir da reflexão individual que se começa o processo de edificação do conhecimento - a terceira máxima também procura uma construção que parta do próprio indivíduo:

“A minha terceira máxima era procurar sempre antes de vencer-me a mim próprio do que vencer a fortuna e modificar antes os meus desejos do que a ordem do mundo; e, geralmente, habituar-me a acreditar que, afora os nossos pensamentos, nada há que esteja inteiramente em nosso poder.”⁴²

Os nossos pensamentos encontram-se em nosso poder, tudo o resto que acontece no mundo está fora do nosso controlo e como tal não é de competência do indivíduo debruçar-se sobre o que não controla. Esta adaptação às condições equivale ao que C. Perelman denomina de inércia. No pensamento de Descartes, no entanto, esta adaptação tem o propósito de gerar contentamento sobre o que não se pode controlar, estimulando a permanência neste estado. Ao compararmos as teorias de C. Perelman e Descartes conseguimos perceber que apesar de Descartes se preocupar, de certa forma, com a adaptação das ações à sociedade em que o indivíduo se insere não possui considerações sobre o progresso histórico como C. Perelman. Ao apontar os homens sensatos como modelo é ponderada uma existência sem momento histórico atribuído, isto é funcional, mas nada fornece sobre as adaptações que possam ocorrer nessa sociedade. Se voltarmos a ter em conta a segunda máxima estamos perante um apelo à estagnação. O estado de inércia, como apresentado no pensamento de C. Perelman, é desejável apenas se os indivíduos se encontrarem satisfeitos com a estabilidade implementada, de outro modo deve proceder-se à mudança. A terceira máxima da moral provisória, fortemente apoiada no estoicismo, como admitido pelo próprio Descartes⁴³, desculpabiliza o indivíduo pela

⁴² Ibid., p.41.

⁴³ Ibid., p.42.

sua inércia e obriga-o a permanecer na condição de escravo das condições em que se encontra.

Estas considerações encontram um obstáculo, a moral de Descartes é provisória, a admissão desse carácter temporário retira valor a algumas potenciais críticas – ela cumpre a sua função e isso é o desejado por Descartes. Resta a questão da possibilidade de uma moral definitiva – tomando a moral provisória como base para a fundação da moral definitiva conseguimos perceber que uma moral com propósitos universais seria difícil de atingir, pois as características específicas que se pode obter da primeira máxima são volúveis, variam demasiado, cada país terá as suas leis e costumes, cada religião uma instrução diferente e os homens sensatos serão dotados, certamente, de opiniões diferentes – o que os leva a agir de outra forma. Uma moral definitiva não poderia apoiar-se em homens sensatos, dado que não os podemos considerar universalmente. A figura mais indicada como guia seria o sábio. Aqui é preciso evidenciar a distinção entre o sábio e o filósofo – o filósofo refuta, pensa, o sábio é aquele que viveu, possui a experiência, meditou e sobreviveu, tudo isto destaca-o dos demais e torna evidente a sua sabedoria. Este reconhecimento, contudo, não é suficiente. Ninguém pode, no pensamento de Descartes, atingir a moral definitiva, mesmo o sábio – o melhor exemplo – é um ser humano e como tal foi criado por Deus que o fez à sua semelhança, mas atribui-lhe limitações de carácter corporal e intelectual. O sábio não pode tudo, mas mais importante – não sabe tudo.

É preciso considerar sempre o propósito inicial da moral provisória, ela foi elaborada para a condução da existência. Cada indivíduo vai agir de acordo com a sua condição e situação. A aplicação da moral provisória à nova retórica de C. Perelman é possível, embora apenas temporariamente. Enquanto os indivíduos de determinada sociedade permanecerem no estado de inércia, satisfeitos com as regras estabelecidas e sem notarem a necessidade de um ajuste a moral provisória pode ser aplicada. O problema surge quando o progresso histórico provoca um ajuste na norma, para C. Perelman a argumentação justifica e valida essa mudança, para Descartes o progresso não é sequer

considerado, apenas solicita ao indivíduo que aguarde as condições que lhe foram impostas. Esta postura passiva não implica o indivíduo na sociedade, não permite abertura para a argumentação, pode ser apontada inclusive como uma recusa do indivíduo ao uso das suas faculdades racionais e da sua liberdade, assemelhando-se aos propósitos de uma sociedade que se encontra sob a influência de um governo despótico. C. Perelman menciona Descartes ao longo da sua obra, mas essa menção remete apenas para as considerações do indivíduo a nível particular, seja pela função da razão, os valores ou o modelo, não aponta a moral provisória como base ou inspiração para a formulação da nova retórica.

Capítulo II

2.1. A Problematologia

Ao longo do capítulo anterior a nossa reflexão incidiu sobre a argumentação, a exposição de um discurso. Embora esteja pressuposto que para que exista um discurso exista, necessariamente, um pensamento a partir do qual o discurso é elaborado a criação e elaboração desse pensamento requer por si só algumas considerações. A procura de mudança pela argumentação revela que os valores instaurados foram questionados e é precisamente no ato de questionar que se situa o vínculo mais forte entre a retórica e a filosofia. Sendo o ato de questionar a origem de todo o trabalho filosófico é fácil notar que se encontra presente ao longo de toda a tradição filosófica. Uma análise mais minuciosa do trabalho filosófico provoca, muitas vezes, um questionamento sobre as causas ou princípios do que se encontra sobre análise, à medida que se progride na busca, está-se a incorrer numa interrogação radical, na qual se busca as causas originárias. Esta busca das causas primeiras foi feita, entre outros, por filósofos como Aristóteles, Christian Wolff e Descartes.

O questionamento radical, como afirma Michel Meyer, perdeu-se.⁴⁴ Ao longo da história da filosofia prevaleceu a tendência para incidir sobre projetos individuais que descreditaram o apoio no sujeito fundador de sentido reduzindo-o e limitando-o apenas ao que pode exprimir em primeira instância: pensamentos, memórias e sensações. M. Meyer considera que após Descartes a procura de princípios entrou em declínio, os sistemas de pensamento começaram a tomar como ponto de partida a consciência de si, tal como ilustrado por Descartes, mas, este ponto de partida perdeu força à medida que começaram a surgir suspeitas sobre o sujeito fundador.⁴⁵ O discurso podia ser condicionado pelo outro lado do sujeito, o seu inconsciente ou de interesses próprios. Este descredito, protagonizado por Nietzsche, Marx e Freud levou a uma *desfundamentação* do sujeito fundador, levando-o assim à sua morte. Com a morte do

⁴⁴ MEYER, Michel – A Problematologia, p.11.

⁴⁵ Ibidem, p.12.

sujeito fundador já não é mais possível filosofar com o ponto de partida cartesiano, impõe-se a necessidade de um regresso à base, ao originário. O originário implica, sem dúvida, um apoio na história da filosofia. A filosofia enquanto atividade reflexiva não pode deixar de refletir e se servir do seu passado, que serve para proceder a uma reconstrução e ultrapassar a potencial redução da história da filosofia a história pura. A filosofia refuta-se a si mesma e só assim deixa de ser autossuficiente da sua própria história confirmando que não precisa de construir partindo de respostas dadas, mas podendo reconstruir-se a partir delas. Quando a filosofia se apoia na sua história não pode deixar de exercer o seu carácter reflexivo, deve interrogar os seus textos e autores, caso contrário está num perpétuo exercício de refutação da sua história, sem progresso, sem ser mais do que a sua própria história.

“O refúgio na história da filosofia não poderia ocupar o lugar da filosofia, mesmo que esta não possa deixar de se referir ao seu passado. Uma questão de subordinação e, portanto, de ordem na interrogação dos textos, cujo valor e verdade se podem tanto discutir como simplesmente reconstruir.”⁴⁶

Ao interrogar um autor evidencia-se uma necessidade interrogativa que é exterior ao próprio autor, força a radicalização da interrogação, obriga-se a considerar a interrogação filosoficamente. O ato de filosofar, sendo sempre um ato que envolve interrogação, é então um ato de problematização.

Quando se revela a interrogação sobre o questionamento é necessário questionar o principal, o originário, através da questão geral que foi colocada inicialmente. Deste modo, é possível verificar o princípio próprio do pensamento, ou seja, da filosofia. A filosofia, enquanto questionamento radical, toma como tema principal o próprio questionamento, embora este facto tenha permanecido como oculto ao longo de toda a sua história. O questionamento, porque implícito no ato de filosofar, nunca foi, em si mesmo, considerado como tema da filosofia, este deslocamento da interrogação levou à automatização de respostas que foram consideradas como proposições e lhes era assim atribuído a propriedade de verdade. Esta resolução é conhecida no pensamento de M.

⁴⁶ Ibid., p.13.

Meyer como modelo proposicional da Razão, modelo que surgiu com o pensamento de Platão e Aristóteles e possuía um carácter científico e dialético cujo foco consistia em atribuir uma justificação da verdade. Desde então a justificação passou a ser compreendida como paradigma da razão.

As questões filosóficas, ao não considerarem a sua própria radicalidade focam-se em algo que não elas mesmas e determinam assim a filosofia como ontologia. A filosofia, a formulação de um problema consta como a sua resolução, pois é na perpetuação dos problemas que a filosofia lhes apresenta respostas. É precisamente neste ponto que se estabelece a distinção entre filosofia e ciência. A ciência suprime os problemas assim que os resolve, esgota-os. Com estas considerações seria possível apontar a filosofia como o seu próprio objeto, o não implicaria que a filosofia se rodeasse incessantemente da sua própria atividade e que tomasse tal como um aspeto positivo da sua reflexão – a filosofia enquanto problema próprio é uma reflexão da sua existência e possibilidade. Segundo M. Meyer

“poder-se-ia dizer que ela⁴⁷ se deve pensar, em vez de ser pensada, pois, por esta interrogação radical que se reflete no seu carácter fundamental, a filosofia toma como objeto a sua própria prática.”⁴⁸

O que está em causa para M. Meyer é o facto de ao longo da sua história a filosofia não ter questionado o próprio questionamento, pois assim sendo a filosofia apresenta-se como um responder que é ignorante perante o que é, o seu ser.

A especificidade particular da filosofia consiste na pluralidade de respostas possíveis aos variados problemas sem os esgotar, ou seja, fornecer respostas problematológicas. Uma resposta problematológica – que não esgota a questão – coloca alternativas ao passo do que se sucede com uma resposta apocrítica – da qual se pretende resolver a questão de um modo definitivo. Numa resposta apocrítica as questões dão origem a outras questões, as questões desaparecem e as respostas continuam a surgir, esgotando os problemas com as respostas. De outro modo é possível dizer que uma resposta apocrítica, ao solucionar um problema elimina-o de modo definitivo, assim pode

⁴⁷ A filosofia.

⁴⁸ Ibid., p.26.

surgir um problema a partir da solução do anterior, contudo o anterior permanecerá resolvido. A especificidade daquilo que é filosófico deve-se à radicalidade da sua interrogação, e a filosofia é primeira nesse sentido. Deste modo, a filosofia só pode ser primeira, ou não o é de todo, pois tem necessariamente de realizar um questionamento sobre o que é primeiro. Assim a filosofia primeira só pode ser pensada como uma problematologia.

É preciso devolver à filosofia a sua função natural metafísica – agora apoiada na conceptualização problematológica – para o pensamento se desenvolver livremente. Assim, a filosofia não é primeira no sentido cartesiano ou kantiano. A questão do originário encontra-se na origem de todo o processo intelectual, é possível não a colocar para permitir o avanço tal como acontece no âmbito da ciência – o que é uma atitude legítima. É possível, contudo, reivindicar que a filosofia pode proceder pela questão do originário sem a colocar, alegando uma preocupação de eficiência em vez de uma impossibilidade independente da experiência – a priori. O que aconteceu ao longo da história da filosofia – o facto da filosofia não se entregar à problematologia – é uma evidência histórica, uma necessidade meramente teórica.

Um problema dito filosófico, para ser resolvido, requer a utilização de um método, contudo, para justificar a escolha do método a ser utilizado é necessária uma metafísica, isto é, um princípio que o funde ao exemplifica-lo. O método ideal seria científico, seria um método que separasse o verdadeiro e o falso por um encadeamento de razões que justificam um ao eliminar outro. Ao colocar a questão do originário como fundamento de toda a interrogação, a única resposta possível seria a afirmação do questionamento como originário. Se, em filosofia, a resposta deriva do facto de se colocar a questão, o mesmo não sucede com a ciência – onde a resposta se separa da questão, pois o objetivo é a resolução da questão e não a sua problematização.

A história da filosofia ilustra uma capacidade crescente da filosofia face ao prodigioso desenvolvimento das ciências desde o final do século XX.⁴⁹ A própria filosofia só se pode pensar como estando inteiramente posta em questão ou como incapaz de

⁴⁹ ECHEVERRÍA, Javier – Introdução à Metodologia da Ciência, p.261, 264.

resolver por si própria os seus problemas. O que acontece tradicionalmente na ontologia é a colocar em questão de tudo que, do dito Todo.⁵⁰ Para aprender sobre o Todo é preciso delimita-lo, como fora do Todo não há nada, o Nada apresenta-se como o único lugar de possibilidade do metafísico. M. Meyer procura expandir as suas considerações sobre a ontologia tendo em particular conta o pensamento de Martin Heidegger. É M. Heidegger o filósofo da história do pensamento que simboliza uma radicalização da interrogação numa época em que a ciência parece torna-la mais impossível do que nunca. Segundo M. Meyer o que M. Heidegger faz é uma defesa do questionamento, atribuindo-lhe um papel importante, pois o perguntar é perguntar por algo, toda a questão comporta um objeto que é interrogado.⁵¹ A pergunta presente na obra de M. Heidegger sobre o sentido do ser permite uma interrogação sobre o ser, isto é, o homem, essa interrogação, contudo não leva M. Heidegger a interrogar-se sobre o ser da questão, mas sim a interrogar-se sobre o ser pelo qual surge essa interrogação.⁵² A questão do ser como sentido da interrogação leva à interrogação dessa mesma interrogação que aparece primeiro, repetindo-se, o que pode levar a uma sequência infinita. M. Heidegger aborda o questionamento, mas não se preocupou em ver o seu carácter fundamental e deslocou esse carácter fundacional para o nível do ser, condenando-o ao indizível e ao inquestionável.

A situação da história da filosofia como deixada por M. Heidegger fez-se sentir posteriormente, segundo M. Meyer sobressai neste propósito o pensamento de Ludwig Wittgenstein. L. Wittgenstein assume a linguagem como um meio para colocar o problema e a solução. O pretendido era reformar a conceção de linguagem modelando-a pela ciência e pela linguagem ideal que ela utiliza, a lógica. O objetivo era pensar a relação entre a lógica e a linguagem antes de construir uma logicização generalizada. A lógica

⁵⁰ MACINTYRE, Alasdair – Encyclopedia of Philosophy, Volume 7, p.27, 28.

⁵¹ “O nosso objetivo no presente tratado é trabalhar a questão do sentido do ser e fazer-lo concretamente.” (...) A questão sobre o sentido do ser precisa de ser formulada. Se é uma questão fundamental, ou a questão fundamental, então precisa de ser transparente – de se ver através da mesma – e formulada de um modo apropriado. (...) Todo o inquérito, como inquérito sobre algo, contém aquilo pelo qual se inquer. Mas todo o inquérito sobre algo é a questão sobre algo. Então, além daquilo que se questiona, o inquérito contém aquilo que é interrogado. Nas questões de um inquérito - isto é, nas questões que são especificamente teóricas – o que se pergunta se determinado e conceptualizado.” In HEIDEGGER, Martin – Being And Time, p.19, 24. (Tradução nossa).

⁵² TUNHAS, Paulo; ABRANCHES, Alexandra – As Questões Que Se Repetem, p.332.

não se apresenta como uma construção que se impõe à linguagem, é imanente à linguagem, adaptável à diversidade das situações de uso. A lógica põe ainda em evidência relações de sentido que não são ditas no que é dito, mas que se mostram e que cada um compreende na medida em que é um consumidor dessa mesma linguagem natural.⁵³ A questão do questionamento filosófico resulta do movimento de cientifização generalizada que surge no século XIX e parece tornar a filosofia mais impossível que nunca. Quando colocamos uma questão pretendemos obter uma resposta, é esse o significado do ato interrogativo, contudo a questão pode parecer insolúvel. Quando alguém questiona e aguarda uma resposta está a dar sentido à sua ação, mas a questão permanece desprovida de sentido. O sentido de uma questão suscita o método para lhe responder, uma questão demonstra um método de procura. A teoria da significação está subordinada assim à exigência apocrítica, isto é, da resolução de problemas. Quando um problema é insolúvel não é de facto um problema, por não possuir sentido não pode ser definido como problema, mas sim como falso problema.

A filosofia ao responder à preocupação de tematizar a problematização focou-se na linguagem por intermédio da lógica, e na ciência por meio da experiência, criando condições fecundas para o surgimento do neopositivismo. Para L. Wittgenstein a filosofia mistura falsos problemas e verdadeiros problemas porque não possui uma linguagem como a lógica que permita estabelecer uma diferença entre eles. Esta diferença remete para uma distinção mais fundamental, a dos problemas e das soluções. Se uma questão se diferencia duma resposta e deve dela poder demarcar-se para que se possa realmente resolver, e não se reproduza indefinidamente, então é necessário que a expressão da questão seja diferente da resposta e assim a assinale. L. Wittgenstein apontou a filosofia como uma crítica da linguagem. É, contudo, a linguagem que torna possível a interrogação autêntica. O questionamento não pode ser questionado como tal, só existem dúvidas onde há questões, só há questões onde há respostas, e por sua vez, a resposta só

⁵³ WITTGENSTEIN, Ludwig – Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas, p.52.

existe onde pode ser dita.⁵⁴ A filosofia ao dar a si própria um fundamento para resolver os seus problemas tem de os destruir para ver em que medida são insolúveis.

Em filosofia responder a uma questão equivale a desdobrá-la em respostas, fora da filosofia o objetivo da resposta não é estipular a questão, mas sim suprimi-la, ultrapassá-la. Uma questão que em princípio é insolúvel não pode ter sentido, é uma série de palavras sem significação que terminam com um ponto de interrogação. Uma proposição possui sentido se é possível utilizá-la numa determinada situação e se o auditório pode confirmar essa adequação do seu uso. Se uma questão se coloca como a pergunta sobre algo possui significado, como tal deve poder-se verificar se uma proposição lhe responde ou não.

Resta ainda um outro fator importante no pensamento de L. Wittgenstein – o silêncio. Se perante um problema existe uma solução e, então, o problema desaparece, ou o problema é insolúvel, e deve ser feito desaparecer. Neste último caso, onde existia um problema, já não mais existe, e como tal o seu lugar é ocupado pelo silêncio. “Acerca daquilo que se não pode falar, tem que se ficar em silêncio.”⁵⁵

Uma questão filosófica perpetua-se por meio de variações de respostas problematológicas, essas variações dependem da História pela sucessão de sistemas de pensamento. O facto de uma questão filosófica ser insolúvel pelos critérios positivistas é da própria ordem do filosófico. A historicidade é uma dimensão constitutiva do questionamento. Um problema filosófico é histórico, enraíza na História e traduz-se na sucessão de filosofias – a filosofia procura sempre pensar-se como um sistema de interrogatividade.

O que é evidenciado por M. Meyer parece ter escapado na história do pensamento. A filosofia, ao longo da sua história – por meio dos seus autores e textos – parece ter pensado vários assuntos valorizando mais o debate dos mesmos do que a própria essência do ato filosófico em si, ou tal como denomina M. Meyer – do questionamento radical.

⁵⁴ “(6.5) Se uma resposta não pode ser posta em palavras, também o não pode a pergunta. O enigma não existe. Se se pode de todo fazer uma pergunta, então também se pode respondê-la.”; (6.51) (...) E isto porque só pode haver dúvida onde pode haver uma pergunta, e uma pergunta só onde pode haver uma resposta, e esta só onde algo pode ser dito.” *In* Ibidem, p.141.

⁵⁵ Ibid., p.142.

Esse mesmo questionamento é transversal a toda a filosofia, quer seja considerado de um modo consciente como na reflexão de M. Meyer, ou inconsciente como os rastros que M. Meyer evidencia no pensamento de M. Heidegger e L. Wittgenstein. Isto não significa que ao longo dos tempos os filósofos não tenham compreendido a natureza da filosofia, se fosse o caso não seria possível produzir as suas filosofias, o que acontece é que questionar o questionamento não foi uma necessidade que se lhes apresentou, e, como tal as investigações realizadas não se desenvolveram nesse sentido.

As considerações de M. Meyer sobre a problematologia revelam-se particularmente importantes na medida em que é próprio do pensamento contemporâneo o reconhecimento da dimensão problemática da existência e dos valores. A queda do sujeito fundador acima referido e a nova abordagem ao conhecimento científico – em que a ciência deixa de analisar os resultados que se acumulam progressivamente – permitem também uma reabilitação da retórica. A retórica invadiu a nossa época, todos os aspectos possíveis das vidas dos indivíduos que se encontram associados a qualquer tipo de comunicação sofrem as suas consequências e excessos.

2.2. Retórica Branca e Retórica Negra

No capítulo anterior já foi mencionado que existem várias definições de retórica. O motivo pelo qual existem várias definições consiste na quantidade de abordagens e considerações diferentes daqueles que se debruçaram sobre a retórica. Existe, no entanto, uma formulação que se encontra tendencialmente: é a arte de bem falar – ou a arte de mostrar eloquência em público. Podemos apontar vários pensadores e as suas considerações particulares, mas embora os detalhes possam ser diferentes, o geral permanece. Quintiliano aponta a retórica como a ciência do bem-dizer, para Platão a retórica opunha-se à filosofia pois associava-se aos sofistas e para Aristóteles a retórica é a arte da comunicação, da elaboração de discursos feitos para um público com um fim persuasivo. Embora várias abordagens tenham sido feitas à retórica é de notar que o cunho negativo implementado por Platão se fez notar durante séculos. A isto ajudou a evolução histórica que não favoreceu a retórica. As monarquias, regimes feudais, impérios e religiões que construíram o mundo que hoje conhecemos não criaram condições para que a retórica se desenvolvesse – não forneciam sequer os parâmetros necessários para uma discussão livre. Durante esta evolução histórica o foco, no que tocava à retórica – incidia essencialmente sobre a linguagem, à ornamentação estilística e literária, hoje em dia a retórica encontra-se mais ligada à pragmática, e o foco incide sobre a intenção.

A definição de retórica proposta por M. Meyer absorve um pouco de todas as formulações anteriores e integra ainda o potencial caráter problematológico presente na argumentação. Do ponto de vista do orador o que se pretende é agradar, persuadir, seduzir e convencer, para tal será pouco importante se esse resultado é obtido por meio de um belo discurso ou por argumentos racionais. Do ponto de vista do auditório o que importa é conseguir decifrar as intenções que se encontram por detrás do discurso apresentado. Existe sempre uma estrutura bem vinculada do que se pretende com a retórica – há uma relação entre um sujeito e outro, essa relação existe por uma via que é a linguagem. O que importa não é analisar as diferenças que se podem considerar a partir de várias definições de retórica, mas sim compreender eficazmente a relação que ela implica. Com esta relação “a retórica é o encontro dos homens e da linguagem na exposição das suas diferenças e

das suas identidades”.⁵⁶ Esta não é, contudo, a definição de retórica apresentada por M. Meyer, é uma das suas características. Esta relação retórica implicará sempre uma distância social, psicológica e intelectual que se vai manifestar nos argumentos. Deste propósito surge a definição de retórica proposta por M. Meyer: a retórica é a negociação da distância entre os sujeitos.

“Esta negociação acontece pela linguagem (ou, de modo mais genérico, através da – ou de uma – linguagem), pouco importa se é racional ou emotiva. A distância pode ser reduzida, aumentada ou mantida consoante o caso.”⁵⁷

O referido caso será a questão em análise – o problema - que particularizará o debate. Com esta definição fica bem claro que a retórica serve ora para unir, ora para opor os sujeitos implicados, evidencia aqui a possibilidade de alternativas e a importância do problemático no discurso.

A relação retórica acima referida já foi abordada, de outro modo, na história da filosofia, por Aristóteles com o *ethos*, *pathos* e *logos* – que simbolizam respetivamente o orador, o auditório e o discurso. Por *ethos* compreende-se aquilo que é próprio do orador, isto é, quem ele personifica, o seu carácter e as suas virtudes. É possível ainda afirmar que o *ethos* corresponde à imagem que o orador gera de si para outrem, revelando a sua credibilidade e competências. A personificação do orador perante o auditório será vital para a aceitação do seu discurso. O *pathos* consiste no apelo emocional e às paixões do auditório de modo a obter a sua aceitação. Este apelo é feito através do discurso. O *logos* que compete ao discurso, à argumentação e pode ser ornamental, literário ou simplesmente argumentativo. O *logos* é também o apelo à razão. Estes elementos apresentam uma visão da retórica que não corresponde a uma tese, que não oferece respostas, mas sim de uma retórica que compreende a problematicidade da condição humana, das paixões e razões expressas no discurso. O que podemos compreender de retórica muda conforme o foco em cada um dos elementos acima referidos. Se o foco incidir sobre o *logos* o grande apoio é a lógica, o discurso não se pode afastar daquilo que as justificações permitem. Se o foco versar sobre o *ethos* está em causa a moralidade do

⁵⁶ MEYER, Michel – Questões De Retórica: Linguagem, Razão e Sedução, p.26.

⁵⁷ Ibidem, p.26, 27.

orador e as suas intenções, e finalmente, se o foco for o *pathos* as paixões apresentam-se como juízes da decisão. A relação entre estes elementos verifica-se no objetivo retórico do discurso – a decisão por uma resolução cuja problematicidade foi trabalhada pelo orador com o seu auditório.

Uma resolução, apresentada através de uma resposta, invoca a evidência da interrogatividade. A atribuição de razões é o início da admissão dos factos em questão.

“Dar uma razão é responder sobre esse algo que está fora de questão, mesmo que esteja indiretamente em questão devido ao facto da interrogação que sobre ele incide. Quando nos interrogamos sobre a Revolução Francesa não perguntamos se se produziu, mas o que fez com que ela se produzisse.”⁵⁸

A abordagem de uma questão é sempre um pronunciamento sobre ela, onde se permite que ela se coloque ou seja recusada, ou seja, é um exprimir sobre a sua pertinência. A recusa de uma questão é também uma resposta à questão, pois da mesma forma que uma resposta soluciona a questão a negação da resposta também põe termo à questão.

É com estes parâmetros do seu pensamento estabelecidos que M. Meyer tem condições para pensar os usos da retórica. A terminologia utilizada por M. Meyer para determinar quais são os dois usos da retórica aparenta ser muito simples, mas é, na realidade, bastante complexa. Os dois usos da retórica denominam-se de retórica negra e a retórica branca, que correspondem respetivamente ao uso que visa manipular e ao uso que torna públicos os procedimentos manipulativos.

“A retórica branca, se tal termos for lícito, não elimina a interrogatividade pelo seu responder, mas exprime antes o problemático sem nunca o ocultar nos seus argumentos e nas suas respostas.”⁵⁹

Os conceitos de retórica branca e retórica negra são superiores a uma mera definição do uso da retórica visado, a necessidade da utilização destes conceitos verifica-se pela inclusão da reflexão sobre a prática dos usos da retórica tendo em conta o carácter problematológico das questões assim como as consequências que resultam da relação entre o orador e o auditório.

⁵⁸ Ibid., p.38.

⁵⁹ Ibid., p.47.

A retórica branca corresponde, simultaneamente, ao estudo da retórica e ao seu uso. O recurso à cor para dar nome a este uso da retórica encontra-se esclarecido por M. Meyer com a seguinte frase:

“O estudo da retórica «branqueia» o modo de interrogar na medida em que assim nos esforçamos por desmontar os mecanismos do responder, quer este seja oculto ou não.”⁶⁰

A ausência de conhecimentos sobre os factos da questão em causa, assim como a ausência de conhecimentos dos procedimentos da retórica são um fator preponderante para que os indivíduos possam ser manipulados. Ainda que os conhecimentos dos factos da questão em causa possam escapar aos indivíduos visados em qualquer relação retórica os procedimentos e instrumentos da retórica permanecem transversais a qualquer discurso e com conhecimentos dos mesmos torna-se mais difícil a manipulação. O que acontece com a retórica branca é a atribuição da responsabilidade das consequências provocadas de um discurso ao auditório. Um auditório prevenido, munido do uso da retórica branca, não é um auditório indefeso, mas é sim um auditório lúcido e crítico perante os procedimentos do discurso, podendo assim ser responsabilizado. No que toca ao orador este deve defender as suas ideias de formas organizada, evitando complicações desnecessárias para que possa assim, garantidamente, comunicar da melhor forma possível a sua perspetiva.

A retórica negra corresponde a um uso da retórica que vise manipular o auditório a aceitar o discurso, quer o auditório esteja ou não consciente dessa manipulação. A manipulação pode acontecer no âmbito da retórica branca, e é um fator como este que não reduz a retórica branca a uma mera definição do uso da retórica visado, como acima referido; o grande diferenciador é a consciência da existência dessa manipulação, se o auditório for instruído no uso da retórica branca vai aceder à manipulação apenas se isso for de sua vontade. O mesmo não acontece com a retórica negra, o orador que se serve da retórica negra não está preocupado com a consciência do auditório sobre a manipulação que está a ser empregue, o seu objetivo é obter a aceitação, se for preciso procurará

⁶⁰ Ibid., p.49.

aumentar a distância entre si e o auditório. A negociação da distância entre os sujeitos – definição de retórica no pensamento de M. Meyer – verifica-se aqui em pleno. Se o orador, à luz da retórica negra, procurar explorar as limitações racionais de modo a encontrar uma oportunidade de obter aceitação do seu discurso encontra-se a tentar aumentar a distância entre si e o auditório. Se, por outro lado, as limitações racionais do auditório forem vistas como um obstáculo a ultrapassar, sem negligenciar, de qualquer forma, a sua capacidade racional e autonomia de pensamento é a retórica branca que se encontra em prática.

M. Meyer sintetiza que “a diferença a retórica branca e a retórica negra deve-se a uma diferença de atitude.”⁶¹ A referida atitude resume-se às opções da intencionalidade da retórica por parte dos indivíduos. Seria possível aqui a questão de uma potencial censura da retórica por parte do auditório ou até a nível legal, mas isto seria incorrer no absurdo. Ao censurar o discurso não se censura apenas um responder, mas todos as potenciais respostas, limitando-se a problematidade e a própria existência da liberdade discursiva. É importante considerar a retórica de duas formas: como instrumento (ao serviço do discurso) e como «ciência do bem-dizer». Ao considerar a retórica como instrumento estamos a evidenciar que ela pode ser utilizada, se pode ser utilizada tal acontece quando alguém exerce essa função, a retórica não é um instrumento que opere sozinho; uma faca pode servir para cortar pão, barra manteiga, cortar cordas, amanho peixe, afiar penas, calamos, flechas, raspa impurezas, mata animais e seres humanos, contudo não atribuímos culpa à faca – do mesmo modo também não devemos atribuir culpa à retórica pelo uso que fazem dela. Se a retórica for considerada como «ciência do bem-dizer» é possível a sua comparação com outras ciências, como a medicina.⁶² A retórica será tão culpada quanto a arte médica é quando utilizada para fazer o mal, à semelhança do que aconteceu nos campos de concentração nazis. Quer a retórica, quer a medicina são úteis, mas ambas podem ser utilizadas para fins indevidos. Assim sendo,

⁶¹ Ibid., p.50.

⁶² Exemplo utilizado por Meyer.

sempre que a retórica é apreciada de um ponto de vista negativo a medicina também o pode ser.

No capítulo anterior, à luz do pensamento de C. Perelman, foi retratada a diferença entre persuadir – que remete para um auditório particular – e convencer – que remete para o auditório universal. M. Meyer distingue, como retratado nos parágrafos anteriores, a persuasão da manipulação. Contudo, M. Meyer considera um outro tipo de discurso, dirigido a outro auditório – a sedução. Importa evidenciar, antes de uma análise da sedução propriamente dita, que a relação retórica entre o orador e auditório pode ser compreendida como um jogo das diferenças e das identidades em causa. Este jogo consiste na negociação da distância entre os indivíduos, que considera agora um outro tipo de auditório, mais reduzido que o auditório particular – o auditório individual, composto por um indivíduo ou por um grupo muito restrito de indivíduos. Neste jogo pode-se minimizar ou aumentar as diferenças assim como somar ou subtrair as identidades.⁶³ Ao pensar o jogo da relação retórica sob a influência da manipulação o procurado é aumentar, tanto quanto possível, as diferenças que existem entre o orador e auditório em relação ao objeto de debate. Na persuasão procura-se reduzir as diferenças para que possa ocorrer a comunicação, pois a persuasão visa a participação de ambos os intervenientes da relação retórica. Finalmente, no caso da sedução a o objetivo é de erradicar as diferenças, tornando a outra parte a própria parte, transformando as diferenças na própria identidade. A sedução abarca, contudo, uma única diferença em todo o seu discurso, existe o eleito – ou os eleitos – e existem os outros. É um discurso estritamente dirigido. O “jogo de identidade e de diferença é puramente simbólico, retórico”⁶⁴ mas é um jogo que evidencia o esforço em cada tipo de discurso por tornar a identidade e a diferença compatíveis com os resultados pretendidos.

A retórica, na medida em que trabalha a distância entre os sujeitos, tem como ponto de partida as respostas. Existe sempre um lado da relação retórica que procura a adesão do outro, essa procura não é imparcial, é sempre tendenciosa e só existe porque

⁶³ Por identidades compreende-se as paixões, simpatias, oposições/ exclusões, relações e estatutos.

⁶⁴ Ibid., p.137.

esse lado procura impor a sua causa. Não existe então na retórica uma busca de respostas, mas sim a tentativa de implementação de uma resposta previamente escolhida. A retórica não deve estar assim ao seu próprio encargo, deve estar ao serviço da filosofia pois o que realmente importa é trabalhar as questões, não as respostas. A problematização não deve ser extinta ou esquecida, se as respostas operarem ao nível das questões estamos perante um efeito tranquilizante, mas enganador, que oculta a necessidade da busca contínua das respostas.

É possível compreender que a retórica possa estar na sua melhor forma enquanto ao serviço da filosofia, mas é importante ainda compreender a retórica enquanto ao serviço do discurso político. O discurso político encontra-se sempre condicionado pela posição do orador que o profere e, como tal, todo o discurso é construído de modo a trabalhar a resposta já estabelecida pelo orador, resposta que o orador pretende incutir ao auditório. Até aqui não se apresenta nenhuma novidade, contudo, quando a retórica se relaciona com a política outras reflexões devem ser feitas, pois a política afeta diretamente a vida dos indivíduos, através dela elaboram-se as leis, as normas, as limitações e condições da sociedade que os indivíduos habitam.

Os já referidos géneros jurídico e género deliberativo da retórica clássica⁶⁵ - como apresentados por Aristóteles – revelam uma estrutura interrogativa semelhante pois ambos recorrem aos factos, às justificações e qualificações. A estrutura interrogativa típica do discurso jurídico limita-se à aplicação das normas vigentes, no caso do género deliberativo a estrutura interrogativa que lhe corresponde diz respeito à utilidade e pertinência das razões presentes na argumentação. O discurso político situa-se entre estes géneros, ainda que não se subordine a nenhum. Na medida em que as leis e normas são determinadas pela política a autoridade do discurso jurídico é atribuída pela política e a esta deve obediência. Deste modo, toda a legitimidade que se pode encontrar no discurso jurídico decorre da invenção política que estabelece as normas em causa própria. Qualquer discussão sobre a lei ou sobre a autoridade decorrerá, de forma exclusiva, no âmbito do discurso político, sendo ele o único capaz de se reinventar, reformar ou adaptar.

⁶⁵ JÚNIOR, Manuel Alexandre – Introdução; ARISTÓTELES – Retórica, p. 38, 39, 40.

Por um lado, o discurso político é absolutamente necessário, dado que corresponde à política o governo das sociedades o discurso político permite a sua manutenção. Por outro lado, também é fácil perceber que sem instrumento regulador o discurso político pode ceder à corrupção, o que provocaria efeitos nefastos na sociedade. Um dos grandes perigos do carácter soberano do discurso político reside no modo como este pode utilizar a estrutura interrogativo dos géneros jurídico e deliberativo. Os factos baseiam-se no real, mas é possível inserir a hipótese de questões alternativas, formulando novas hipóteses, assim como atribuir – na argumentação – o estatuto de facto a algo que efetivamente não o era embora fosse uma possibilidade plausível. As qualificações que remetem para a atribuição de sentido aos factos e interpretação das coisas e dos acontecimentos também está sujeita a uma adulteração, sendo a qualificação que vai estipular o que se depreende perante os factos ainda que estes últimos não tenham sido corrompidos a compreensão dos mesmos pode ser deturpada. As justificações servem, obviamente, para sustentar o discurso. O que se pode concluir é que qualquer discurso a nível legislativo estará sempre condicionado pelas cláusulas impostas por parte do discurso político, a nível prático um juiz só pode aplicar o que foi inventado⁶⁶ pelo político.

A existência de um discurso político corrupto não resume todas as inquietações possíveis sobre o discurso político. Na medida em que são as leis que determinam os limites da liberdade dos indivíduos de determinada sociedade o discurso político, que é soberano perante essas leis, determina os propósitos da sociedade em que opera. As leis vão ajudar a padronizar os comportamentos dos indivíduos, determinando o modo como se vai distinguir o vício da virtude, o bem do mal, e todas as qualificações possíveis. De outro modo: as leis vão condicionar a moralidade dos indivíduos da sociedade que operam. A classificação de uma ação como boa vai depender de todas as condições impostas pela legislação em vigor e é neste propósito que se encontra o perigo do discurso político – todos os aspetos da vida dos indivíduos encontram-se condicionados, determinados sem opção própria. Embora algumas sociedades permitam que um

⁶⁶ Compreenda-se por inventado: criado, estabelecido, formulado.

indivíduo passe a pertencer a outra sociedade,⁶⁷ a sociedade de origem foi inculcada ao indivíduo e, por ter nascido nela ele encontra-se sempre sob a alçada dos propósitos do discurso político que a fundou e do discurso político que permite a sua permanência. Este controlo da vida do indivíduo remete para o pensamento de George Orwell.⁶⁸

⁶⁷ Como alguém que vive em Portugal comece a viver em Espanha.

⁶⁸ Pseudónimo de Eric Arthur Blair.

2.3. Orwell e a sua denúncia do discurso político

Apesar de G. Orwell não ser um filósofo escreveu vários ensaios com uma forte consciência política que pretendeu espelhar nas suas obras literárias. Num dos seus ensaios⁶⁹ G. Orwell escreve:

“acima de tudo, é a tua civilização, és tu. Por mais que a odeies ou te rias dela, nunca serás feliz longe dela por muito tempo. As empadas ou os marcos do correio fazem parte da tua alma. Bom ou mau, é teu, pertence-te, é o lado da tua campa que nunca vai fugir das marcas que te deixou.”⁷⁰

Esta consciência da influência da sociedade no indivíduo está presente em todos os filósofos e pensadores, de modo mais ou menos consciente. Contudo, G. Orwell destaca-se por o seu pensamento ser baseado – e não simplesmente influenciado – no momento histórico que vivia, com consciência da cultura e da sociedade que integrava assim como das relações que se estabeleciam entre sociedades no mundo. Estas características favoreceram o pensamento de G. Orwell que não se apoiou em considerações hipotéticas, mas exclusivamente no desenlace do momento histórico que viveu.

Cada sociedade possui traços que as distinguem de outras sociedades, alguns traços são pouco vulgares outros são estritamente exclusivos, tudo serve para construir os estereótipos e cunhar a imagem, tudo serve para edificar uma cultura. As características mais abrangentes são as que resultam da memória histórica, sobreviveram ao teste do tempo permanecendo como tradições ou foram sofrendo adaptações para chegar ao ponto atual, neste propósito encontramos, por exemplo, a religião, as heranças literárias e artísticas, e a militarização. Embora muito abrangentes são estes três tópicos que englobam as características mais particulares. Se os indivíduos de uma sociedade se identificam com determinada religião será espetável assumir que as suas ações sejam em conformidade com os fundamentos dessa mesma religião. A produção literária e artística

⁶⁹ Why I Write – que se pode traduzir «Por que razão escrevo» ou «Por que escrevo».

⁷⁰ “And above all, it is your civilization, it is you. However much you hate it or laugh at it, you will never be happy away from it for any length of time. The suet puddings and the red pillarboxes have entered into your soul. Good or evil, it is yours, you belong to it, and this side the grave you will never get away from the marks that it have given you.” *In* ORWELL, George – Why I Write, p.13.

pode preservar certos aspetos culturais como evocar outros novos servindo como agente ativo de mudança. Se uma sociedade possui serviço militar então encontra-se ou já se encontrou em conflito com outras sociedades, seja o conflito a nível de fronteiras ou até mesmo cultural. É precisamente sobre estes aspetos que o discurso político atua, serve-se das características da sociedade para atingir os seus propósitos, e sendo ele soberano da lei pode manipular a sociedade, procurar impor uma religião, participação obrigatória no serviço militar, ou até restringir a produção literária e artística. Partindo do pressuposto que a lei existe por que os indivíduos podem não ser capazes de resolver os assuntos de causa própria de modo imparcial - e assim submetem-se todos à mesma lei sob a alçada das mesmas condições – estamos perante indivíduos que assumem uma posição tendencialmente submissa na sociedade, que aceitam as condições impostas pela lei pois compreendem que a lei é superior a eles. Enquanto submissos à lei os indivíduos tendem a esquecer-se que a lei não é inalterável, ela pode ser ajustada e modificada para melhor servir a sociedade.

Segundo G. Orwell é na ausência de consciência sobre o mundo político que se constitui o problema. O primeiro passo para que se instaure a ausência de consciência política é o declínio da linguagem. A linguagem natural tem um desenvolvimento orgânico que depende das condições históricas que se vão apresentando, como tal a linguagem não deve ser assumida ou utilizada como um instrumento para fins próprios. A primeira falha da utilização da linguagem consiste na vagueza e incompetência na aplicação das palavras. O discurso político, embora não seja o único, explora a vagueza dos significados procurando tornar abstrato tudo aquilo que pode ser simples, ocultando os significados por meio da escolha de palavras, metáforas, idiomas e analogias. A criação de um discurso que se ocupe com estes elementos está a reduzir a carga mental necessária dos indivíduos. Mantendo o discurso vago com a utilização, por exemplo, de analogias abdica-se de explorar os detalhes, deixando tanto quanto possível à interpretação de quem recebe o discurso. De outro modo, se um discurso político utiliza uma analogia está a servir-se de todo o universo intelectual do indivíduo, tenha sido ele incutido culturalmente ou adquirido por meios intelectuais. Sendo estas referências de carácter pessoal cada indivíduo vai recorrer à sua própria interpretação para tentar compreender o que está a ser

transmitido. O que está a ser transmitido, por sua vez, pode ter um sentido diferente do que foi depreendido por certos indivíduos, mas como o discurso é vago e dentro dessa vagueza não se levanta problemas – pois cada um pensa ter compreendido o que foi transmitido – o discurso passa ileso.

“A linguagem política tem de consistir em grande medida em eufemismo, petição de princípio⁷¹ e pura vagueza nublada.”⁷² Esta estrutura do discurso político permite camuflar os propósitos do discurso, modifica-se o nome das coisas para evitar o apelo direto às imagens mentais que lhes correspondem, assim o efeito mais bruto possível fica atenuado. Utiliza-se uma massa de palavras onde seria possível utilizar poucas para contornar e eliminar pormenores indesejados. Como diz G. Orwell:

“o grande inimigo da linguagem clara é a insinceridade. Quando há um hiato entre os nossos verdadeiros objetivos e os objetivos declarados, voltamos com que instintivamente para as palavras longas, e para as expressões gastas, como um choco a largar tinta.”⁷³

Estas denúncias do abuso da linguagem recebem particular atenção na obra de G. Orwell em dois dos seus romances. No romance distópico “1984” a linguagem assume um novo propósito, um propósito político. Estando instrumentalizada ao serviço da política inicia-se, na obra, o processo de instauração da «novafala».⁷⁴ Este idioma fictício, criado por G. Orwell para efeitos da obra em causa consiste numa linguagem que descende da língua inglesa, aproveita os mesmos vocábulos e estrutura gramatical como base. A evolução da «novafala» consiste em reduzir a quantidade de palavras da língua através da remoção de palavras e da fusão de outras com significados semelhantes. O propósito da «novafala» não é restringir a liberdade de expressão dos indivíduos, mas

⁷¹ “Argumento cuja conclusão esteja explícita ou implicitamente contida nas premissas; (...) Uma definição é falaciosamente circular se definir A em termos de B e depois B em termos de A, sem com isso esclarecer A.” In ALMEIDA, Aires (org.) – Dicionário Escolar de Filosofia, p.201.

⁷² “Thus political language has to consist largely of euphemism, question-begging and sheer cloudy vagueness.” In ORWELL, George – Politics and the English Language, p.14. (Tradução nossa)

⁷³ “The great enemy of clear language is insincerity. When there is a gap between one’s real and one’s declared aims, one turns as it were instinctively to long words and exhausted idioms, like a cuttlefish squirting out ink.” In Ibidem, p.15.

⁷⁴ O termo original cunhado por G. Orwell é “newspeak”, uma outra tradução possível seria «novidioma». In Idem – 1984, p.5.

restringir a sua capacidade de pensamento condensando as palavras e reduzindo o vocabulário. Sem as palavras necessárias para se exprimir os indivíduos não são capazes de formular discursos ou ideias, é a liberdade de pensamento que aqui está em causa. A responsabilidade que C. Perelman e M. Meyer atribuem ao sujeito - de argumentar - encontra-se comprometida pela capacidade restringida de comunicação dos indivíduos na sociedade contemporânea. O estudo da retórica, como evocado no pensamento de C. Perelman e no pensamento de M. Meyer, ajuda a compreender os propósitos do discurso e pode servir para evitar a queda ou permanência em regimes políticos que não tenham respeito pelas competências intelectuais dos indivíduos. Uma linguagem natural progride a par do progresso histórico da sociedade, novos termos são cunhados conforme a necessidade da sua implementação, assim como outros são adaptados e outros ainda entram em desuso – podem até ser esquecidos, mas esse caso remete para um progresso orgânico da linguagem. A imposição de adaptações da linguagem pela lei – ou seja, pela política – não segue o processo natural de construção da linguagem e produz consequências nefastas. Apesar da sociedade presente na obra de G. Orwell ser uma sociedade fictícia as preocupações são reais. Ao longo da história da humanidade várias sociedades acabaram por se submeter à ordem de regimes totalitários que impunham limitações aos indivíduos. Não é absurdo pensar que se alguns regimes políticos impõem certas normas e limitações no que toca à liberdade dos indivíduos também o possam fazer quanto à linguagem, o requinte de malvadez explorado por G. Orwell não é tão explícito quanto uma lei dirigida à limitação da liberdade de expressão, mas consegue ainda mais limitador.

Os princípios e consequências da «novafala» foram aplicados aos próprios órgãos administrativos do governo da obra “1984”. Os nomes dos ministérios foram condensados de modo a serem uma palavra só, como por exemplo: “minipax”⁷⁵ (ministério da paz) e “minitrue”⁷⁶ (ministério da verdade). Embora isto consista numa redução que, por omissão da palavra ministério, possa limitar o pensamento dos indivíduos a formular a

⁷⁵ Ibidem, p.6.

⁷⁶ Ibid., p.6.

ideia de mais ministérios possíveis ou do que consiste um ministério há uma outra consequência que merece reflexão. A escolha das palavras para os ministérios não é inocente. O ministério da verdade é, na verdade, a combinação do ministério da informação, ministério da educação e ministério da comunicação. Este ministério controla as informações que devem ser transmitidas a público, em que momento, de que modo e fica ainda estabelecido que toda a informação dele proveniente é verdadeira. Sendo também este o ministério o que trata dos assuntos ligados à educação e aos conhecimentos a que o povo pode aceder são estipulados pelo próprio ministério. Estes preparos permitem a existência da possibilidade de abolição do passado pela reconfiguração da memória, isto é, tendo pleno controlo de toda a informação o ministério teve a possibilidade de destruir registos históricos e reescrever a história de modo a obter benefício próprio. A limitação da linguagem, por si, seria um ataque suficiente à intelectualidade dos indivíduos, com a adição da tentativa da abolição da história estamos perante a impossibilidade de progresso da razão pela história. Sem conhecer o verdadeiro contexto histórico os indivíduos não podem explorar a sua própria racionalidade, pois mesmo que essa tentativa fosse realizada e concretizada os acordos conseguidos na argumentação seriam verdadeiros apenas na perversa realidade que vivem, não sob o verdadeiro contexto que os levou a tal. De outro modo, sendo o contexto – como os valores, convicções, crenças – uma ficção instaurada o verdadeiro contexto permanece oculto, qualquer argumentação sobre a ficção instaurada será verdadeira se incidir exclusivamente sobre a ficção. Contudo, ao incidir sobre a ficção instaurada não incide sobre o verdadeiro contexto da sociedade, esse encontra-se adormecido. Este é, para G. Orwell, o grande perigo. Se os indivíduos viverem numa sociedade que se fundou sob um contexto fictício, a certo ponto, novas gerações terão vivido toda a sua vida sob esse contexto, e à medida que sucumbem as gerações anteriores perde-se a memória, a história foi manipulada e esquecida.

A abolição da história por uso abusivo do poder político não se encontra retratada apenas na obra “1984”, na obra “Animal Farm”⁷⁷ – uma fábula satírica – a revolução dos

⁷⁷ A Quinta dos Animais (Tradução nossa).

animais levou à necessidade de uma nova estruturação da sociedade da quinta. Essa nova estruturação teve como base sete mandamentos que resumiam os princípios sob os quais era fundada a sociedade dos animais.⁷⁸ Ao longo da obra os animais envelhecem e falecem⁷⁹, os mandamentos vão sendo ajustados ao ponto de que são irreconhecíveis do seu propósito original.⁸⁰ É de notar, em particular, o caso dos dois últimos, cuja modificação se apresenta como se segue: “Nenhum animal pode matar outro animal qualquer sem razão.”⁸¹; “Todos os animais são iguais mas alguns animais são mais iguais que outros.”⁸² A modificação no sexto mandamento implica uma aceitação generalizada de condenação à morte desde que exista um motivo para tal – é um atentado à vida, o que é significativamente mais grave que um atentado à liberdade. O sétimo mandamento foi alterado para afirmar uma hierarquia entre os animais. Na versão original do mandamento os animais não tinham um outro que lhes fosse superior, todos se consideravam iguais. Todas as modificações visam a permanência do sistema político implementado pelos animais, favorecendo em particular a agenda daqueles que se encontram no exercício do governo. O que fica aqui retratado é a possibilidade de abuso do poder político e da sua influência na sociedade. Na obra “1984” podemos encontrar uma passagem que elabora esta denúncia:

⁷⁸ “Os Sete Mandamentos; 1. O que andar sobre duas pernas é inimigo. 2. O que andar sobre quatro pernas, ou tenha asas, é amigo. 3. Nenhum animal pode usar roupas. 4. Nenhum animal pode dormir numa cama. 5. Nenhum animal pode beber álcool. 6. Nenhum animal pode matar outro animal qualquer. 7. Todos os animais são iguais.” (Tradução nossa) “The Seven Commandments; 1. Whatever goes upon two legs is an enemy. 2. Whatever goes upon four legs, or has wings, is a friend. 3. No animal shall wear clothes. 4. No animal shall sleep in a bed. 5. No animal shall drink alcohol. 6. No animal shall kill any other animal. 7. All animals are equal.” *In* Idem – *Animal Farm*, p.15.

⁷⁹ “Nasceram muitos animais para os quais a Revolução é apenas uma tradição turva, passada de boca, e outros foram comprados que nem sequer ouviram falar de tal coisa antes de chegarem.” (Tradução nossa) “Many animals had been born to whom the Rebellion was only a dim tradition, passed on by word to mouth, and other had been bought who had never heard mention of such a thing before their arrival.” *In* Ibidem, p.85.

⁸⁰ As alterações nos mandamentos: Primeiro - “Quarto pernas é bom, duas pernas melhor ainda!.”; O Segundo e o Terceiro mandamento não foram oficialmente mudados na obra mas, eventualmente, os porcos começam a usar roupa e a caminhar sobre duas pernas; Quarto - “Nenhum animal pode dormir numa cama com lençóis.”; Quinto - “Nenhum animal pode beber álcool em excesso” (Tradução nossa) “Four legs good, two legs better!”; “No animal shall sleep in a bed with sheets.”; “No animal shall drink alcohol in excess.” *In* Ibid., p.89, 45, 73.

⁸¹ “No animal shall kill any other animal without cause” *In* Ibid., p.61. (Tradução nossa)

⁸² “All animals are equal but some animals are more equal than others.” *In* Ibid., p.90. (Tradução nossa)

“já quase não sabemos literalmente nada sobre a Revolução e sobre os anos antes da revolução. Todos os registos foram destruídos ou falsificados, todos os livros foram reescritos, todas as fotos reconstruídas, todas as estátuas e ruas e edifícios renomeados, todas as datas alteradas. Este processo continua dia após dia, minuto a minuto. A história parou. Nada existe senão um presente infinito no qual o Partido está sempre correto.”⁸³

A história é vital para procurar evitar cometer os mesmos erros do passado, a ausência de memória do passado pode ter consequências catastróficas. O presente infinito é o que resulta da tentativa de apagar a história, sem recurso ao que aconteceu tudo parece igual desde sempre, pois não se conhece outra realidade. A aceitação da modificação gradual dos mandamentos consiste numa aceitação da modificação do contexto da sociedade, por uma postura de inércia, a custo da perda de uma identidade previamente formada que sucumbe aos caprichos do poder político.

A conclusão que G. Orwell retira é que o discurso político faz um uso indevido e abusivo da linguagem, a linguagem deve ser um instrumento de comunicação e expressão do pensamento, não um meio de camuflar e prevenir o pensamento.⁸⁴

⁸³ “Already we know almost literally nothing about the Revolution and the years before the Revolution. Every record has been destroyed or falsified, every book has been re-written, every picture has been re-painted, every statue and street and building has been re-named, every date has been altered. And that process is continuing day by day and minute by minute. History has stopped. Nothing exists except an endless present in which the Party is always right.” *In* Idem – 1984, p. 162.

⁸⁴ Idem – Politics and the English Language, p.19.

Capítulo III

3.1. Retórica: a crítica de Sócrates

É habitual na filosofia que os filósofos sejam influenciados pelos que lhes antecedem, quer seja para procurar oferecer novas respostas a temáticas levantadas, ou para construir a partir das respostas estabelecidas. A esta tendência não escapa nem C. Perelman, nem M. Meyer. Uma particularidade que os une é o recurso à obra de Aristóteles, no pensamento de C. Perelman com o recurso aos géneros deliberativo, jurídico e epidíctico e no pensamento de M. Meyer com o triângulo retórico que compõe a relação retórica: *ethos, pathos e logos*. A evidência do problematológico, no entanto, herda os seus fundamentos do pensamento de Platão.

Sócrates, mestre de Platão e protagonista dos seus diálogos foi o filósofo que mais se aproximou de uma verdadeira problematologia. O famoso método socrático, em que Sócrates assumia o papel de questionador, que guiava o diálogo para conduzir o interlocutor a uma revisão das suas ideias e opiniões é talvez,⁸⁵ o mais perfeito exemplo de uma postura problematológica na história da filosofia. A implementação da interrogatividade como modelo para a iniciação do trabalho filosófico permite uma refutação dos saberes admitidos em discurso que, uma vez enunciados e identificado o seu carácter erróneo encontram-se em condições que favorecem a busca da verdade. Apesar de a interrogatividade ser o ponto de partida ela não existe sozinha. As respostas que se pensava ter é que lhe dão origem, e de uma suposta⁸⁶ recolocação das questões pela interrogatividade origina-se o diálogo. Há ainda uma particularidade por mencionar: Sócrates não deixou escritos. As suas ideias chegam até nós pelos diálogos de Platão⁸⁷ e

⁸⁵ REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario – História da Filosofia, vol.1 Filosofia Pagã Antiga, p.100.

⁸⁶ Suposta na medida em que para que a resposta de partida exista a certo ponto existiu a questão que a estabeleceu.

⁸⁷ Sendo Sócrates o protagonista dos diálogos de Platão torna-se difícil se as doutrinas são efetivamente de Sócrates ou de Platão que apenas recorre a Sócrates como protagonista a título de homenagem. Acrescenta-se ainda a questão da catalogação dos diálogos em vários períodos da vida de Platão, alguns diálogos apresentam ideias diferentes das já apresentadas em diálogos anteriores o que nos deixa sem saber se assim o é por Platão rever as suas próprias ideias ou por a certo ponto começar a escrever diálogos com as suas ideias em vez das de Sócrates.

por menções em obras dos seus contemporâneos como Xenofonte⁸⁸ ou Aristóteles⁸⁹. A ausência de registo escrito é uma conformidade com a problematização, tenha sido consciente ou não. Escrever seria escrever sobre as respostas, dado que o que interessa são as questões registar uma resposta seria afirmar a sua importância e dar espaço para que a questão seja suprimida – deste modo a importância que incide sobre a questão passa a incidir sobre a resposta e cessa-se a interrogação.

Apesar do método socrático ser transversal a todos os diálogos de Platão, apenas dois incidem sobre a retórica – Górgias⁹⁰ e Fedro. O diálogo Górgias é, seguramente, o mais rico diálogo de Platão sobre a retórica, a retórica volta a ser abordada no diálogo Fedro, mas de uma forma mais ténue e mais breve. A questão a partir da qual se origina o diálogo incide, precisamente, sobre o próprio Górgias, em particular sobre a arte que ele pratica – a retórica, que tem, segundo Górgias, como seu objeto os discursos distingue-se das demais artes por se realizar e atuar exclusivamente através das palavras sem recurso a qualquer tipo de operação manual.⁹¹ Definida a arte e o seu objeto o diálogo prossegue de modo a que Górgias indica que a retórica

“é aquela que constitui, na realidade, o bem supremo, aquela que dá a quem a possui liberdade para si próprio e domínio sobre os outros na cidade. (Sócrates) – Mas, finalmente, que entendes tu por isso? (Górgias) – Entendo o poder de persuadir pelo discurso os juízes no tribunal, os senadores no Conselho, o povo na Assembleia do povo ou igualmente em qualquer outra reunião de cidadãos. Com este poder farás do médico teu escravo, do professor de ginástica teu escravo e, quanto ao famoso financeiro, dar-nos-emos conta de que ele não se terá financiado a si próprio, mas a outrem, a ti que sabes falar e que persuades a multidão.”⁹²

Fica assim estabelecido que o objetivo da retórica é a persuasão, a aptidão para convencer os outros e, na medida em que se realiza nos tribunais, o seu objetivo é a justiça. Estes

⁸⁸ Ibidem, p.93.

⁸⁹ No caso concreto de Aristóteles faltou-lhe contacto direto, insubstituível no que toca a Sócrates.

⁹⁰ Personagem que dá nome à obra. É atribuído a Górgias a pertença ao grupo inicial de pensadores que compunham a sofística.

⁹¹ PLATÃO – Górgias, p.49.

⁹² Ibidem, p.53.

parâmetros levam Sócrates a estabelecer que existem duas espécies de persuasão: a que produz crença e a que produz ciência.

Em justo modo, é necessário reconhecer poder ao orador, pois ele pode falar sobre qualquer assunto e persuadir qualquer pessoa ou auditório. Desta possibilidade Górgias admite que:

“o orador é, sem dúvida, capaz de falar contra qualquer adversário e sobre qualquer assunto de maneira a persuadir a multidão melhor do que ninguém e, numa palavra, a obter dela tudo o que quiser. Mas daí não resulta que deve rebaixar o valor dos médicos e dos outros profissionais, pela simples razão de que poderia fazê-lo; a retórica, como qualquer arte de luta, deve ser usada com justiça. Se um homem que tenha adquirido perícia na retórica, se servir depois desse poder e dessa arte para praticar, o mal, em minha opinião, não é o mestre que merece a reprovação e o exílio; porque este ensinava a sua arte tendo em vista um uso legítimo, e o discípulo, exatamente ao contrário, abusou dela.”⁹³

Admite-se aqui a possibilidade de um uso ilegítimo da retórica. Ser persuasivo não significa, contudo, possuir sabedoria. A retórica por ter como objeto o discurso não precisa que o seu orador seja dotado de saberes como, por exemplo, medicina para persuadir alguém a tomar um medicamento; apenas precisa de encontrar uma forma de aparentar ter mais conhecimento do que os entendidos sobre o assunto, ou nas palavras de Sócrates: “quando o orador triunfa do médico, é um ignorante falando perante ignorantes que prevalece sobre o sábio.”⁹⁴ No caso aqui referido estamos perante a espécie de persuasão que produz crença, é uma persuasão superficial, que não recorre ao conhecimento da verdade das coisas. Se, por outro lado, o recurso incidisse sobre o conhecimento a persuasão seria inútil, pois a sabedoria impediria a imposição de um discurso desprovido de conhecimento das matérias em causa.

Com estas reflexões a personagem Górgias silencia-se e Polo assume o seu lugar questionando Sócrates sobre o que este compreende ser a retórica. A resposta de Sócrates é talvez a resposta mais depreciativa sobre a retórica em toda a história da filosofia:

⁹³ Ibid., p.59, 60.

⁹⁴ Ibid., p.62.

“a retórica, ao que me parece, é uma prática estranha à arte, mas exige uma lama dotada de imaginação, de ousadia e, naturalmente apta para o trato com as pessoas. O nome genérico desta espécie de prática é, quanto a mim, adulação. Nela distingo várias subdivisões, uma das quais é a cozinha. Esta passa por ser uma arte, mas em meu entender não é uma arte, é uma atividade empírica e uma rotina. Ligo ainda à adulação, como outras tantas partes distintas, a retórica, a toilette e a sofística, ao todo quatro subdivisões com outros tantos objetos específicos.”⁹⁵

A associação da retórica aos prazeres faz parte de uma tentativa de Sócrates de reduzir a retórica ao ridículo; ao apontar a retórica como parte da adulação juntamente com a *toilette* está a ser evidenciado o recurso à valorização das aparências, a que se presta a retórica na persuasão, desprovendo assim a retórica de qualquer valor moral. Mas a reflexão de Sócrates leva-o ainda a dizer que “a retórica é como o simulacro⁹⁶ de uma parte da política.”⁹⁷ A política, como arte que está para a alma à semelhança de como a medicina e a ginástica estão para o corpo⁹⁸ é uma verdadeira arte pois possui princípios e como tal reconhece a diferença entre o justo e o injusto. Ao atribuir o estatuto de simulacro à retórica esta não pode ser considerada um verdadeiro saber, carece de valores que lhe permitam realizar qualquer fim. Assim, os oradores, outrora detentores de poder são agora “os cidadãos menos poderosos.”⁹⁹ Sendo o poder um bem que deriva do conhecimento racional ele não se pode confundir com o prazer, ser poderoso é agir justamente com o uso da razão.

O último interveniente deste diálogo é Cálicles. Nesta fase do diálogo é estabelecido que a relação entre a retórica e a filosofia é como a relação entre a cozinha e a medicina. Por um lado – da cozinha – temos a produção de prazeres, a adulação, do lado da medicina temos a arte que revela conhecimento de causa. Do mesmo modo se sucede

⁹⁵ Ibid., p.68, 69.

⁹⁶ Uma cópia, imitação.

⁹⁷ Ibid., p.69.

⁹⁸ Platão reconhece a dualidade corpo-alma. O estatuto de arte, no que toca à alma é realizado pela política; no que toca ao corpo é distinguido por duas partes, a ginástica e a medicina. Na política a legislação seria o correspondente da ginástica e a justiça o correspondente à medicina. Para ser reconhecido o estatuto de arte tem que visar o bem da alma.

⁹⁹ Ibid., p.73.

na relação da retórica com a filosofia – a retórica dos políticos visa apenas adular, produz crença sem ciência, não busca o bem nem a justiça. Não procura ensinar, segundo Sócrates:

“se há duas espécies de eloquência política, uma delas é adulação e uma coisa vil; só a outra é bela, a que se esforça por melhorar as almas dos cidadãos e por fazer sempre o melhor, quer isso agrade ou não ao auditório.”¹⁰⁰

Esta outra – a filosofia – busca a verdade por meio do diálogo, é um recolhimento partilhado que procura o fundamento da verdade. A denúncia do filósofo sobre a retórica incide sobre a postura monológica do discurso retórico que explora as palavras pela sua beleza sem promover o conhecimento da verdade. O triunfo da filosofia sobre a retórica encontra-se mais claramente exposto no diálogo Fedro onde a personagem Sócrates sustenta que:

“se possuíis o conhecimento da verdade e sois capazes de a defender, se podeis ir, de viva voz, além do que escrevestes nos vossos discursos, a designação de retóricos não vos fica bem, pois melhor vos ficará uma denominação consentânea com a arte superior a que vos dedicais. (Fedro) – E que designação lhes pretendes dar? (Sócrates) – A designação de sábio, Fedro, parece-me excessiva, pois não se aplica senão aos deuses; mas a designação de filósofo, ou qualquer adjetivo análogo seria mais apropriada para classificar tais personalidades.”¹⁰¹

A retórica encontra, em Platão, o seu maior opositor, a sua crítica foi tal que se fez reconhecer ao longo de toda a história da filosofia.

¹⁰⁰ Ibid., p.133.

¹⁰¹ PLATÃO – Fedro, p.128, 129.

Capítulo IV

4.1 O Programa de Filosofia 10º e 11º anos: uma visão crítica

Ao momento da elaboração do presente relatório é possível dizer, com ironia, que o Programa de Filosofia é um jovem adulto prestes a realizar os seus dezoito anos.¹⁰² Isto não significa que o Programa nunca tenha sofrido alterações ou que tenha sido concebido de tal forma que é quase perfeito e não requer modificações. Ao longo dos quase dezoito anos do Programa de Filosofia vários documentos¹⁰³ foram emitidos e fomentaram algumas alterações; o Programa manteve-se, no entanto, essencialmente o mesmo. Importa aqui salientar que o Programa aqui referido corresponde ao Programa oficial de 10.º e 11.º anos da disciplina de filosofia que pertence ao tronco comum dos Cursos Científico-Humanísticos, Cursos Tecnológicos e Cursos Artísticos Especializados.

O Programa oficial foi, desde a sua criação, um documento estranho. Desde a expressa necessidade de justificar a pertinência e importância da disciplina de Filosofia presente na introdução até à indicação das obras de referência vários reparos podem ser feitos, em particular a exímia vagueza. Exímia, pois, é uma vagueza ampla o suficiente para não ser possível aplicar críticas objetivas, mas também deixa espaço para que a interpretação possa ser feita com bons olhos, num sentido positivo – ao bom modo da denúncia de Orwell, deixa-se tanto quanto possível a carga da interpretação de quem recebe o discurso. O Programa tem, contudo, uma linha guia, uma análise rigorosa que considere os Temas/Conteúdos a par das sugestões bibliográficas vai certamente

¹⁰² Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Programa de Filosofia: 10º e 11º anos. Ministério da Educação, 2001.

¹⁰³ (1) Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Programa de Filosofia: 10º e 11º anos. Ministério da Educação, 2004/2005;

(2) Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Orientações para efeitos de avaliação sumativa externa nas aprendizagens na disciplina de Filosofia 10.º e 11.º Anos. Ministério da Educação, 2011;

(3) Instituto de Avaliação Educativa, IP – Informação-Prova Filosofia (Prova 714) 11.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho 2017);

(4) Aprendizagens Essenciais (Articulação com o perfil dos alunos) – 10.º Ano | Ensino Secundário Filosofia – agosto 2018;

(5) Aprendizagens Essenciais (Articulação com o perfil dos alunos) – 11.º Ano | Ensino Secundário Filosofia – agosto 2018.

aproximar-se do pretendido pelos autores do Programa. Esta análise não foi feita, não por todos os docentes, ou não de forma uniforme pois reconhecendo a vagueza do Programa o Ministério da Educação emitiu um documento orientador de caráter vinculativo com o objetivo de determinar o conjunto de especificações temáticas já presentes no Programa.¹⁰⁴ A necessidade da criação de tal documento surge da implementação de uma prova de exame final nacional que incide sobre a disciplina de Filosofia no final do 11º ano. A implementação, com sucesso, de tal prova precisa de se acompanhar da garantia que a prova pode efetivamente ser aplicada, isto é, que os vários alunos que frequentam a disciplina de Filosofia no território nacional¹⁰⁵ abordam as mesmas especificidades programáticas. Uma inconsistência, na escolha de autores ou obras, por exemplo, teria resultados catastróficos na realização do exame nacional final, pois o aluno que não abordou os conteúdos visados para exame não seria capaz de realizar a prova. Com o exame nacional final a disciplina de Filosofia passa a ter dois documentos oficiais de caráter vinculativo – o Programa oficial e as orientações para efeitos de avaliação sumativa externa das aprendizagens da disciplina.¹⁰⁶ O documento de orientações para efeitos de avaliação sumativa externa das aprendizagens foi substituído¹⁰⁷ pelas Informações-Prova redigidas pelo Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) que emite anualmente uma nova versão das Informações-Prova, ainda que não contenha modificações a nível dos objetos de avaliação.

Ao longo da introdução do Programa oficial sobressai a constante menção ao contributo da disciplina de filosofia na formação cívica dos alunos e do apelo que esta

¹⁰⁴ Note-se que o documento em causa - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Orientações para efeitos de avaliação sumativa externa nas aprendizagens na disciplina de Filosofia 10.º e 11.º Anos. Ministério da Educação, 2011. – utiliza como referência a homologação de 2001 e não a homologação de 2005.

¹⁰⁵ Importa salientar que filosofia é uma disciplina do tronco comum aos vários cursos visam a preparação dos alunos para a progressão de estudos no ensino superior. A disciplina de português, por exemplo, também pertence ao tronco comum dos referidos cursos.

¹⁰⁶ Apenas foi aqui considerado o Programa de Filosofia de 10º e 11º anos, não o Programa de Filosofia A (Opção de 12º ano). Na medida em que o documento das orientações para exame nacional final utiliza como referência, no seu texto, a homologação de 2001, é possível afirmar que a disciplina possui um total de três documentos vinculativos pois existe uma homologação do Programa no ano de 2004/2005 que embora não possua mudanças significativas possui alguma reformulação textual.

¹⁰⁷ Não foi substituído integralmente, as Informações-Prova utilizam as Orientações como base para a sua formulação.

disciplina pode fazer ao sentido de cidadania - para que seja possível o reconhecimento “da interdependência mútua da humanidade e da identificação do valor próprio de cada estrutura comunitária e cultural”¹⁰⁸. Este discurso pode parecer politicamente tendencioso, de outra forma, democraticamente tendencioso, como se confirma no ponto seguinte do Programa:

“Esta aproximação entre a Filosofia e a manutenção e consolidação da vida democrática tem a ver com o reconhecimento do valor da aprendizagem desta disciplina não apenas no processo do saber de si, de cada um, como também no aperfeiçoamento do seu discernimento cognitivo e ético, contribuindo, assim, diretamente, para a capacitação de cada jovem para o juízo crítico e participativo da vida comunitária.”¹⁰⁹

A justificação da existência do Programa passa, em grande medida, pela fomentação do seu benefício para a manutenção do sistema político em vigor. Isto é, contudo, expectável, o Programa é elaborado pelo Ministério da Educação, a exaltação de outro regime qualquer seria uma automutilação da parte do governo, o que seria estranho. O que é interessante, no apelo à manutenção da vida democrática, é o modo como isso se traduz na postura incutida aos alunos. O Programa prevê que a disciplina de Filosofia promova a autonomia de pensamento de cada um dos alunos, para que sejam capazes de transmitir as suas ideias, assim como capazes de ouvir as ideias dos outros, sem que estas últimas sejam vistas como uma ofensa ou como obstáculo em que apenas se pode aderir ou ultrapassar – postura que culmina no que o Programa aponta como um dos pilares da educação: “aprender a viver juntos”.¹¹⁰

O Programa não parece destinar-se a alunos, pois refere-se a jovens que se encontram no processo de criação da sua identidade pessoal e social. O grande propósito da disciplina de Filosofia, segundo a introdução do Programa, é permitir que os jovens compreendam o mundo em que vivem, integrem e participem criticamente na construção e transformação desse mundo – isto deve acontecer em simultâneo com o contributo das

¹⁰⁸ Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Programa de Filosofia: 10º e 11º anos, p.3.

¹⁰⁹ Ibidem, p.4.

¹¹⁰ Ibid., p.3.

restantes disciplinas do ensino secundário. O Programa de Filosofia apresenta objetivos que preservam respeitabilidade pois, embora declare abertamente a tendência por um sistema político, apela ao exercício crítico da razão e à participação na vida política, o que é abertura suficiente para lhe possam ser apontados defeitos, sugestões e alterações.

Este foco na introdução do Programa é importante, não só por grande parte do presente relatório visar o diálogo como componente fundamental, mas pela forma como as finalidades presentes na introdução se manifestam nos objetivos gerais da disciplina. No que comporta ao domínio cognitivo o ponto “1.2. Reconhecer o trabalho filosófico como atividade interpretativa e argumentativa”¹¹¹ incentiva que os alunos sejam capazes de reconhecer outras possíveis interpretações que não apenas a sua, assim como a argumentação que as sustenta; o ponto “1.3. Reconhecer o carácter linguístico-retórico e lógico-argumentativo do discurso filosófico”¹¹² prevê que os alunos tenham consciência da importância da palavra e do discurso para o exercício da filosofia; o ponto “1.5. Reconhecer a necessidade de situar os problemas filosóficos no seu contexto histórico-cultural”¹¹³ incita a que os alunos não só sejam capazes de reconhecer os problemas filosóficos de acordo com as possíveis interpretações, mas que consigam perceber o momento histórico em que surgem e as especificidades culturais que provocaram determinada abordagem. Embora estes pontos pretendam incidir sobre a especificidade do labor filosófico eles adequam-se e favorecem particularmente o estudo da retórica que beneficia da compreensão do discurso filosófico.

No domínio das atitudes e dos valores o ponto “1.4. Desenvolver o respeito pelas convicções e atitudes dos outros, descobrindo as razões dos que pensam de modo distinto”¹¹⁴ promove o incentivo à investigação das causas pelas quais existe alguma diferença, ponto este reforçado pelo seguinte “1.5. Assumir as posições pessoais, com convicção e tolerância, rompendo com a indiferença”¹¹⁵. Os objetivos não visam apenas que o próprio seja compreensivo, é uma relação mútua com o outro, em que só a

¹¹¹ Ibid., p.9.

¹¹² Ibid.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid.

reciprocidade surtirá o efeito desejado, pois de outro modo existe uma imposição, ao procurar as razões que levam os outros a pensar de forma diferente, mantendo as posições pessoais firmes estamos perante uma situação de tolerância e compreensão que não considera exclusões nem ignora. Ainda no domínio das atitudes e dos valores há um ponto muito caro à retórica, o ponto “2.5. Assumir o exercício da cidadania, informando-se e participando no debate dos problemas de interesse público, nacionais e internacionais”¹¹⁶ a execução deste ponto só é possível em sociedades que são fortemente marcadas pela globalização, mas encontra-se presente o incentivo à participação na vida política.

Finalmente, o Programa visa objetivos no domínio das competências, métodos e instrumentos aos quais se salienta “1.1 Iniciar à discursividade filosófica, prestando particular atenção, nos discursos/textos, à análise das articulações lógico-sintáticas e à análise dos procedimentos retórico-argumentativos”¹¹⁷ ponto que prevê, por sua existência, o estudo da retórica e da argumentação e parece ser rematado pelo ponto “3.3. Analisar a estrutura lógico-argumentativa de um texto, pesquisando os argumentos, dando conta do percurso argumentativo, explorando possíveis objeções e refutações.”¹¹⁸ O ponto “3.5. Assumir posição pessoal relativamente às teses e aos argumentos em confronto”¹¹⁹ força à tomada de posição, que deverá acompanhar-se de uma justificação que a sustente. A listagem dos objetivos é longa, e muitos pontos podem ser utilizados para justificar a pertinência da retórica como conteúdo programático, os referidos nos últimos parágrafos são os mais relevantes e diretos. Embora a seleção de objetivos gerais do Programa aqui feita realce o caráter discursivo que a filosofia estimula é de notar que os objetivos não parecem ser enunciados como benéficos para a progressão da própria disciplina, os resultados pretendidos parecem ter em vista o benefício da relação que a filosofia exerce com as restantes disciplinas assim como com o futuro social e político do aluno. A filosofia, ou melhor, a disciplina de Filosofia lucra de qualquer das formas, pois qualquer abordagem será vantajosa e potenciará a progressão da disciplina, da mesma forma que

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ Ibid., p.10.

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ Ibid.

aconteceria com outra disciplina que pretenda um conjunto de objetivos que não incidissem sobre os conteúdos da própria disciplina. Se um aluno, por exemplo, aprende gramática na disciplina de Português com o objetivo programático de ser melhor comunicador na sua futura profissão, os conhecimentos de gramática servem certamente para um melhor progresso nos conteúdos programáticos da disciplina, nesse sentido o objetivo serve pelo menos dois propósitos, ainda não declarados ou elaborados para esse propósito específico.

Uma análise da Visão Geral dos Conteúdos/Temas dos módulos do Programa que tenha em particular conta a retórica não passa sem alguns reparos. O módulo inicial, que consiste no primeiro contacto dos alunos com a disciplina prevê uma apresentação da filosofia – à qual os autores do Programa denominam de “momento de contexto”¹²⁰ – culmina com a tentativa de compreensão da dimensão discursiva do trabalho filosófico¹²¹. Este será, ainda que os alunos não tenham consciência disso, o primeiro momento em que contactam com o tema da argumentação. É expectável, e até desejável, que este contacto aconteça tão cedo quanto possível. O reconhecimento da importância da linguagem para a filosofia pode funcionar como um tema inicial para o estudo da filosofia, contudo, não é esse o percurso do Programa, após uma introdução à questão da argumentação segue-se outro módulo e as suas respetivas unidades que compõem a totalidade do restante ano letivo: II – A Acção Humana e os Valores (1. A ação humana – análise e compreensão do agir; 2. Os valores – análise e compreensão da experiência valorativa; 3. Dimensões da ação humana e dos valores; 4. Temas/problemas do mundo contemporâneo). A mudança de módulo não segue o percurso pela via da argumentação, várias justificações podem ser procuradas para fundamentar esta escolha, a mais plausível será talvez que o tema da argumentação apenas serviu de complemento na apresentação da disciplina. O facto persiste que os alunos só voltam a ter um contacto mais direto com a retórica no ano letivo seguinte, ou na abordagem dos Temas/Problemas, em particular se a abordagem passar por um dos temas sugeridos: “a manipulação e os meios de comunicação de

¹²⁰ Ibid., p.27.

¹²¹ Ibid., p.12.

massa”¹²². Devido à inserção dos Temas/Problemas como uma das unidades do módulo II – A Ação Humana e os Valores a abordagem deverá sofrer influências dos conteúdos programáticos lecionados, como a abordagem da retórica se encontra ausente o docente apenas pode exigir um “desenvolvimento da capacidade de problematização”¹²³ como previsto no Programa.

O estudo da argumentação surge apenas no módulo III – Racionalidade Argumentativa e Filosofia que corresponde aos conteúdos programáticos do 11º ano de escolaridade. A primeira unidade - 1. Argumentação e lógica formal - permite duas diferentes abordagens com opção entre os paradigmas da lógica aristotélica ou da lógica proposicional, independentemente da opção a abordagem desta unidade termina com a exposição de algumas falácias formais. Esta unidade é particularmente relevante para a retórica pois permite que os alunos adquiram competências de estruturação argumentativa, que são uma mais valia no estudo da retórica. As restantes unidades – 2. Argumentação e retórica; 3. Argumentação e Filosofia – deste módulo incidem sobre os conteúdos científicos abordados nos capítulos anteriores do presente relatório.

O ponto 2.1. O domínio do discurso argumentativo - a procura de adesão do auditório visa, na previsão de percurso de aprendizagens¹²⁴ que os alunos sejam capazes de efetuar uma distinção entre o discurso demonstrativo e o discurso argumentativo. Uma análise rigorosa, como já mencionado no início deste capítulo, que considere os conteúdos programáticos a par das sugestões bibliográficas certamente aproximar-se-á do pretendido pelos autores do Programa. Neste caso em particular, a obra indicada seria o Tratado da Argumentação de C. Perelman pois como se pode ler na descrição que se segue à indicação da obra:

“depois de mostrarem que a racionalidade humana não se esgota na racionalidade lógica e demonstrativa, os autores desenvolvem as bases teóricas e analisam as técnicas que informam a «nova retórica» como teoria da argumentação”.¹²⁵

¹²² Ibid.

¹²³ Ibid., p.31.

¹²⁴ Ibid., p.32.

¹²⁵ Ibid., p.41.

Outras obras mencionadas nas sugestões bibliográficas poderiam desempenhar este papel, contudo a obra de C. Perelman permite explorar um outro aspeto visado no percurso de aprendizagens: a relação necessária ao auditório no discurso argumentativo. Seria possível recorrer ao pensamento de M. Meyer para percorrer este percurso, o único entrave que se coloca seria a escolha da sugestão bibliográfica dos autores do Programa, que apontam a obra *Lógica, Linguagem e Argumentação* em vez da obra *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*. O percurso efetuado na obra *Lógica, Linguagem e Argumentação* recorre ao pensamento de vários filósofos que não são abordados nos restantes conteúdos programáticos do Programa oficial, é possível ainda acrescentar que o capítulo desta obra que faria a aproximação ao percurso de aprendizagem incidiria sobre a obra de C. Perelman – para esse efeito seria mais vantajoso abordar diretamente C. Perelman. A opção por M. Meyer, para ser adequada teria de incidir sobre a obra *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*, pois além do percurso desta obra não incidir excessivamente sobre o pensamento de outros filósofos a sua relação com o restante percurso de aprendizagens é mais direta e profícua, nomeadamente com a abordagem dos conceitos específicos nucleares: retórico/orador, *ethos*, *pathos*, *logos*, opinião pública.¹²⁶

No que toca ao ponto 3.1. Filosofia, retórica e democracia o percurso de aprendizagens previsto visa uma introdução –contextualização histórica – do conflito protagonizado entre os filósofos e os sofistas na educação e formação do cidadão na Grécia. Embora várias obras componham as sugestões bibliográficas encontra-se ausente uma obra de referência que seja capaz de retratar a contextualização histórica com rigor e pertinência. Ainda que o percurso de aprendizagens aponte esta aproximação contextual como breve estamos perante um dos momentos históricos da filosofia em que não só as ideias expressas possuem valor e permitem mudanças na sociedade como foi um dos maiores marcos da história da filosofia. A ausência de uma obra de referência é para o efeito desejado uma lacuna que pode ser combatida com os vários dicionários e histórias da filosofia indicados na bibliografia geral. Este ponto do Programa permite evidenciar a

¹²⁶ Ibid., p.32.

relação que existe entre a retórica, a filosofia e a democracia, o modo como se articulam entre si e os vínculos que se estabelecem.

Uma abordagem mais aprofundada da retórica surge no ponto 3.2. Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica. É neste ponto que se encontra uma das opções mais bizarras do Programa oficial da disciplina. Relembrando a tendência para o refúgio na vagueza que não permite aplicar críticas objetivas a formulação e escolha dos autores do Programa encontra-se aqui bastante explícita. A escolha dos autores do Programa em apontar deliberadamente a persuasão e manipulação como os dois usos da retórica levanta inconsistências a nível científico, os dois filósofos abordados no presente relatório e sugeridos como referência nas sugestões bibliográficas – C. Perelman e M. Meyer – não reduzem os usos da retórica a dois, embora reconheçam a persuasão e a manipulação. Como visto nos capítulos anteriores C. Perelman distingue o convencer do persuadir, e M. Meyer coloca ainda em questão o uso da retórica pela sedução. A omissão destes usos da retórica não é por si um fator de descrédito, pois para qualquer conteúdo programático são necessárias escolhas que privilegiam determinadas abordagens em prol de outras. O problema que se coloca com a enunciação deste ponto é redução dos usos da retórica a apenas dois, ignorando os demais. A enunciação no percurso de aprendizagens da abordagem da necessidade de um uso ético da retórica pode explicar a necessidade de reduzir a abordagem a apenas dois usos, mas não valida, a nível científico, apontar esses dois usos selecionados como os dois únicos usos. Durante o período de estágio na Escola Secundária Garcia de Orta resultou, destas reflexões, a opção pela abordagem da subunidade com recurso ao pensamento de M. Meyer, em particular com a obra *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução* que se fez acompanhar do recurso ao pensamento de G. Orwell no seu ensaio *Política e Língua Inglesa*.¹²⁷ A não convencional abordagem do pensamento de G. Orwell permite reforçar a necessidade de um uso ético da retórica expresso no percurso de aprendizagens. Contribui para o desenvolvimento de um pensamento ético-político, responsável e socialmente comprometido; equipa os alunos com competências dialógicas que, certamente, favorecem a sua predisposição a

¹²⁷ Tradução nossa.

participação no diálogo democrático. Permite ainda desenvolver competências de análise dos procedimentos retórico-argumentativos que não estando previstas nos conteúdos programáticos, apenas os enriquecem.

O último ponto deste módulo – 3.3. Argumentação, verdade e ser – destaca-se pelo reconhecimento de que toda a argumentação filosoficamente aceite deve ser regulada pela procura da verdade. Este ponto encontra-se diretamente relacionado com a contextualização histórica prevista no ponto 3.1. Filosofia, retórica e democracia. O pensamento mais adequado a esta abordagem será o de Platão, em particular na obra *Górgias*. O grande protagonista do previamente mencionado conflito entre filósofos e sofistas na Grécia¹²⁸ foi Platão que imortalizou a sua crítica ao abuso da retórica na obra *Górgias*. Por outro lado, a abordagem deste ponto pelo pensamento de Platão permite explorar alguns dos conceitos nucleares previstos – sofista, filósofo, verdade, bem e ser - através da própria obra.

A abordagem da retórica como conteúdo programático termina com este módulo. Embora seja possível dizer que as aprendizagens servem sempre como padrão de fundo para as outras aprendizagens que lhe sucedem os alunos voltam a recorrer aos conhecimentos específicos deste módulo no módulo V que os autores do Programa denominam de Unidade final – Desafios e Horizontes da Filosofia¹²⁹. Este módulo, à semelhança do que sucede com o último módulo previsto para os conteúdos programáticos do 10º ano consiste em Temas/Problemas; a grande diferença a nível de conteúdos encontra-se na ausência de “outros”¹³⁰ que possibilitava a opção por um tema que não se encontrava previsto e da obrigatoriedade de opção entre três diferentes «horizontes da filosofia». O primeiro ponto deste módulo – “1. A Filosofia e os outros saberes”¹³¹ – prevê uma expansão do estudo do conceito da verdade já previamente abordado no módulo da racionalidade argumentativa alongando-o para o contexto

¹²⁸ A Grécia aqui referida não corresponde ao que se compreende por Grécia nos parâmetros atuais. No período clássico o território que atualmente chamamos Grécia seria composto por um vasto número de polis com modelos políticos diversos.

¹²⁹ Ibid., p.13.

¹³⁰ Ibid., p.12.

¹³¹ Ibid., p.13.

cultural, numa abordagem que se aproxima mais da antropologia filosófica – como podemos concluir pelas sugestões bibliográficas do módulo. A opção pelo ponto «2. A Filosofia na cidade» também parece reforçar a importância do estudo da retórica. O percurso de aprendizagens previsto pelos autores do Programa pretende focar-se na dimensão política da Filosofia e do papel que a Filosofia e a política possuem para a construção da cidadania. As sugestões bibliográficas não permitem uma calibração clara do pretendido pelos autores do Programa, mas é de salientar que o ponto «2.1. Espaço público e espaço privado» utiliza conceitos que são muito caros à filósofa Hannah Arendt. Esta opção passa ainda pelo ponto 2.2. - Convicção, tolerância e diálogo - a construção da cidadania» que reforça o carácter social e comunicativo do indivíduo na sociedade. A última abordagem sugerida consiste no ponto “3. A Filosofia e o sentido” que se desdobra em “3.1. Finitude e temporalidade – a tarefa de se ser no mundo” e “3.2. Pensamento e memória – a responsabilidade pelo futuro”.¹³² O vínculo programático deste ponto à retórica é muito ténue, a retórica apresenta-se aqui importante na medida em que para este ponto – como para os anteriores – encontra-se prevista a elaboração, por parte dos alunos, de uma composição filosófica que vise desenvolver o tema/problema com recurso à reflexão e argumentação. Ao contrário do que acontece com os Temas/Problemas propostos aos alunos no ano letivo anterior os Temas/Problemas desta unidade final permitem que o professor exija, da parte dos alunos, todas as competências previstas pelo Programa no final da disciplina. Este último módulo beneficia ainda da previa abordagem da retórica que forneceu aos alunos os conhecimentos e competências necessárias para a elaboração de uma produção filosófica, caso que não se sucede no módulo de Temas/Problemas previstos para o ano anterior. O Programa evita que uma crítica rigorosa possa ser feita quanto à abordagem dos Temas/Problemas correspondentes ao 10º ano de escolaridade alegando que as finalidades pretendidas devem ser notáveis no final do percurso da disciplina, isto é, no conjunto dos dois anos letivos que o aluno frequentou a disciplina. Com esta salvaguarda é possível alegar que no 10º ano de escolaridade não se visa que as finalidades do Programa sejam notáveis em

¹³² Ibid., p.35.

plena forma, mas de modo parcial. É de notar que estes tipos de salvaguardas existentes no Programa servem apenas de justificações e é preciso que exista predisposição para as aceitar.

4.2. Das Orientações para efeitos de avaliação sumativa externa

Como referido anteriormente no início do presente capítulo o programa oficial, pela sua vagueza fomentou a necessidade da criação de um outro documento de carácter vinculativo para efeitos de avaliação sumativa externa das aprendizagens, mais coloquialmente conhecido como documento de orientações para exame nacional final. Um documento desta natureza teria necessidade de surgir com a implementação do exame nacional final, pois vários parâmetros precisam de ter registo estabelecido como o Decreto-Lei que o implementa, os parâmetros em que se realiza o exame a que alunos este é aplicável – todas estas informações são relevantes para os professores e para as escolas. A implementação do exame nacional modifica as dinâmicas já existentes, sendo um dos objetivos deste documento eliminar certas ambiguidades “em atenção à diversidade de temas e de perspetivas teóricas possíveis no cultivo de uma disciplina como Filosofia, constitui um Programa muito aberto e de grande amplitude temática, deixando largamente ao critério de cada escola e de cada professor a definição das abordagens teóricas, dos recursos e das estratégias a adotar. Neste sentido, a compatibilidade entre um Programa desta natureza e a avaliação sumativa externa, sendo possível, constitui por si um inevitável desafio para as práticas letivas.”¹³³ O desafio foi facilmente resolvido nas páginas seguintes pois

“as presentes Orientações visam, assim, constituir um guia para a lecionação da disciplina de Filosofia: elas regem-se integralmente pelo Programa, constituindo apenas um corpo de especificações mínimo vinculativo, imprescindível à realização da avaliação sumativa externa das aprendizagens desenvolvidas no âmbito da disciplina.”¹³⁴

As consequências das especificações das Orientações para o módulo da Racionalidade Argumentativa e Filosofia centram-se em duas mudanças, ou ajustes realizados. O primeiro ajuste foi a especificação das falácias informais sujeitas a avaliação no exame – petição de princípio, falso dilema, apelo à ignorância, *ad hominem*, derrapagem (ou bola

¹³³ Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Orientações para efeitos de avaliação sumativa externa nas aprendizagens na disciplina de Filosofia 10.º e 11.º Anos, p.3.

¹³⁴ Ibid.

de neve) e boneco de palha – o Programa menciona a necessidade da abordagem “de alguns tipos de argumentos e de algumas falácias informais”¹³⁵ mas não indica quantas ou quais. O outro ajuste foi a oficialização da abordagem da perspectiva de Platão e dos sofistas no contexto da democracia ateniense – ponto 3.1. Filosofia, retórica e democracia.¹³⁶ Uma nota que não constitui um ajuste, mas é digna de menção consiste na sugestão de abordagem incutida pelas Orientações no ponto “3.2. Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica, abordar-se-á a crítica filosófica aos usos da retórica, designadamente a distinção entre manipulação e persuasão orientada por um critério de razoabilidade.”¹³⁷ O referido critério de razoabilidade é, sem dúvida, uma referência ao pensamento de C. Perelman, embora o nome do autor não se encontre mencionado.

As Orientações não apontam os Temas/Problemas como objeto de avaliação o que não retira importância à argumentação, mas retira a possibilidade de observação das competências argumentativas no exame nacional final. É possível alegar que devido à vasta gama de sugestões do Programa, sem esquecer o Tema «outros» não se torna possível avaliar com eficácia essa unidade. Isto não passa sem consequências a nível do funcionamento da disciplina em sala de aula, com a pressão incutida pela existência de um exame nacional final que declaradamente não prevê alguns conteúdos programáticos para avaliação estes facilmente ficam desvalorizados por parte dos alunos e, pior, por parte dos professores e das escolas. Esta desvalorização pode consistir numa abordagem muito rápida que perca o valor do conteúdo programático ou, no pior dos casos, na ausência da abordagem da unidade. A implementação de um exame nacional final que não considera como objeto de avaliação estas unidades foi o primeiro passo para considerar as unidades como acessórias e de importância reduzida, o segundo passo é obviamente dado pelo professor/escola que são, em última instância, os elementos que trabalham as possíveis decisões a fazer quanto ao Programa.

¹³⁵ Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Programa de Filosofia: 10º e 11º anos, p.32.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Ibid., p.7.

4.2.1 Das Informações-Prova

O documento emitido pelo IAVE com as Informações-Prova merece dois reparos.¹³⁸ Primeiro, e menos importante, insere entre parênteses um sinónimo – espantalho – a uma das falácias informais já previamente visadas nas Orientações – boneco de palha. Apesar desta adição parecer absolutamente redundante a necessidade desta inserção pode estar relacionada com potenciais confusões que tenham resultado da inconsistência do uso dos termos, o que é importante ter estabelecido firmemente antes do exame nacional para que o mesmo possa decorrer sem percalços. Este documento remove a consideração do critério de razoabilidade que se previa orientar a distinção entre manipulação e persuasão segundo as Orientações. Esta omissão não significa necessariamente uma alteração pois esse critério não se encontra expresso no Programa.

As considerações feitas até ao momento incidem exclusivamente sobre o Programa de 10º e 11º anos, sendo que estes dois anos letivos são os mais importantes na medida em que a disciplina de Filosofia pertence ao tronco comum da Formação Geral que visa a progressão de estudos para o Ensino Superior. No entanto, é possível que os alunos tenham um novo contacto com a Filosofia no 12º ano, caso selecionem como opção a disciplina de Filosofia A. Devido aos interesses pessoais dos alunos e ao facto desta disciplina ser de carácter opcional é possível conjecturar que o número de alunos a frequentar esta disciplina seja um número reduzido, certamente mais reduzido que os que frequentaram Filosofia no 11ºano. O Programa de Filosofia A possui uma abordagem muito diferente daquela apresentada no Programa de Filosofia 10º e 11º anos. Enquanto o Programa de Filosofia 10º e 11º anos possui módulos pensados de uma perspetiva temática o Programa de Filosofia A pretende que um total de três obras sejam lidas e analisadas integralmente. Este tipo de trabalho deve ser novo para os alunos, embora não completamente estranho pois é suposto que durante no seu percurso durante o 10º e 11º anos tenham abordado textos filosóficos numa escala mais pequena – através de excertos e citações, num caso mais atípico um capítulo de uma obra. A leitura integral de uma obra

¹³⁸ A edição consultada corresponde à emitida para fins do exame nacional final de 2017: Instituto de Avaliação Educativa, IP – Informação-Prova Filosofia (Prova 714) 11.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho 2017).

filosófica coloca os alunos num plano mais próximo do trabalho filosófico propriamente dito, a leitura de excertos de obras ou da compreensão das ideias de determinado filósofo ou corrente filosófica através do texto dos autores dos manuais escolares não transparece a plenitude do trabalho filosófico - os excertos selecionados nos manuais são selecionados parágrafo a parágrafo, frase a frase, por vezes vírgula a vírgula e o texto do autor do manual é sempre formulado de forma que seja adequado a alunos que frequentam o ano letivo a que o manual se destina. Muitos filósofos não consideram que certos leitores das suas obras possam ser pessoas cujos conhecimentos de Filosofia se resumem ao que um único professor lhes ensinou num período letivo restrito a aproximadamente três horas semanais. Muitos filósofos possuem ainda sistemas de pensamento complexos, que se alargam por várias obras e a sua escrita pode de uma compreensão bastante difícil. Acrescenta-se ainda que os vários problemas retratados pela Filosofia são abordados por toda a parte e à bem mais dos dois mil anos que registamos nos nossos calendários, isto implica que várias influências culturais podem estar em jogo, assim como a influência de uma época que os estudantes não reconhecem como sua. Estes fatores podem dificultar a compreensão das obras e cabe ao professor, como seria expectável, auxiliar os seus alunos - esse auxílio começa na escolha das obras.

4.4. Além da obrigatoriedade: Filosofia A

O Programa de Filosofia A compreende três módulos, ou seja, três obras, que podemos distribuir pelos três períodos letivos. O elenco de obras sugeridas não é muito vasto, consiste em dezanove obras às quais se efetua uma distribuição de cinco a oito por módulo. Destaca-se, em particular, a falta de conexão da maior parte das obras sugeridas com os conhecimentos prévios dos alunos. No entanto, o módulo 1 sugere uma opção que visa a progressão do estudo da retórica iniciado no ano letivo anterior, a obra *Górgias* de Platão.

O percurso planeado, ou como intitulado no Programa – “horizonte temático”¹³⁹ – traça, em modos largos, quais ideias consideradas centrais e que, por consequência, devem ser exploradas na abordagem da obra. Salienta-se “da pergunta sobre a natureza da retórica à questão do ‘modo de vida que convém ao homem adoptar’ na condução da sua existência e na condução da cidade”; “avaliação da retórica pela filosofia nas perspectivas técnica, epistemológica, ético-política e religiosa”; “refutação das teses dos oradores. Inconsistência das suas posições” e “exposição pelo filósofo Sócrates, das exigências éticas de uma vida virtuosa.”¹⁴⁰ Embora o professor seja um apoio basilar para a compreensão da obra a bibliografia de apoio recomendada ao estudo da obra permite um acompanhamento que pode fomentar uma compreensão mais clara da obra, eliminando, por exemplo, a dificuldade de compreensão do discurso utilizado e das referências próprias da cultura em que o escrito se insere, assim como o seu momento na história. No caso da obra *Górgias* apenas uma das cinco obras de apoio possui identificação de uma tradução em português, o que é um fator negativo pois das restantes as restantes quatro obras requerem que o aluno seja capaz de compreender francês e inglês.

O Programa de Filosofia A permite, independentemente da obra, que os alunos desenvolvam progressivamente as suas capacidades de análise, interpretação e apreciação crítica. No domínio cognitivo o Programa prevê que os alunos sejam capazes de “analisar

¹³⁹ Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Programa de Filosofia A (Opção de 12º ano), p.16.

¹⁴⁰ Ibidem.

os textos filosóficos, identificando os problemas que equacionam, as soluções que adoptam, assim como os argumentos que invocam”¹⁴¹; “confrontar e comentar as perspetivas e as teorias fixadas e transmitidas nos textos filosóficos”.¹⁴² A concretização destes objetivos depende largamente da concretização dos objetivos enunciados a nível do domínio das atitudes e dos valores assim como no domínio das competências, métodos e instrumentos como:

“desenvolver hábitos de leitura activa e crítica que evite a adopção e a reprodução passivas de ideias mal compreendidas”; “desenvolver atitudes de disponibilidade de espírito para a compreensão de questões complexas implicadas nos temas, problemas e teses veiculados pelos textos de leitura integral”; “dominar processos de redação, em conformidade com as exigências do discurso filosófico, de composições escritas que assegurem a configuração e a comunicação das análises e comentários dos textos estudados assim como a configuração e a comunicação dos temas desenvolvidos”.¹⁴³

¹⁴¹ Ibid., p.5.

¹⁴² Ibid.

¹⁴³ Ibid., p.5, 6.

4.5. O Perfil dos Alunos à Saída de Escolaridade Obrigatória

É importante ainda verificar a compatibilidade da disciplina de Filosofia com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória,¹⁴⁴ em particular com o Programa de 10º e 11º ano – por causa da sua posição no tronco comum da Formação Geral. Este documento visa uma atualização do perfil desejado com particular atenção às necessidades da sociedade contemporânea e os desafios que ela apresenta aos futuros cidadãos politicamente ativos. Dos princípios que procuram atribuir sentido ao Perfil desejado destaca-se a

“base humanista – a escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar”¹⁴⁵

que vai de encontro a alguns objetivos do Programa de Filosofia como “desenvolver a consciência do significado ético e da importância política dos direitos humanos”¹⁴⁶ e algumas finalidades como:

“proporcionar mediações conducentes a uma tomada de posição sobre o sentido da existência, contribuindo para a compreensão da articulação constitutiva entre o ser humano e o mundo e da sua dinâmica temporal, assumindo a responsabilidade ecológica como valor e como exigência incontornável.”¹⁴⁷

É, contudo, na visão e nos valores enunciados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória que se pode compreender os princípios fundadores do documento. Por visão o documento compreende o que é pretendido para os jovens à saída da escolaridade obrigatória e a disciplina de Filosofia, em particular com o reforço conseguido pela abordagem da retórica, auxilia a que cada jovem se torne um cidadão/cidadã “capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação”; “valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade para com os

¹⁴⁴ Direção-Geral da Educação – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

¹⁴⁵ Ibidem, p.13.

¹⁴⁶ Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Programa de Filosofia: 10º e 11º anos, p.9.

¹⁴⁷ Ibidem, p.8.

outros, pela diversidade cultural e pelo debate democrático” e “que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta”.¹⁴⁸ Com o estudo da retórica a capacidade de comunicação será certamente desenvolvida, ainda que a participação num debate detenha algumas fragilidades o conhecimento dos instrumentos e técnicas discursivas por parte dos alunos garante que estes são capazes de compreender e refletir sobre o que se encontra em discussão. A democracia ateniense não possui exatamente as mesmas características das democracias das sociedades atuais; esta consideração não torna o conhecimento da democracia que serviu de base para a fundação da democracia em que os alunos vivem um conhecimento inútil, muito pelo contrário, a compreensão da contextualização pode ajudar os alunos a compreender as mudanças e motivações que conduziram à democracia que hoje conhecem. No que toca aos valores a desenvolver na cultura escolar o Perfil pretendido compreende que os alunos possuam

“Responsabilidade e integridade – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.”¹⁴⁹

O conhecimento dos usos da retórica proporcionado na disciplina de Filosofia – a par das perspetivas éticas abordadas – confere ao aluno a capacidade de distinguir o valor ético das suas ações e palavras tornando-o capaz de viver em sociedade com respeito por si e pelos outros. O respeito aqui mencionado, assim como as competências adquiridas na disciplina de Filosofia permitem o desenvolvimento de outro valor pretendido no Perfil:

“Cidadania e participação – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor”.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Direção-Geral da Educação – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, p.15.

¹⁴⁹ Ibidem, p.17.

¹⁵⁰ Ibid.

As competências¹⁵¹, que os autores do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória apontam como “combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes”,¹⁵² beneficiam da proficiência comunicativa estimulada na disciplina de Filosofia. Mais especificamente:

“as competências na área de Pensamento crítico requerem observar, identificar, analisar e dar sentido à informação, às experiências e às ideias e argumentar a partir de diferentes premissas e variáveis.”¹⁵³

Não basta ter ideias criativas e inovadoras, ou possuir boas metodologias e ferramentas que favorecem o pensamento crítico, para que essas ideias tenham utilidade é preciso, muitas vezes, que sejam comunicadas, pois sem a comunicação as ideias não são expressas, no caso da comunicação ser deficitária as ideias podem ser deturpadas ou até mesmo impossível de realizar na medida em que lhes falta justificação. Para que exista comunicação é preciso que exista uma relação entre dois ou mais intervenientes, neste sentido surgem as competências a nível do

“Relacionamento interpessoal implicam que os alunos sejam capazes de: trabalhar em equipa e usar diferentes meios para comunicar presencialmente e em rede; interagir com tolerância, empatia e responsabilidade e argumentar, negociar e aceitar diferentes pontos de vista, desenvolvendo novas formas de estar, olhar e participar na sociedade.”¹⁵⁴

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória torna a escola como primeiro local de referência para a participação livre e responsável dos jovens na sociedade. A disciplina de Filosofia, com recurso ao estudo da argumentação, mune os alunos de competências úteis para o seu futuro político e social, prepara-os para o debate fundamentado e justificado, com a consciência da responsabilidade das escolhas realizadas.

¹⁵¹ Divididas nas seguintes áreas: Linguagens e Textos; Informação e Comunicação; Raciocínio e Resolução de Problemas; Pensamento Crítico e Pensamento Criativo; Relacionamento Interpessoal; Desenvolvimento Pessoal e Autonomia; Bem-estar, Saúde e Ambiente, Sensibilidade Estética e Artística; Saber Científico, Técnico e Tecnológico e, finalmente, Consciência e Domínio do Corpo.

¹⁵² Ibid., p.19.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ Ibid., p.25.

4.5.1. Aprendizagens Essenciais na(s) disciplina(s) de Filosofia

A implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória provocou uma onda de reformulações a nível dos Programas oficiais das várias disciplinas do Ensino Secundário. Os novos Programas, conhecidos como Aprendizagens Essenciais surgem da necessidade de articulação com o Perfil dos Alunos. Seria interessante um debate sobre o caso específico do Programa de Filosofia precisar efetivamente de uma reformulação para efetuar uma articulação com o Perfil dos Alunos, pois da introdução às finalidades, dos objetivos às competências o Programa parece corresponder, eficazmente, ao pretendido no Perfil dos Alunos. Sendo este documento lançado após o decurso do período de estágio que se realizou no âmbito do Mestrado em que se insere este relatório importa justificar qual a pertinência do recurso a este documento – a reformulação dos conteúdos do Programa, embora não seja significativa, comporta mudanças nos conteúdos temáticos aqui abordados. O módulo programático que incide sobre a Racionalidade Argumentativa e Filosofia do Programa utilizado durante o período de estágio¹⁵⁵ corresponde aos conteúdos programáticos do 11º ano de escolaridade, nas Aprendizagens Essenciais alguns dos conteúdos programáticos desse módulo são deslocados para o módulo inicial do 10º ano de escolaridade, sendo que outros são removidos.

O novo módulo inicial preserva alguns conteúdos programáticos presente no Programa anterior como “O que é a filosofia?” e “As questões da filosofia”¹⁵⁶ e, após estes, inicia-se a unidade programática que incide sobre “Racionalidade argumentativa da Filosofia e a dimensão discursiva do trabalho filosófico.”¹⁵⁷ Esta nova unidade funde os pontos “1.3. A dimensão discursiva do trabalho filosófico” (módulo I); “1.1. Distinção validade – verdade”; “1.2. Formas de inferência válida”; “1.3. Principais falácias” e “2.2. O discurso argumentativo – principais tipos de argumentos e falácias informais” (módulo

¹⁵⁵ Programa de Filosofia 10º e 11º anos – Homologação de 2001.

¹⁵⁶ Direcção-Geral da Educação – Aprendizagens Essenciais – Filosofia 10º ano | Articulação com o Perfil dos Alunos, p.6.

¹⁵⁷ Ibid., p.6.

III)¹⁵⁸ do Programa anterior. A opção entre a abordagem segundo os paradigmas da lógica aristotélica ou da lógica proposicional deixa de existir na medida em que as Aprendizagens Essenciais indicam que o aluno deve ficar capaz de “aplicar tabelas de verdade na validação de formas argumentativas”¹⁵⁹ impondo a abordagem pela lógica proposicional como obrigatória. No meio destas alterações deixam de ser considerados como conteúdos programáticos os seguintes pontos do módulo III do Programa: “2.1. O domínio do discurso argumentativo – a procura de adesão do auditório”; “3.1. Filosofia, retórica e democracia”; “3.2. Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica” e “3.3. Argumentação, verdade e ser”.¹⁶⁰

É interessante notar que cessam de existir os conteúdos programáticos que incidem diretamente sobre conceitos-chave enunciados ao longo do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. A abordagem à democracia ateniense, sistema político que serviu de base para a criação das democracias contemporâneas deixa de existir como conteúdo programático. Tendo o Perfil uma base humanista seria expectável que um conteúdo tão próximo aos princípios enunciados permanecesse como Aprendizagem Essencial. No que toca à remoção da retórica como conteúdo programático parece que estamos perante uma automutilação da parte dos autores das Aprendizagens Essenciais. As competências específicas utilizadas no Programa anterior – problematização, conceptualização e argumentação – permanecem como referência nas Aprendizagens Essenciais.¹⁶¹ Embora a argumentação seja aqui mencionada os conteúdos programáticos previstos apenas possuem vestígios do estudo da argumentação propriamente dita, sendo, desta forma, quase ridículo a solicitação de competências argumentativas presentes ao

¹⁵⁸ Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Programa de Filosofia: 10º e 11º anos, p.27, 32.

¹⁵⁹ Direcção-Geral da Educação – Aprendizagens Essenciais – Filosofia 10º ano | Articulação com o Perfil dos Alunos, p.7.

¹⁶⁰ Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Programa de Filosofia: 10º e 11º anos, p.32.

¹⁶¹ (1) Direcção-Geral da Educação – Aprendizagens Essenciais – Filosofia 10º ano | Articulação com o Perfil dos Alunos, p.3.

(2) Direcção-Geral da Educação – Aprendizagens Essenciais – Filosofia 11º ano | Articulação com o Perfil dos Alunos, p.3.

longo das “Ações Estratégicas de Ensino Orientadas para o Perfil dos Alunos.”¹⁶² A introdução, apresentação de finalidades e objetivos do Programa aliados à presença do estudo da retórica como conteúdo programático assegurava a pertinência da disciplina de Filosofia em relação ao Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, o observado nas Aprendizagens Essenciais parece lesar em vez de construir sobre o existente.

¹⁶² (1) Ibidem, p.6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13.

(2) Direcção-Geral da Educação – Aprendizagens Essenciais – Filosofia 11º ano | Articulação com o Perfil dos Alunos, p.6, 7, 8, 9, 10, 11, 12.

Conclusão

A argumentação ocupa, sem dúvida, um papel fundamental no decorrer do percurso académico dos alunos no ensino secundário. Apesar do reconhecimento da importância da argumentação, cada vez mais, à semelhança do que acontece história da filosofia, o foco incide sobre a lógica e não sobre a retórica apesar das limitações da lógica como escreve C. Perelman:

“a limitação da lógica ao exame das provas que Aristóteles qualificava de analíticas e a redução destas últimas a provas dialécticas, - quando se associava algum interesse à sua análise -, eliminou do estudo do raciocínio toda a referência à argumentação.”¹⁶³

O progresso verificado no decurso deste trabalho corrobora esta afirmação. O problema que daqui resulta é a permanência no descrédito da retórica, descrédito provocado pelo medo dos potenciais resultados da sua utilização, como exposto por Platão nos seus diálogos Górgias e de um modo mais suave no seu diálogo Fedro. Ao evitar a retórica, para recorrer à lógica como guardiã filosófica do discurso estamos a remover da nossa consideração a relação que existe entre a argumentação e a razão, perpetuando apenas o valor inscrito sob as provas reduzindo progressivamente o interesse filosófico do assunto.

“Só a existência de uma argumentação que não seja coerciva nem arbitrária confere sentido à liberdade humana, condição de exercício de uma escolha racional. Se a liberdade fosse apenas adesão a uma ordem natural previamente dada, excluiria toda a possibilidade de escolha; se o exercício da liberdade não fosse fundado em razões, toda a escolha seria irracional, e reduzir-se-ia a uma decisão arbitrária agindo num vazio intelectual. É graças à possibilidade de uma argumentação, que fornece razões, mas razões não coercivas que é possível escapar ao dilema: adesão a uma verdade objectiva a universalmente válida, ou recurso à sugestão e à violência para levar à aceitação das nossas opiniões e decisões.”¹⁶⁴

A desvalorização da retórica não acontece por falta de reconhecimento do valor dos seus conteúdos, mas sim pelo receio da opção por um uso não ético da mesma. Isto, contudo, não pode nem deve servir de justificação para reprimir a retórica, por outro lado,

¹⁶³ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – Tratado de Argumentação, p.553.

¹⁶⁴ Ibidem, p.558.

deve ser sim razão suficiente para que o oposto aconteça. Se a preocupação incide sobre os perigos de um uso indevido da retórica os mesmos devem ser explanados para que possam ser evitados. Tal passa, precisamente, por estudar retórica, conhecer a sua história e os seus procedimentos.

“A retórica não fala de uma tese, de uma resposta-premissa que não responde a nada, mas da problematicidade que afecta a condição humana, tanto nas paixões como na sua razão e no seu discurso.”¹⁶⁵

A inevitabilidade da presença da retórica é tal que uma justificação para a sua remoção dos conteúdos programáticos terá de passar, forçosamente, pela argumentação, e como tal, ridiculamente, a retórica estará a justificar a sua ausência.

A inserção do estudo da retórica no decurso da disciplina de Filosofia revela-se uma necessidade de promoção do progresso dos conteúdos programáticos da disciplina assim como permite consciencializar os alunos da importância do aperfeiçoamento do seu discernimento ético e cognitivo, da sua interpretação acerca da interpretação que fazem do discurso, seja em textos, mensagens dos meios de comunicação ou até do discurso presente em produções científicas. As competências desenvolvidas com o estudo da retórica não só ajudam na criação de indivíduos preparados para uma vida política ativa e consciente como são competências transversais ao futuro académico e laboral dos alunos enquanto cidadãos.

¹⁶⁵ MEYER, Michel – Questões De Retórica: Linguagem, Razão e Sedução, p.31.

Bibliografia

- ALMEIDA, Aires (org.) – **Dicionário Escolar de Filosofia**. 1ª ed. Corroios: Plátano Editora, 2009. ISBN 978-972-770-698-3
- ARISTÓTELES – **Poética**. 8ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010. ISBN 978-972-27-0259-1
- ARISTÓTELES – **Retórica**. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. ISBN 972-27-1377-9
- ARISTOTLE – **The Art of Rethoric**. London: Harper Collins, 2012. ISBN 978-0-00-792069-3
- ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE FILOSOFIA – **Caderno de Filosofias: Argumentação, Retórica, Racionalidades**. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1992.
- BOAVIDA, João – **Educação Filosófica** – Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. ISBN 978-989-26-0021-5
- BORCHERT, Donald M. (edit.) – **Encyclopedia of Philosophy: Volume 7**. 2ª ed. Farmington Hills: Thomson Gale, 2006. ISBN 0-02-866072-2
- BORGES, José Ferreira; PAIVA, Marta; TAVARES, Orlanda – **Novos Contextos: Filosofia 11.º ano**. 1ª ed. Porto: Porto Editora, 2014. ISBN 978-972-0-41018-4
- CARRILHO, Manuel Maria – **Filosofia**. Lisboa: Difusão Cultural, 1994. ISBN 972-709-211-X
- CICERO, Marcus Tullius – **The Orator, A Dialogue Concerning Oratorical Partitions, and Treatise on the Best Style of Orators**. USA: Digireads Publishing, 2009. ISBN 978-1-4209-3433-5
- CICERO, Marcus Tullius – **Treatise on Rhetorical Invention and Treatise on Topics**. USA: Digireads Publishing, 2009. ISBN 978-1-4209-3435-9
- COLLI, Giorgio – **O Nascimento da Filosofia**. Coimbra: Edições 70, 1998. ISBN 972-44-0973-2

- COSTA, José Gomes da – **Do Aprender e do Ensinar**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.
- CUNHA, Tito Cardoso e – **A Nova Retórica de Perelman**. Covilhã: Lusosofia Press, 2010. [Consult. 26 jun. 2018] Disponível na internet: <URL: http://www.lusosofia.net/textos/cunha_tito_nova_retorica_perelman.pdf>.
- DESCARTES, René – **Discurso do Método**. Lisboa: Edições 70, 2013. ISBN 978-972-44-1525-3
- Direcção-Geral da Educação – **Aprendizagens Essenciais - Filosofia A| Articulação com o Perfil dos Alunos**. Ministério da Educação, 2018. [Consult. 03 set. 2018] Disponível na internet: <URL: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/12_filosofia_a.pdf>.
- Direcção-Geral da Educação – **Aprendizagens Essenciais - Filosofia 11º ano | Articulação com o Perfil dos Alunos**. Ministério da Educação, 2018. [Consult. 03 set. 2018] Disponível na internet: <URL: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/11_filosofia.pdf>.
- Direcção-Geral da Educação – **Aprendizagens Essenciais – Filosofia 10º ano | Articulação com o Perfil dos Alunos**. Ministério da Educação, 2018. Consult. 03 set. 2018] Disponível na internet: <URL: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/10_filosofia.pdf>.
- Direcção-Geral da Educação – **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**. Ministério da Educação, 2017. [Consult. 30 ago. 2018] Disponível na internet: <URL: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf>.
- Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – **Orientações para efeitos de avaliação sumativa externa nas aprendizagens na disciplina de Filosofia 10.º e 11.º Anos**. Ministério da Educação, 2011. [Consult. 22 out.

2016] Disponível na internet: <URL:
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documents/Documents_Disciplinas_novo/orientacoes_filosofia_10_11.pdf>.

Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – **Programa de Filosofia: 10º e 11º anos**. Ministério da Educação, 2004/2005. [Consult. 13 mar. 2016]
Disponível na internet: <URL:
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documents/Programas/Recorrente/filosofia_10_11.pdf>.

Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – **Programa de Filosofia: 10º e 11º anos**. Ministério da Educação, 2001. [Consult. 13 mar. 2016]
Disponível na internet: <URL:
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documents/Programas/filosofia_10_11.pdf>.

Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – **Programa de Filosofia A (Opção de 12º ano)**. Ministério da Educação, 2006. [Consult. 13 mar. 2016]
Disponível na internet: <URL:
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documents/Programas/Recorrente/filosofia_a_op_12.pdf>.

ECHEVERRÍA, Javier – **Introdução à Metodologia da Ciência**. Coimbra: Livraria Almedina, 2003. ISBN 972-401824-5

FARIA, Domingos; VERÍSSIMO, Luís; ALMEIDA, Rolando – **Como pensar tudo isto?** 1ª ed. Sebenta Editora, 2015. ISBN 978-972-799-381-9

GRÁCIO, Rui – **Racionalidade Argumentativa**. 1ª ed. Rio Tinto: Edições ASA, 1993. ISBN 972-41-1189-X

GRANGER, Gilles-Gaston – **Pensamento Formal e Ciências do Homem: Volume I**. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

GRANGER, Gilles-Gaston – **Pensamento Formal e Ciências do Homem: Volume II**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

- HEIDEGGER, Martin – **Being and Time**. New York: Harper Perennial, 2008. ISBN 978-0-06-157559-4
- HEINRICHS, Jay – **Thank You For Arguing**. New York: Three Rivers Press, 2013. ISBN 978-0-385-34775-4
- Instituto de Avaliação Educativa, IP – **Informação-Prova Filosofia (Prova 714) 11.º Ano de Escolaridade** (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho 2017).
- JOSEPH, Miriam – **The Trivium: The Liberal Arts of Logic, Grammar, and Rhetoric**. Philadelphia: Paul Dry Books, 2002. ISBN 0-9679675-0-3
- KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. – **Os Filósofos Pré-Socráticos**. 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. ISBN 978-972-31-0503-2
- MARTINS, Moisés (dir.) – **Comunicação e Sociedade: Comunicação, Argumentação e Retórica (Revista 16)**. Braga: Edições Húmus, 2009. ISSN 1645-2089
- MASCHIO, E. A. Dal – **Platão: A Verdade Está Noutro Lugar**. Atlântico Press, 2015. ISBN 978-989-8721-79-2
- MESQUITA, António Pedro – **Introdução Geral (Obras Completas de Aristóteles)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. ISBN 972-27-1371-X
- MEYER, Michel – **A Problematologia**. 1ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. ISBN 972-20-0849-8
- MEYER, Michel – **Lógica, Linguagem e Argumentação**. Lisboa: Editorial Teorema, 1982. ISBN 972-695-090-2
- MEYER, Michel – **Questões De Retórica: Linguagem, Razão e Sedução**. Coimbra: Edições 70, 1998. ISBN 972-44-0982-1
- ORWELL, George – **1984**. England: Penguin Books, 2008. ISBN 978-0-141-03614-4
- ORWELL, George – **Animal Farm**. England: Penguin Books, 2008. ISBN 978-0-141-03613-7
- ORWELL, George – **Politics and the English Language**. Great Britain: Penguin Books, 2013. ISBN 978-0-141-39306-3

- ORWELL, George – **Why I Write**. London: Penguin Books, 2004. ISBN 978-0-141-01900-0
- PERELMAN, Chaïm – **O Império Retórico**. 2ª ed. Rio Tinto: Edições ASA, 1999. ISBN 972-41-1128-8
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie – **Tratado de Argumentação**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. ISBN 972-771-838-8
- PLATÃO – **Fedro**. Lisboa: Guimarães Editores, 2000. ISBN 972-665-126-3
- PLATÃO – **Górgias**. 4ª ed. Lisboa: Lisboa Editora, 1999. ISBN 972-680-265-2
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario – **História da Filosofia, vol. 1 Filosofia Pagã Antiga**. 3ª ed. São Paulo, Paulus, 2007. ISBN 88-350-9271-X
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario – **História da Filosofia, vol. 3 do humanismo a Descartes**. 2ª ed. São Paulo, Paulus, 2005. ISBN 85-345-2102-4
- TUNHAS, Paulo; ABRANCHES, Alexandra – **As Questões Que Se Repetem**. 1ª ed. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2012. ISBN 978-972-20-4931-3
- WESTON, Anthony – **A Arte de Argumentar**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 2005. ISBN 972-662-441-X
- WITTGENSTEIN, Ludwig – **Tratado Lógico- Filosófico e Investigações Filosóficas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN 972-31-0383-4
- WOODS, John; IRVINE, Andrew; WALTON, Douglas – **Argument: critical thinking, logic and the fallacies**. Canada: Pearson Prentice Hall, 2004. ISBN 0-13-039938-8

Anexo I – Grelha de Planificação de aula (Regência nº6)

Disciplina: Filosofia	Ano de Escolaridade: 11º	Turma: E	Ano letivo: 2016/2017
Módulo: 4 – Racionalidade argumentativa e filosofia Unidade: 3. Argumentação e filosofia Subunidade: 3.2. Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica		Sumário: Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica.	
Data: 09/12/2016	Hora de início: 12:15	Duração: 50 minutos	Sala: 209
Objetivos:			
Gerais: <ul style="list-style-type: none"> → Reconhecer o trabalho filosófico como atividade interpretativa de racionalidade. → Reconhecer o carácter linguístico-retórico e lógico-argumentativo do discurso filosófico. → Desenvolver atitudes de discernimento crítico perante a informação e os saberes. → Iniciar à discursividade filosófica, prestando particular atenção, nos discursos/textos, à análise das articulações lógico-sintáticas e à análise dos procedimentos retórico-argumentativos. → Iniciar à comunicação filosófica, desenvolvendo de forma progressiva as capacidades de expressão pessoal, de comunicação e de diálogo. 		Específicos: <ul style="list-style-type: none"> → Definir persuasão. → Definir manipulação. → Distinguir os conceitos de retórica branca e retórica negra. → Definir eufemismo. 	

Tema	Conteúdos	Estratégias/Atividades	Competências/Objetivos	Recursos	Avaliação
3. Argumentação e Filosofia	3.2. Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de imagens de modo a introduzir a questão da persuasão e manipulação. - Exposição sobre persuasão e manipulação - Leitura de excerto de texto de Michel Meyer. Análise do excerto. - Visualização de um excerto de vídeo retirada da série <i>Big Bang Theory</i> (temporada 7, episódio 16) intercalado com debate e análise do mesmo. - Leitura de excerto de texto de George Orwell para introduzir o conceito de eufemismo e aprofundar a dimensão da manipulação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir persuasão racional - Definir manipulação - Distinguir retórica branca de retórica negra - Definir eufemismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Sumário - Computador - Tela de projeção do quadro interativo - Quadro - Visualizador de imagens do <i>Windows</i> - Recurso às imagens identificadas nos Anexos I e II - Recurso ao Texto 1 presente no Anexo VI - Visualizador de vídeo <i>VLC media player (Portable)</i> - Recurso ao vídeo identificado no Anexo V (da planificação de aula – não do presente relatório) -Recurso ao Texto 2 presente no Anexo VII 	<ul style="list-style-type: none"> - Pontualidade - Adequação do comportamento ao espaço sala de aula - Participação nas atividades solicitadas

Anexo II – Fundamentação Científica da Planificação de aula (Regência nº6)

Fundamentação Científica

A presente aula incide sobre o Módulo 4 – Racionalidade argumentativa e filosofia, e foca, em particular, a subunidade 3.2. Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica da unidade 3. Argumentação e Filosofia do programa oficial, homologação de 2005.¹⁶⁶

Esta subunidade é particularmente importante, não só porque explora de modo parcial a dimensão do discurso filosófico, mas, porque no plano do programa oficial é a penúltima subunidade do módulo que visa a racionalidade argumentativa, sendo assim uma fase final do mesmo. Para explicar os conceitos de persuasão e manipulação será utilizado como base o pensamento de Michel Meyer, em particular na obra *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*. Embora esta obra não conste diretamente nas sugestões bibliográficas do programa, outras obras do autor são aconselhadas, de modo que não existe um afastamento da raiz sobre a qual o programa é fundado. Considerando o percurso elaborado no programa oficial é possível perceber facilmente a importância atribuída à subunidade onde esta aula se encontra. O programa visa uma introdução ao contexto histórico da democracia ateniense, permitindo evidenciar o papel da sofística e a crítica de Platão.

Depois deste percurso planeado no programa os alunos encontram-se em condições de pensarem sobre os usos da retórica e até capazes de identificar de modo eficaz quando um ou outro está a ser utilizado. Embora o programa oficial tenha sido formulado de modo a abordar assuntos transversais a todas as áreas de estudos que visam o progresso de estudos para o ensino superior, alguns alunos podem não perceber a utilidade ou a importância dos assuntos visados. Sem qualquer dúvida a retórica encontra-

¹⁶⁶ Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – Programa de Filosofia: 10º e 11º anos. Ministério da Educação, 2005, p.10.

se como um dos temas onde essa importância ou utilidade é mais evidente. A retórica, como nos diz Michel Meyer, não é apenas utilizada através da persuasão e da manipulação. Vivemos na era da imagem, somos constantemente bombardeados de comunicação, informação e publicidade, sem considerar os valores pessoais, sociais ou as relações que as pessoas nutrem umas com as outras.¹⁶⁷ Podemos considerar a retórica à luz desses meios recorrendo à manipulação e à persuasão. Se a retórica é, como também nos diz Michel Meyer, a negociação da distância entre os sujeitos¹⁶⁸ – isto é, das diferenças entre os sujeitos incluindo os seus conhecimentos sobre o assunto em causa – a retórica serve para os aproximar ou distanciar, refletindo-se assim no uso que o orador faz da retórica.

Um orador que procure persuadir um auditório procurará diminuir a distância entre ele e o respetivo auditório. Encara as dificuldades do auditório como um obstáculo a ultrapassar em conjunto, sem negligenciar, de qualquer forma, a sua capacidade racional e autonomia de pensamento. Os argumentos apresentados por este orador são expressos claramente, sem qualquer recurso à ilusão e podem ser avaliados pelo auditório. Deve ainda defender as suas ideias de forma organizada, evitando complicações desnecessárias para, garantidamente, comunicar da melhor forma possível a sua perspetiva.

Por outro lado, um orador que procure manipular um auditório tentará aumentar a distância entre ele e o auditório. As limitações racionais do auditório não são vistas como um obstáculo a ultrapassar, mas sim como uma oportunidade a explorar de modo a tirar o maior partido possível das mesmas. Existem características facilmente identificáveis neste uso da retórica, como o uso de falácias ou até a procura de guiar o auditório por um enredo de argumentos que não permite a refutação dos mesmos pelo próprio auditório.

O uso da manipulação na retórica é visto, como imoral, isto é, não se apresenta como eticamente correto. Há, contudo, que considerar uma possível confusão que se pode criar facilmente. A retórica não é culpada pelo uso que lhe dão, os sujeitos que a usam é que são culpados pelo indevido uso que fazem da retórica. A falta de cuidado na

¹⁶⁷ MEYER, Michel – *Questões De Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*, p. 11, 12.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p.27.

exposição dos dois usos da retórica pode induzir em erro. Os alunos podem atribuir características negativas à retórica considerando posteriormente a retórica de um modo negativo, atribuindo-lhe a culpa pelo uso que os sujeitos lhe dão. Esta errada concepção da retórica pode ser fomentada pelo uso dos termos utilizados por Michel Meyer, de retórica branca e retórica negra. Retórica branca não significa persuasão, mas a persuasão encontra-se incluída na retórica branca. Do mesmo modo, retórica negra não significa manipulação, mas a manipulação encontra-se incluída na retórica negra. O uso destes termos como base para mencionar a persuasão ou manipulação é legítimo desde que a sua verdadeira extensão seja explícita.

No que toca ao percurso de aprendizagens do programa muito nitidamente pode-se ler que é desejável a compreensão da necessidade do um uso ético da retórica. Este denominado uso ético da retórica não especifica o que de facto é pretendido. Supõe-se, no entanto, que se pretenda que os alunos terminem a abordagem da retórica conhecendo as duas principais vias do discurso que um orador tem perante um auditório – persuasão e manipulação – e ganhem consciência dos efeitos póstumos de cada uma das vias que o orador decida envergar. Podemos considerar então que os alunos devem ser capazes de utilizar ou identificar claramente o uso da retórica efetuado, pois o estudo da retórica ajuda a branquear a mesma¹⁶⁹, isto é, auxilia a desmontar os mecanismos do discurso quer estes sejam explícitos ou não. Isto pode, por consequência, conduzir os alunos a – pelo menos a nível filosófico – terem uma noção da sua capacidade de argumentação, do modo como os outros procuram influenciar o seu pensamento através do diálogo e como podem refutar os argumentos utilizados.

Existe ainda a questão das diferentes formas de manipulação e persuasão. Michel Meyer, como acima referido, considera que uma das definições possíveis da retórica é a negociação da distância entre os sujeitos. Importa considerar a negociação, pois todo o negociar implica dois lados. Esses lados estão em potencial confronto, amistoso ou não e o ponto que possuem em comum – independentemente da sua posição - é a linguagem, sem linguagem a negociação seria impossível. É precisamente através da linguagem que

¹⁶⁹ Ibid., p.49.

se exerce a retórica. As técnicas de comunicação são simultaneamente técnicas de linguagem e são, atualmente, usadas de um modo agressivo e invasivo para chegar ao público-alvo, encontramos aqui, entre outras, os meios de comunicação e de informação, assim como a publicidade.¹⁷⁰

Estes mecanismos estão vinculados à persuasão e à manipulação. O uso ético da retórica implica ainda uma consciência do impacto destes mecanismos no quotidiano e perante um auditório.

¹⁷⁰ Ibid., p.144.

Anexo III – Fundamentação Pedagógico-Didática da Planificação de aula (Regência nº6)

Fundamentação Pedagógico-didática

Procurou-se, para a presente aula, utilizar estratégias e recursos que favorecessem a compreensão dos conceitos enunciados no título da subunidade 3.2 Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica. Tal seria impossível apenas com a transmissão de uma definição – ainda que completa – ou até com uma simples construção de definição em turma sem mais algum apoio. Um dos objetivos aqui pretendidos é que os alunos sejam futuramente capazes não só de definir claramente os dois usos da retórica como identificá-los e até utilizá-los.

Numa fase inicial da aula os alunos não serão introduzidos aos conceitos de persuasão e manipulação. Serão antes apresentadas duas imagens das quais se espera que, durante a sua análise, os alunos cheguem aos conceitos por mérito próprio. Em todo o caso, se tal não se comprovar existirão auxílios que tornarão possível tal realização. As imagens são propositadamente em preto e branco para realçar, mais tarde, os conceitos de retórica branca e retórica negra. Após alguns momentos a contemplar a imagem os alunos serão questionados sobre o que a imagem lhes sugere. A primeira imagem pode dificultar um pouco a resposta desejada – em primeiro lugar será a primeira imagem e o conceito de persuasão oferece algumas resistências quando expresso de modo artístico. Em todo o caso, se a primeira imagem falhar o seu propósito, em vez de existir uma intervenção em auxílio dos alunos será preferível proceder à visualização da segunda imagem que é mais sugestiva e só depois regressar à primeira. Neste caso a nova visualização da primeira imagem deve, com o apoio da reflexão efetuada na visualização da primeira imagem, ser mais óbvia e facilitada.

Atingindo os conceitos a serem abordados os alunos serão questionados sobre o que esses conceitos significam para eles. Espera-se que sejam capazes aceder ao conceito de manipulação mais rapidamente do que ao de persuasão. A manipulação tem um lugar muito importante na nossa sociedade, estamos constantemente sobre a tentativa de manipulação seja de que forma for e todos somos de algum modo sensíveis a isso.

Com o tema devidamente introduzido de modo a estimular o interesse e participação dos alunos prossegue-se a uma exposição oral sobre os conceitos de persuasão e manipulação. A exposição inicial será acompanhada da leitura partilhada de um excerto de texto da obra de Michel Meyer. É inegável o contributo de Meyer para o estudo da retórica, contudo a sua escrita é complexa e algo confusa para estudantes de 11º ano. O excerto escolhido pretende enunciar um fio condutor com o ponto do programa imediatamente anterior 3.1 Filosofia, retórica e democracia, assim como introduzir o ponto seguinte sobre o qual se debruça esta aula. O texto começa com uma simples definição de retórica oferecendo aos alunos algum suporte nuclear para uma definição de rápido acesso e termina explicando os conceitos de retórica branca e retórica negra, nos quais se incluem a persuasão e respetivamente a manipulação. O objetivo deste texto é poder, com a ajuda do mesmo, compreender os objetivos da retórica branca e da retórica negra.

Após a discussão e análise do excerto de texto proceder-se-á à visualização pausada de alguns momentos de um episódio de uma série televisiva chamada *The Big Bang Theory*. Como o propósito desta atividade é lúdico e não requer qualquer tipo de avaliação não e será distribuída uma ficha com os detalhes técnicos do excerto pois é desejável o apoio nos textos e o recurso ao vídeo como atividade extra na sala de aula. O excerto será dividido em quatro segmentos nos quais os alunos serão questionados se existem personagens a ser persuadidas ou manipuladas. Estas pausas servem também para verificar se existem dúvidas na extensão dos conceitos a um nível prático, pois é desejável que os alunos sejam capazes de conservar estes conhecimentos para a sua vida e não só como conhecimento teórico.

Numa última fase da aula será distribuído outro texto - da autoria de George Orwell. Este texto foca as diferenças entre linguagem política e linguagem clara. O texto deverá ser lido em voz alta num primeiro contato e, em seguida, individualmente. Os alunos serão solicitados a identificar algum termo expresso em linguagem política e efetuar uma ligação com o seu equivalente em linguagem clara. Esta tarefa não implica dificuldades pois o texto está escrito de forma clara e o próprio autor quase faz o requerido no mesmo. Um dos objetivos deste excerto é mostrar aos alunos uma forma de

manipulação – o eufemismo - de modo que tenham um exemplo em texto que possam acompanhar em casa no seu estudo.

Anexo IV – Imagem de sugestão ao conceito de persuasão

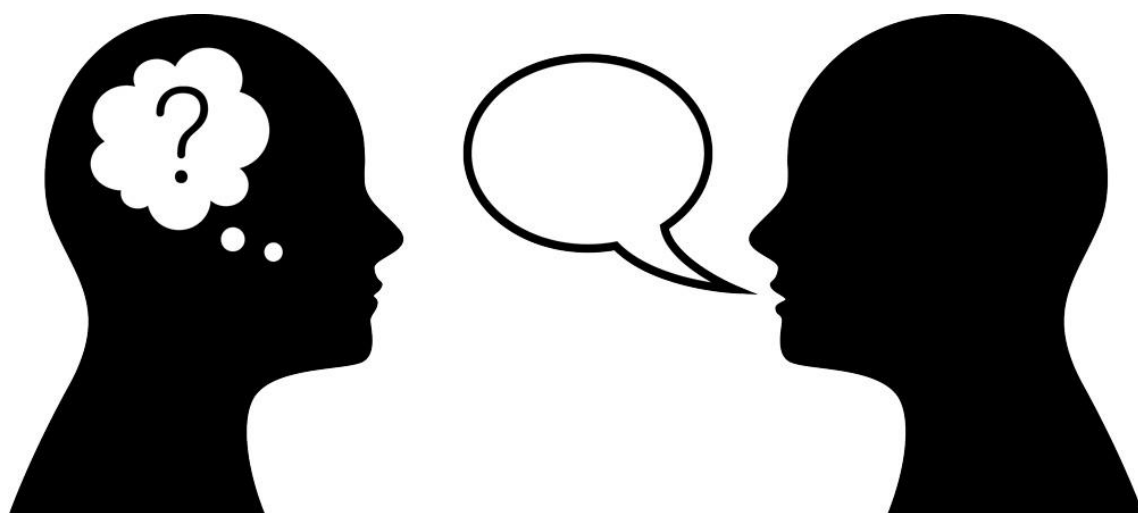


Imagem disponível no *link*:

http://img.insight.co.kr/upload/2014/05/14/life_jh_20140514_1657_1.jpg

(Acedida pela última vez em 04/12/2016)

Anexo V – Imagem de sugestão ao conceito de manipulação



Imagem disponível no *link*:

https://yt3.ggpht.com/-vvUkpSh9x0s/AAAAAAAAAAI/AAAAAAAAAA/kC3KDunTr_8/s900-c-k-no-rj-c0xffffff/photo.jpg

(Acedida pela última vez em 04/12/2016)

Anexo VI – Texto 1 - MEYER, Michel – Questões De Retórica: Linguagem, Razão e Sedução. Coimbra: Edições 70, 1998, p. 17, 46, 47.

“A definição da retórica é conhecida: é a arte de bem falar, de mostrar eloquência diante de um público para o ganhar para ganhar a causa. Isto vai da persuasão à vontade de agradar: tudo depende precisamente da causa, daquilo que está em causa, do problema que motiva alguém a dirigir-se a outrem. (...)”

A colocação da interrogatividade em evidência permite compreender uma oposição entre dois usos da retórica: aquele que visa manipular os espíritos e aquele que, pelo contrário, torna públicos os procedimentos da primeira, e de uma maneira mais geral todos os mecanismos da inferência não-lógica. Platão agrupava poetas e sofistas no mesmo campo, porque uns e outros se esforçavam por fazer passar por verdadeiros ou verosímeis os discursos desprovidos de verdade: faziam trocadilhos sobre os seus sentidos, apresentando como evidente aquilo que deveria ser problemático. Daí a ideia de ficção, mas também de manipulação pela linguagem, que consegue fazer passar por resposta aquilo que é uma questão. A confusão entre a resposta e a questão é assim a origem desta «retórica negra», como lhe chamava Barthes, uma retórica que se dispõe a tomar concludente, verídico e justo aquilo que na realidade se coloca como questão. (...) Tendo em conta esta diferença, podemos então distinguir dois tipos de uso retórico: aquele que visa ofuscar o interlocutor, ou em todo o caso adormecê-lo.

A retórica branca não elimina a interrogatividade pelo seu responder, mas exprime antes o problemático sem nunca o ocultar nos seus argumentos e nas suas respostas.”

Anexo VII – Texto 2 - ORWELL, George - Politics and the English Language. Great Britain: Penguin Books, 2013, p. 14, 15. (Tradução de Desidério Murcho)

“No nosso tempo, o discurso e a escrita política são em grande medida a defesa do indefensável. (...) Assim, a linguagem política tem de consistir em grande medida em eufemismo, petição de princípio e pura vagueza nublada. Povoações indefesas são bombardeadas por aviões, os habitantes expulsos para o campo, o gado varrido a metralhadora, as cabanas postas a arder com balas incendiárias: a isto chama-se pacificação. Rouba-se as quintas a milhões de camponeses que são obrigados a caminhar penosamente pelas estradas com não mais do que conseguem carregar: a isto chama-se transferência da população ou retificação de fronteiras. As pessoas são presas durante anos sem julgamento, ou levam tiros na nuca, ou são enviadas para morrer de escorbuto em explorações florestais no Ártico: a isto chama-se eliminação de elementos instáveis. Esta fraseologia é necessária quando se quer dar nome às coisas sem chamar as imagens mentais que lhe correspondem. Considere-se, por exemplo, um confortável professor de inglês que defende o totalitarismo russo. Ele não pode dizer abertamente «Defendo que se deve matar os oponentes quando se consegue com isso bons resultados». Logo, dirá provavelmente algo do seguinte género:

«Apesar de conceder de bom grado que o regime soviético exhibe certas características que o humanitário pode sentir-se inclinado a deplorar, temos, penso, de concordar que uma certa limitação do direito a fazer oposição política é um concomitante inevitável de períodos de transição, e que os rigores que o povo russo foi chamado a suportar foram amplamente justificados na esfera do que concretamente se alcançou.»

O próprio estilo inflamado é uma espécie de eufemismo. Uma massa de palavras latinas desce sobre os factos como neve macia, confundindo os contornos e apagando os pormenores. O grande inimigo da linguagem clara é a insinceridade. Quando há um hiato entre os nossos verdadeiros objetivos e os objetivos declarados, voltamo-nos como que

instintivamente para as palavras longas e para as expressões gastas, como um choco a largar tinta.”